



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

**A VOZ MATERNA: MARY WOLLSTONECRAFT E MICHÈLE ROBERTS**

**JANAINA GOMES FONTES**

**BRASÍLIA**

**2008**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

**A VOZ MATERNA: MARY WOLLSTONECRAFT E MICHÈLE ROBERTS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Literatura.

**Janaina Gomes Fontes**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Maria Teixeira Stevens**

**BRASÍLIA**

**2008**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

---

**JANAINA GOMES FONTES**

**A VOZ MATERNA: MARY WOLLSTONECRAFT E MICHÈLE ROBERTS**

Esta dissertação de Mestrado foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Literatura no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília.

Brasília, 8 de abril de 2008.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Maria Teixeira Stevens (TEL/IL/UnB)  
(Presidente)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cíntia Carla Moreira Schwantes (TEL/IL/UnB)  
(Membro efetivo)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diva do Couto Gontijo Muniz (HIS/IH/UnB)  
(Membro efetivo)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Hilda Orquídea Hartmann Lontra (TEL/IL/UnB)  
(Suplente)

Dedico este trabalho à minha mãe Maria, mãe solteira, mãe negra, mãe amiga, mulher determinada, que não poderia ter desafiado mais as instituições patriarcais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Cristina Maria Teixeira Stevens por todo o apoio e dedicação, aos professores com os quais tive contato durante o curso de Mestrado, por me apresentarem novas possibilidades e idéias, e a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial meus colegas do Grupo Vozes Femininas e o pessoal da secretaria do Departamento de Teoria Literária e Literaturas.

## RESUMO

A experiência da maternidade tem suscitado complexos sentimentos desde os mitos existentes nas primeiras sociedades, que comparavam a capacidade reprodutiva das mulheres às forças da natureza. Durante os séculos, tal comparação foi distorcida pela sociedade patriarcal para satisfazer seus interesses, causando a opressão e o sofrimento de milhares de mulheres. Esse processo está presente também na literatura, que é capaz de refletir e perpetuar essas distorções ou desconstruí-las, contribuindo para novas visões dessa complexa experiência. Neste trabalho, analiso a representação da maternidade em romances de autoria feminina, mais precisamente, *Maria, or the Wrongs of Woman* e *Mary, a Fiction*, de Mary Wollstonecraft (escritora inglesa do século XVIII), e *Fair Exchange*, de Michèle Roberts (escritora inglesa contemporânea), auxiliada por exemplos em diversos textos teóricos de como o papel da mãe foi construído ao longo do tempo e pela contribuição dos estudos feministas para a desconstrução dos mitos patriarcais sobre a maternidade.

**Palavras-chave:** maternidade, feminismo e interdisciplinaridade.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 – MATERNIDADE: O PILAR DAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	27
1.1. A mãe e o inconsciente .....	29
1.2. A mãe e a história .....	41
1.3. A maternidade e a literatura .....	58
2 – MARY WOLLSTONECRAFT: AFETO E RESPEITO NA RELAÇÃO ENTRE MÃES, PAIS E FILHOS.....	67
3 – MICHÈLE ROBERTS: É PRECISO (RE) CONTAR A HISTÓRIA.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	135
ABSTRACT .....	140

## INTRODUÇÃO

Precisamos saber o que, de todo o caos de criação de imagens e circulação de idéias, é válido salvar, para entender melhor uma idéia tão crucial na história, uma condição que tem sido arrancada das próprias mães para sustentar o poder dos pais.<sup>1</sup>

Adrienne Rich  
*Of Woman Born*

O nascimento do ser humano sempre foi permeado por sentimentos complexos, muitas vezes opostos, como fascinação e medo. A maternidade, experiência que abrange várias transformações físicas, psicológicas e comportamentais que ocorrem antes, durante e após o parto, vem sendo considerada de formas diferentes ao longo do tempo, nas diversas sociedades, atingindo os extremos do sagrado e do assustador. A feminista americana Dorothy Dinnerstein mostra como a antropóloga Margaret Mead (em *Male and Female*) e outras teóricas documentaram a tendência de diversos grupos sociais em ver nas mulheres uma identificação mística com processos naturais como a chuva e a reprodução das plantas. Mead expressa o caráter de mistério que o papel da mulher assume na procriação, e atribui a isso serem elas consideradas o centro de uma força mágica. Junto com Simone De Beauvoir (*O Segundo Sexo*), essas teóricas salientam que o corpo fértil das mulheres representa o reino de tudo o que é misterioso, poderoso e, por isso, é objeto de sentimentos ambivalentes, como fascínio e pavor, amor e inveja etc.

O psicólogo jungiano alemão Erich Neumann trabalha com o arquétipo do Grande Feminino, mais especificamente, o da “Grande Mãe”, por meio da análise de um vasto material mitológico e estético de diferentes grupos culturais em diferentes épocas, abordando tanto o caráter positivo desse arquétipo (“A Mãe Bondosa”), como o negativo (“A Mãe Terrível”, “A Deusa Terrível” etc.). Ele explora de forma rica e detalhada como se desenvolveu, nos primeiros povos, a identificação da mulher à natureza e os mistérios advindos dessa identificação. Além disso, mostra como essa correlação passou a ser compreendida e modificada ao longo dos séculos, chegando até hoje, infundida nos símbolos que permeiam a vida da humanidade.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, todas as traduções de textos publicados em inglês são de minha responsabilidade.

Na década de 80 do século XX, ao publicar um estudo sobre o processo histórico da maternidade do século XVI ao XX, a filósofa francesa Elisabeth Badinter considerou que a maternidade ainda seria um tema sagrado, ao descrever as reações apaixonadas que o seu livro *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno* (1985) provocou. Segundo ela, “continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblatoivo.” (BADINTER, 1985: 9)

Para estudar o processo histórico das atitudes consideradas maternas, Elisabeth Badinter analisa a mãe sob um aspecto importante: ela é uma personagem “relativa e tridimensional” (BADINTER, 1985: 25), à medida em que existe em relação ao pai e ao filho e, além dessa relação, a mãe é uma mulher, um ser com aspirações e desejos próprios, independentes dos desejos do pai e dos filhos. Dessa forma, Badinter expressa também a importância dos comportamentos e atitudes referentes aos pais e aos filhos para se compreender o processo histórico da maternidade.

Na década de 90 do século XX, a historiadora Mary Del Priori, na introdução de seu livro *Ao Sul do Corpo* (1993), um estudo histórico sobre as condições das mulheres e, sobretudo, sobre a maternidade no Brasil Colonial, também atenta para a presença marcante da importância da maternidade na mentalidade histórica. A autora demonstra a força do conceito da “santa-mãezinha”, ou seja, da mãe bondosa, dedicada e assexuada, construído na época colonial brasileira e que se enraizou no imaginário social, atravessando os séculos e chegando aos nossos dias:

Quatrocentos anos depois do início do projeto de normatização, as santas-mãezinhas são personagens de novelas de televisão, são invocadas em pára-choques de caminhão (“Mãe só tem uma”, “Mãe é mãe”), fecundam o adagiário e as expressões cotidianas (“Nossa Mãe”, “Mãe do céu”); (...) A maternidade extrapola, portanto, dados simplesmente biológicos; ela possui um intenso conteúdo sociológico, antropológico e uma visível presença na mentalidade histórica. (DEL PRIORI, 1993: 18)

Sentimentos tão variados e extremos de origem remota refletiram-se nos discursos religiosos, científicos, literários, dentre outros, produzindo explicações, representações e preceitos muitas vezes desfavoráveis, e não raro contraditórios, às mulheres e à maternidade; isso se deu, principalmente, à medida em que o patriarcado comparava de forma distorcida a capacidade reprodutiva das mulheres às forças da natureza. Desde a Antigüidade, textos filosóficos afirmam a inferioridade das mulheres e justificam a conseqüente necessidade de sua submissão e controle. Para Aristóteles, a mulher é considerada personagem secundária na

concepção. Segundo Rosemary Agonito, que faz uma compilação das idéias de pensadores importantes da humanidade sobre as mulheres em *History of Ideas on Women* (1977), Aristóteles argumenta que a mulher é um ser mutilado ou um homem incompleto. Na reprodução, o homem contribui com a essência e a alma, enquanto que a mulher só fornece a nutrição necessária para manter o embrião. Ou seja, é o homem, e não a mulher, que cria a vida: “A mulher é um homem mutilado, e a ‘*catamenia*’ é sêmen, apenas não pura; pois há apenas uma coisa que ela não tem, o princípio da alma (...) As mulheres, então, fornecem a matéria, os homens o princípio do movimento.” (AGONITO, 1979: 48) Essa “deficiência” torna a mulher fisicamente mais fraca, menos capaz de pensamento racional e necessariamente subordinada ao homem. Dessa forma, para o filósofo, as mulheres são naturalmente inferiores aos homens e, por isso, devem submeter-se à autoridade masculina: “os homens são por natureza superiores, e as mulheres inferiores; um governa e o outro é governado.” (AGONITO, 1979: 51)

A teologia judaico-cristã, por meio dos textos bíblicos, trouxe conseqüências danosas para a imagem das mulheres ao retratar que a criação feminina foi feita a partir de uma costela do homem, e ao descrever a desobediência de Eva, que recebeu como castigo, além de outros, a dor do parto e a dominação pelo marido. Séculos mais tarde, o Absolutismo acabaria por fortalecer a autoridade do marido/pai e obscurecer a importância das mulheres: o rei e a figura masculina patriarcal são comparados, como sendo aqueles que almejam o bem de seus súditos e filhos, respectivamente. Segundo Badinter, essa idéia advinha da crença em uma bondade natural do pai para com os filhos. Essa “bondade paternal” foi reforçada pelo silêncio sobre o dever de amor dos pais para com os filhos nos Dez Mandamentos, como se isso fosse tão natural que não precisasse de uma lei para instituí-lo. No entanto, abundam preceitos sobre o dever de gratidão e obediência da prole para com seus progenitores. Já o poder do rei seria paternal e, portanto, seria marcado também pela bondade. Para fortalecer ainda mais a autoridade paterna, o pai e o rei foram comparados ao Deus Pai: “o pai é para seus filhos o que o rei é para seus súditos, o que Deus é para os homens, ou seja, o que o pastor é para o seu rebanho.” (BADINTER, 1985: 41) Antes mesmo de Cristo, Aristóteles afirmava que o governo de um pai sobre os seus filhos é um tipo de poder régio, já que ele recebe amor e respeito de seus filhos, assim como aconteceria com o rei. Dessa forma, o poder do homem era dominante na família e servia para manter a hierarquia a qualquer custo. O rigor que o pai impunha aos filhos e à esposa fazia com que não sobrasse espaço para qualquer outro sentimento, como o amor, por exemplo, e as relações familiares eram dominadas pelo medo do pai.

A identificação das mulheres à natureza e a conseqüente naturalização dos comportamentos relacionados à sexualidade feminina e à maternidade foram perpetuados e intensificados de uma forma negativa para as mulheres, de acordo com os interesses do patriarcado. É o que ocorre, por exemplo, quando pensamos sobre o conceito de instinto materno. Segundo Badinter, a partir do século XVIII, além do discurso médico, o filosófico e o econômico passam a defender de forma enfática que a mãe assuma a responsabilidade de cuidar dos filhos, agindo de acordo com seu instinto, para diminuir a mortalidade infantil no interesse do Estado francês. Com o impulso dado às ciências no chamado século das Luzes, dentre elas, a da demografia, em meados do século XVII, há uma tomada de consciência sobre a importância do aumento da população para um país. Apesar dos duvidosos resultados dos recenseamentos feitos ao longo do século XVIII, estudiosos concluíram que embora tenha havido diminuição na mortalidade dos adultos (devido ao desaparecimento de flagelos como a peste, e à atenuação de problemas como a guerra e as grandes fomes), a mortalidade infantil continuava alta. A historiadora Mary Del Priori enfatiza também o desenvolvimento da medicina, que descobriu nos corpos femininos uma “fisiologia moral que justificasse a maternidade e que suprisse as demandas de um Estado que relacionava aumento de produção com aumento de braços”. (DEL PRIORI, 1993: 334)

Mesmo usando argumentos imprecisos, que não correspondiam à realidade dos fatos, pensadores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau foram ouvidos ao afirmarem que a França, assim como o resto da Europa, se despovoava e que, portanto, esse era um problema a ser resolvido; os economistas, por seu turno, se preocupavam com a falta de mão-de-obra para a produção. Conforme nos lembra Badinter, o ser humano passava a ser precioso para o Estado, pois produzia riquezas e era uma garantia de força militar. Conseqüentemente, a criança adquiriu um valor mercantil, pois era uma fonte em potencial de poder econômico e militar. Os discursos, então, exortaram as mães para que retomassem o cuidado com os filhos, negligenciado nos séculos anteriores, quando as mães entregavam seus filhos a amas-de-leite. Para Rousseau<sup>2</sup>, a Europa se despovoava, porque as mães não mais cumpriam com seus deveres, entregando as crianças a amas-de-leite logo após o nascimento. O aleitamento materno adquiriu importância e para persuadir as mães que resistiam ao apelo de amamentar o bebê, o discurso a favor do instinto materno as ameaçava de serem castigadas pela natureza por não respeitarem sua função natural. Badinter cita, para ilustrar, o médico francês Joseph

---

<sup>2</sup> De acordo com Reportagem da *Revista Veja* de 7 de março de 2007, Rousseau foi um dos mais famosos usuários da “roda dos enjeitados”, tendo abandonado os cinco filhos que teve com a serviçal Thérèse le Vasseur. A “roda dos enjeitados” surgiu em Marselha, na França, no século XII e consistia em um lugar, principalmente nas igrejas, onde os bebês poderiam ser abandonados, sem que a pessoa que os abandonou fosse identificada.

Raulin (século XVIII), que expôs o perigo da retenção do leite de acordo com a explicação da mecânica dos fluidos: “quando há retenção do leite materno, este encontra sua saída natural bloqueada e 'lança-se indiscriminadamente sobre todas as partes, segundo elas lhe oponham maiores ou menores obstáculos, provocando aí males diversos'.” (BADINTER, 1985: 196) A mulher não deveria ser vaidosa e querer extrair beleza e prazer de seus seios, pois sua função natural seria a de nutrir. A mulher ideal deveria se aproximar da fêmea, se tornando boa reprodutora, sem ambições, vaidade, egoísmo. No entanto, esses discursos não conseguiriam convencer as mulheres se não tivessem sido confirmados também por outro discurso: o da felicidade.

A filosofia do Iluminismo trouxe o ideal da igualdade, do amor e da felicidade individual. Apesar de a igualdade dizer mais respeito aos homens entre si, passou a haver uma maior harmonia entre o pai, a mãe e a criança. Entre certos pensadores, difundiu-se a idéia de que é nas relações familiares que a felicidade deve se encontrar primeiro e, por isso, a relação entre o casal e os filhos deve ser baseada no amor. Assim, para as mulheres, dedicar-se à família seria um prazer, uma realização pessoal, uma atitude em busca da felicidade.

Segundo Del Priori, no Brasil Colonial os discursos moralistas e religiosos a favor da mãe santa e dedicada que educa seus filhos de forma cristã e cuida da casa com zelo e amor, corroborados pelo discurso médico, segundo o qual a função natural da mulher era a procriação, acabaram por normatizar o comportamento das mulheres. Os primeiros séculos da colonização foram marcados por multidões, sobretudo de homens, que desbravavam as terras brasileiras e cujas condutas sexuais, bastante “promíscuas”, desagradavam aos interesses do Estado português. Para adequar as necessidades de povoamento aos valores morais e religiosos e aos interesses econômicos da metrópole, era necessário que as mulheres se casassem, constituíssem família e ficassem em casa, fazendo todo o trabalho de base para o estabelecimento da vida familiar, o que conseqüentemente, influenciaria os habitantes da Colônia para o trabalho organizado e produtivo e para a aceitação e difusão do catolicismo. As “santas mães”, assim, integravam a família ao processo de formação da sociedade capitalista na Idade Moderna.

Ainda segundo Badinter, a defesa do instinto materno pela ciência culminaria, no século XX, com a psicanálise, quando Freud mostra que o desenvolvimento de uma mulher normal leva-a a ser mãe e quando sua discípula Helène Deutsch continua seus trabalhos, levando à definição da “boa mãe”, conforme veremos no capítulo seguinte.

No século XXI, a complexidade da experiência da maternidade ainda desperta interesses variados e continua a ser fonte de estudos científicos constantes. O poder do

discurso sobre o instinto materno ainda permanece, encontrando pensamentos surpreendentemente essencialistas, como o declarado em reportagem intitulada *A força do instinto materno*, transmitida pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, em 28 de janeiro de 2007, de que o instinto materno é hereditário, por necessidade da preservação da espécie. Nessa reportagem, sobre a coragem de uma mãe de Franca (São Paulo) que se jogou num poço fundo para salvar o filho mesmo sem saber nadar, o neurocientista da UFRGS, Aldo Lucion, diz: “filhas de mães boas, tendem a ser também boas mães, quando elas tiverem seus próprios filhos”. Essa declaração, no entanto, nos leva a pensar que, diferentemente do que foi afirmado na reportagem, a capacidade de cuidar bem de um filho é um fator mais comportamental e psicológico do que biológico, e lembra o que a psicanalista Nancy Chodorow afirmou sobre a interiorização dos comportamentos ligados à maternidade nas relações objetais primárias da criança e sua conseqüente perpetuação, como veremos adiante. No entanto, paulatinamente, percebe-se que os questionamentos a respeito da maternidade crescem cada vez mais. No programa *Globo Repórter* sobre o amor materno e a depressão pós-parto, exibido em 11 de maio de 2007, em meio a tantos exemplos de amor incondicional, dedicação e realização, uma psiquiatra que atende mães e filhos declara que o papel da mãe é construído socialmente e, por isso, inúmeras mulheres se vêem culpadas por não sentirem por seus filhos aquilo que é esperado de toda mãe. A psiquiatra revela também que essa é uma das causas da depressão pós-parto, que segundo ela, atinge um grande número de mulheres. Essa construção social do papel da mãe é a tese que Badinter desenvolveu em seu livro aqui já mencionado.

Percebe-se, então, que a maternidade, assim como outros assuntos relacionados às mulheres, ainda tem sido utilizada para defender os interesses do patriarcado, muitas vezes reforçando um discurso androcêntrico e misógino. Dessa forma, tem sido uma questão que carece de novos estudos, principalmente sob a perspectiva das mulheres. Em várias áreas do conhecimento, podemos identificar até mesmo um silenciamento dos aspectos relacionados à maternidade. É o que pude observar nos estudos que fiz na área de literatura, encontrando lacunas, sinais de censura moralista e de mitificação dos aspectos relacionados às mães e às mulheres em geral. Para Badinter, “ao buscar nos documentos históricos e literários a substância e a qualidade das relações entre a mãe e o filho, constatamos seja indiferença, sejam recomendações de frieza, e um aparente desinteresse pelo bebê que acaba de nascer.” (BADINTER, 1985: 85) A filósofa francesa freqüentemente expressa a dificuldade de se encontrar registros precisos sobre os nascimentos, a mortalidade infantil, o uso de amas-de-leite, entre outros fatores relacionados à experiência materna, na França, até meados do século

XVIII. Segundo ela, apenas com a declaração de 9 de abril de 1736, os curas foram obrigados a ter dois registros semelhantes sobre os nascimentos e as mortes e a entregar um deles ao arquivo do bailiado, mas não se sabe até que ponto essa recomendação era cumprida. Dessa forma, Badinter teve que recorrer, muitas vezes, a estimativas e números aproximados, retirados de documentos esparsos.

Mary Del Priori, ao pesquisar sobre as vidas das mulheres no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, também esbarrou na escassez e dispersão das informações:

Ao perseguir os caminhos das populações femininas no fundo dos fundos arquivísticos, acabei por tropeçar numa documentação multiforme. Constatava assim que as fontes existiam, mas que estavam em migalhas e dispersas, dificultando-me perceber as transformações mais finas pelas quais passavam as mulheres. (DEL PRIORI, 1993: 16)

Na literatura, até por volta da metade do século XVIII, nota-se uma indiferença no tratamento da mãe e da criança. A partir de então, houve escassas tentativas de se abordar a maternidade com mais atenção às suas implicações para a vida das mulheres e dos filhos, e essas não foram vistas com bons olhos pela crítica literária. Em 1798, em *Maria, or the Wrongs of Woman*, livro publicado postumamente, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft retrata a angústia de uma mãe afastada da filha pelo marido ambicioso e pelas instituições patriarcais. Livro de pouca receptividade literária, cujas críticas se juntaram às abundantes manifestações de desacordo despertadas pelo manifesto *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), no qual a escritora defende uma família baseada no amor entre mães, pais e filhos, enfatizando a necessidade de respeito e direitos para as mães, esposas e mulheres em geral. Na apresentação de *Lives of the Great Romantics, Part III*, ressaltou-se que Mary Wollstonecraft foi fortemente criticada depois de sua morte. No entanto, gradualmente sua imagem foi sendo repensada e começou-se a enfatizar suas qualidades. No século XIX, a escritora inglesa George Eliot apresentou a maternidade de formas diferentes em sua obra, o que nem sempre agradou aos críticos literários. Conforme Jill L. Matus, o romance *Adam Bede* (1859) recebeu uma crítica favorável no *Saturday Review*, no século XIX. No entanto, o crítico demonstrou sua objeção ao fato de ter a escritora retratado os diversos estágios que antecedem o nascimento de uma criança, segundo ele, prática que estava se tornando cada vez mais comum entre romancistas e que deveria ser evitada. De acordo com esse crítico, havia a ameaça de uma possível “literatura da gravidez”, ou seja, de uma literatura que retratasse os desdobramentos e os pormenores da maternidade. Portanto, exortava os escritores para que copiassem os “velhos mestres” que, se incluíam um bebê na narrativa, faziam-no nascer de

uma vez, como num passe de mágica, sem descrever as complexas fases e implicações da maternidade:

Há outro aspecto nessa parte da história sobre o qual não podemos deixar de fazer um comentário. A autora de *Adam Bede* aderiu a uma prática bem curiosa que está se tornando comum entre romancistas, e é uma prática que consideramos bastante desagradável. Trata-se de datar e discutir os diversos estágios que precedem o nascimento de uma criança. Parecemos estar ameaçados com uma literatura da gravidez ... Os sentimentos e as mudanças de Hetty são indicados com uma seqüência pontual que faz com que o relato de seus infortúnios se pareça com o tom rude de conversas de um “obstetra/ parteiro” [*man-midwife*] com uma noiva. Isso é intolerável. Deixem-nos copiar os velhos mestres da arte, que, se nos deram um bebê, o deram de uma vez. Um autor decente e um público decente consideram os sintomas premonitórios como existentes sem, no entanto, necessitarem presenciá-los. (MATUS, 1995: 1)

Ainda no século XX, apesar de uma vigorosa produção do movimento feminista, percebe-se ainda a escassez das vozes das mães na literatura, a minha área de pesquisa. Brenda O. Daly e Maureen T. Reddy, em *Narrating Mothers* (1991), salientam que as narrativas raramente dão espaço para as vozes maternas. E apesar de que no final do século XX tenha crescido o número de livros sobre as mães, as perspectivas maternas estão, geralmente, ausentes, pois até mesmo as feministas, na maioria das vezes, se posicionam como filhas em seus escritos e falham em abordar os aspectos teóricos e políticos que permeiam a maternidade a partir da perspectiva das mães.

Na literatura contemporânea, algumas escritoras têm trabalhado no sentido de recuperar a temática da maternidade, a partir da perspectiva das mulheres e das mães. Em 1999, a escritora de origem inglesa e francesa Michèle Roberts deu ênfase ao tema em seu romance *Fair Exchange*. Nessa narrativa, como na maioria de seus romances, a problemática da identificação mãe-filha se sobressai, o que pode ser consequência da própria experiência de vida da escritora. Em entrevista para a BBC, Michèle Roberts diz:

Durante muito tempo tive um relacionamento bastante difícil com minha mãe. (...) depois consegui alcançar minha mãe novamente, e minha terra natal também. Essa busca por um paraíso perdido, por uma linguagem perdida [o francês], por uma mãe perdida, por um corpo maternal perdido, tem sido minha maior fonte de inspiração. (BBC World Service)

O romance recria ficcionalmente a figura de Mary Wollstonecraft, essa pensadora de importância crucial para a história das mulheres, ligando, dessa forma, o passado ao presente. Ao recriar essa personagem histórica, Michèle Roberts traz para a contemporaneidade e para a

ficção a preocupação da Wollstonecraft histórica com a questão da maternidade e da família, o que levou essa pensadora a escrever dois romances no século XVIII: além da predominância da relação entre mãe e filha em *Maria, or the Wrongs of Woman*, a autora apresenta reflexões sobre os relacionamentos humanos sob a perspectiva das mulheres em *Mary: a Fiction* (1788). Ironicamente, a própria vida da escritora se encerrou com os desdobramentos da maternidade: morreu ao dar à luz sua filha Mary Wollstonecraft Shelley<sup>3</sup>, em 1797. O amálgama da “realidade”<sup>4</sup> e da ficção torna *Fair Exchange* um romance que questiona a verdade da narrativa histórica.

O diálogo entre a história e a literatura e o conseqüente questionamento da primeira pela última tornaram-se temas muito freqüentes na ficção pós-moderna e se encontram na obra de Michèle Roberts. Uma das conseqüências dessa relação entre as duas áreas é a auto-reflexividade, que revela uma preocupação não só com a “arquitetura” narrativa, mas também com a utilização de fatos e personagens históricos na produção ficcional, característica que levou Linda Hutcheon a introduzir o conceito de metaficção historiográfica, na década de oitenta:

Metaficções historiográficas são romances intensamente auto-reflexivos, mas que também reintroduzem contexto histórico na metaficção e problematizam toda a questão do conhecimento histórico. (HUTCHEON, 1987: 285)

Na metaficção, o autor demonstra sua consciência sobre a teoria subjacente à construção de trabalhos ficcionais, expondo, assim, as estruturas fundamentais da narrativa. Além disso, ao reescrever e reapresentar o passado na ficção, a metaficção historiográfica acaba por abri-lo para o presente, evitando, assim, que ele esteja para sempre concluso. Segundo Linda Hutcheon, o seu questionamento cria uma espécie de túnel do tempo que descobre histórias de pessoas e povos oprimidos no passado, como as mulheres e os nativos colonizados. Nesse sentido, a metaficção historiográfica vem problematizar a imparcialidade científica da história, demonstrando que essa também é uma narrativa que busca reconstituir e interpretar discursivamente o fato histórico, não de forma objetiva e neutra, mas a partir de um lugar de fala.

---

<sup>3</sup> Escritora inglesa, mais conhecida por Mary Shelley. Filha de Mary Wollstonecraft e do filósofo inglês William Godwin, casou-se com o poeta Bysshe Shelley, em 1816. Seu trabalho mais famoso é *Frankenstein*, escrito entre 1816 e 1817, quando a escritora tinha apenas 19 anos.

<sup>4</sup> Entendo e aceito toda a problematização dos conceitos de realidade, representação e discurso, mas não desenvolverei esse assunto neste trabalho.

O conceito de metaficção historiográfica demonstra a fragilidade da pretendida verdade objetiva da história, formada por diversos elementos complexos como mitos, fatos, opiniões, interpretações, dentre outros. Assim, constitui um dos caminhos que podem contribuir para a produção literária de autoria feminina, pois, ao problematizar a historiografia tradicional, colabora para a desconstrução de idéias distorcidas e verdades imutáveis criadas pelo patriarcado, como as que envolvem a maternidade, por exemplo.

Diante desses conceitos, pretendo analisar neste trabalho o processo pelo qual Michèle Roberts retrata Mary Wollstonecraft em seu romance *Fair Exchange*, relacionando realidade e ficção, por meio de um estudo comparativo das obras dessas duas escritoras. Para isso, selecionei a temática da maternidade, pois acredito ser essa uma das questões cruciais para os estudos literários feministas e estar fortemente presente nas obras de ambas as escritoras.

Acredito ser necessário problematizar e desconstruir os mitos patriarcais que envolveram e ainda envolvem a maternidade, principalmente à medida que novos conceitos se juntam ao conceito de maternidade tradicional, como descrito pela professora Cristina Stevens em seu artigo *Maternidade e Literatura: Desconstruindo Mitos*:

Por muito tempo a maternidade foi considerada um fato puramente biológico, fixado literal e simbolicamente nos limites do domínio privado e emocional. Os discursos religiosos, médicos e psicológicos que descreviam e, sobretudo, prescreviam esses papéis, foram bastante danosos para as mulheres. Hoje, debatemos a função e *status* da maternidade no espaço público, e sua complexidade aumenta à medida que o sentido de maternidade se diversifica, uma vez que à mãe tradicional vem juntar-se a mãe adotiva, a mãe lésbica, o homossexual que materna, a mãe de aluguel, a mãe adolescente, a mãe solteira, a mãe prisioneira, a mãe pobre, negra, a mãe genética, etc. (STEVENS, 2003: 38)

Em *The Second Sex* (1949), Simone de Beauvoir atribui à capacidade de reprodução das mulheres a associação dessas à imanência, à reprodução, enquanto que tudo relacionado aos homens foi associado durante muito tempo à transcendência, ao cultural, ao dinâmico, à dominação. Segundo Friedrich Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, foi essa capacidade biológica da mulher que levou à primeira grande divisão do trabalho da humanidade com o desenvolvimento da família monogâmica, resultando em sua opressão, como veremos no capítulo seguinte.

Como consequência desse sistema inicial de opressão às mulheres, coube ao homem o domínio da civilização e da cultura, enquanto que a mulher passou a desempenhar papéis restritos à reprodução da espécie e outras atividades relacionadas à esfera privada, o que pode ser comprovado ao longo dos séculos: no campo profissional, durante muitos anos, havia

profissões que só podiam ser desempenhadas por homens; na esfera doméstica, presenciamos ainda, apesar das mudanças, rastros do tempo em que o homem era o único chefe da casa, detentor do poder de tomar decisões, ficando a mulher encarregada apenas dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos. Assim, o que se pode observar desde o surgimento da família monogâmica é uma clara separação entre o espaço público (o mundo de trabalho dos homens) e o privado (o mundo limitado aos afazeres da casa, atribuído às mulheres), separação bastante discutida por diversas feministas.

A opressão das mulheres não poderia deixar de ter reflexos na literatura. Além de observarmos que a produção literária de autoria feminina é relativamente recente (a maioria das obras que conhecemos de períodos como Antiguidade e Idade Média, por exemplo, são predominantemente de autoria masculina), temas feministas, como a maternidade, têm sido pouco explorados, como pude comprovar ao fazer uma análise dos cursos de literatura aos quais tive acesso na universidade.

A professora Cristina Stevens, em seu livro *Maternidade e Feminismo – Diálogos Interdisciplinares* (2007), enfatiza que até aproximadamente os anos setenta houve escassas tentativas de retratar a maternidade como tema central e de analisar as distorções criadas pelo patriarcado sobre essa complexa experiência. Nessa época, intensificou-se uma busca pela conscientização das mulheres sobre esses aspectos. No campo da história, segundo Tania Navarro Swain, em seu texto *Você disse imaginário?*, até os anos setenta encontra-se um discurso etno e androcêntrico, situação que segundo ela vem se modificando com os caminhos abertos pela história das mentalidades e pelos questionamentos do feminismo. Nessa fase, as produções teóricas sobre a maternidade são bastante ricas, com estudos nas áreas de psicanálise, sociologia, antropologia, dentre outras. São desse período as contribuições de feministas importantes como Nancy Chodorow, Adrienne Rich, Hélène Cixous e Julia Kristeva.

Utilizando principalmente as contribuições da teoria e crítica literária feminista, o presente trabalho também visa explorar a temática da maternidade na literatura, por meio de estudos sobre comportamentos relacionados a essa experiência, seus efeitos e conseqüências de natureza psicanalítica e social e seus reflexos na ficção, particularmente nos romances de Michèle Roberts e Mary Wollstonecraft. Empenhada na desconstrução de mitos patriarcais que distorcem acontecimento tão complexo e importante na vida de todo ser humano, e preocupada com a relativa escassez de obras nesse sentido, pretendo dar uma pequena contribuição com a presente pesquisa.

Uma das preocupações dos estudos feministas tem sido tentar explicar a origem e a

causa da dominação masculina que se estabeleceu e, em muitos casos, ainda se mantém sobre as mulheres, e o conseqüente papel secundário dessas na sociedade. A psicanalista Nancy Chodorow, em seu livro *The Reproduction of Mothering* (1979), argumenta que os comportamentos sociais tradicionais que envolvem a maternidade, ou seja, o fato de se atribuir às mulheres o cuidado com os filhos, não são naturais, mas sim resultado de valores e práticas sociais que são interiorizados nas primeiras relações da criança com as pessoas que a cercam, sobretudo com a mãe, onde se produz uma identificação equivocada entre mãe e função materna. Assim, esses processos psicológicos dão origem a comportamentos que se perpetuam e são responsáveis pela divisão não igualitária dos papéis sexuais e pela conseqüente dominação masculina. Segundo ela:

O comportamento e as características da personalidade adulta são determinados, mas não biologicamente deterministas. Entretanto, culturalmente, a personalidade e o comportamento esperados não são simplesmente “ensinados”. Mais exatamente, certas características da estrutura social sustentadas por crenças, valores e percepções culturais, são interiorizados através das relações objetivas sociais primárias da criança e da família. Essa organização inconsciente ampla é o contexto no qual se dá o treinamento de papéis e a socialização intencional. (CHODOROW in ROSALDO e LAMPHERE, 1979: 76)

Na mesma linha de raciocínio desenvolvido por Chodorow, Dorothy Dinnerstein (*The Mermaid and the Minotaur: Sexual Arrangements and Human Malaise*, 1976) alega que, enquanto o cuidado com os filhos for papel exclusivo das mães, as mulheres continuarão sendo objeto de mitos e idéias deturpadas que as denigrem e sustentam seu papel secundário no domínio público. É preciso mudar a forma como os papéis sexuais estão organizados, e a mudança principal seria fazer com que o homem fosse tão importante no cuidado e criação dos filhos quanto as mulheres.

O livro de Adrienne Rich, *Of Woman Born* (1981), também constitui um marco nos estudos feministas sobre a maternidade. A partir de uma ótica psicanalítica, dentre outras, Rich expõe análises da relação entre a mãe e os filhos, o homem, a sociedade, além de outros pontos fundamentais. Ela demonstra como a mãe reage às expectativas da sociedade em relação a seu comportamento, escrevendo até mesmo sobre uma alienação da maternidade, de mulheres que não participam conscientemente nem mesmo do trabalho de parto. Segundo Rich, desde a Antigüidade, as mulheres têm sido “ensinadas” sobre o que devem sentir: dor, angústia, realização extática. O trabalho de parto tem sido visto de diversas formas negativas, como punição e sofrimento merecidos, por exemplo, raramente sendo considerado de forma

positiva, como um desafio ou uma descoberta:

A maioria das mulheres, alfabetizadas ou analfabetas, consideram o nascimento como um acontecimento fustigado por fortes sentimentos, diferente, isolado: misterioso, às vezes poluído, frequentemente mágico, como instrumento de tortura ou “experiência máxima”. Raramente o nascimento foi visto como uma forma de conhecer e de nos entender com nossos corpos, de descobrir nossas fontes físicas e psíquicas. (RICH, 1976: 157)

É necessário uma nova forma de abordar e entender não só a maternidade, como outras questões relacionadas às mulheres. Para isso, é importante buscar também na produção ficcional de autoria feminina elementos que possam ser de grande valia para os estudos feministas. Virginia Woolf e a pesquisadora americana Elaine Showalter, dentre outras teóricas do movimento feminista, enfatizam a importância de uma produção escrita de autoria feminina. Woolf, em *A Room of One's Own* (1929), descreve a falta de obras escritas por mulheres e sua exclusão do mundo acadêmico, a falta de documentos que falem de sua história, de sua vida, e o fato de que o pouco que se tem sobre elas foi escrito pelos homens. Segundo ela, a construção da história enfatiza grandes acontecimentos, cujos atores principais conhecidos são sempre homens. Analisando a história com mais atenção, questionando suas lacunas, conseguimos imaginar a enorme importância das mulheres nos grandes feitos, mas elas raramente aparecem no relato histórico. Quando muito aparecem ao fundo, em segundo plano, quase apagadas por completo. Segundo Woolf, a história precisa ser reescrita ou, diz ironicamente, pelo menos suplementada. Há um silêncio milenar, parte do qual talvez se possa quebrar se uma tradição escrita das mulheres começar a se desenvolver, tanto em relação à sua produção literária, quanto à sua história. Em resposta a um comentário misógino feito por um bispo de que uma mulher nunca poderia ter a genialidade de Shakespeare, Virginia Woolf ficcionaliza, de forma bastante perspicaz, uma suposta irmã desse famoso escritor, tão capaz de escrever belas obras quanto o irmão. No entanto, sua sorte, praticamente inevitável como a de qualquer mulher da época que se esforçasse em ser uma escritora, não lhe permitiu desenvolver seu talento; ao contrário, ela comete suicídio, grávida e abandonada, ridicularizada e brutalizada pela violência patriarcal. E sua “história” se perdeu nos recortes machistas da história. De uma certa forma, a irmã de Shakespeare representa as histórias de milhões de mulheres silenciadas em seus sonhos e aspirações, vidas que, segundo Woolf, as mulheres devem se esforçar por fazer ressurgir e, dessa forma, tentar impedir que o silenciamento continue: “se nós tivermos o hábito da liberdade e a coragem de escrever

exatamente o que pensamos (...) buscando sua vida [a da irmã de Shakespeare] nas vidas das pessoas desconhecidas que foram suas precursoras, como o seu irmão fez, ela nascerá.” (WOOLF, 1973: 110).

Showalter também defende o desenvolvimento da produção escrita de autoria feminina. Da mesma forma que para Virginia Woolf o passado escrito pelos homens não é de muita utilidade às mulheres, para Elaine Showalter a crítica feminista não tem muito a aprender na tradição crítica androcêntrica, e sim nos estudos desenvolvidos por mulheres. A crítica feminista deve ser “centrada na mulher, independente e intelectualmente coerente (...). Deve encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria e sua própria voz.” (SHOWALTER in HOLLANDA, 1994: 28-9) A crítica feminista apresenta uma grande variedade de metodologias e ideologias, dentre as quais se encontram os objetivos das historiadoras literárias, que é o de encontrar uma tradição perdida das mulheres. Segundo Showalter, a crítica feminista mudou seu foco de leituras revisionistas de obras de autoria masculina (que não contribuem muito para o progresso teórico dessa crítica) para uma investigação consistente da literatura feita por mulheres. Nesse processo, há o estudo das mulheres como escritoras e há ênfase nos seus escritos, na sua história, nos seus estilos, nos seus temas, além de outros. Para definir esse discurso crítico especializado, Elaine Showalter criou o termo ginocrítica (*gynocritics*).

A importância crescente dada à produção escrita das mulheres contribui para a problematização do cânone, ainda falocêntrico, e para uma mudança nos valores literários, ainda baseados no sujeito imparcial, objetivo, herança dos padrões iluministas da ciência racional e objetiva concebida pelo homem, que vem se mostrando cada vez mais falha. Nesse sentido, a crítica literária feminista se aproxima cada vez mais do sujeito capaz de sentir, opinar, refletir, pois “enquanto a crítica científica lutou para purificar-se do subjetivo, a crítica feminista reafirmou a autoridade da experiência.” (SHOWALTER in HOLLANDA, 1994: 25)

Para a análise da questão do cânone, são autoras importantes, dentre outras, Annette Kolodny e Rita Therezinha Schmidt. De acordo com essa última, em seu texto *Cânone/ contra-cânone: nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro* (1996), é necessário repensar a definição de valor literário, de padrões estéticos, para incluir obras escritas em circunstâncias culturais diferenciadas e não cair no discurso do mesmo, do centro referencial. Entretanto, a construção de um contra-cânone também não seria a alternativa adequada, pois ao nos colocarmos à margem dos paradigmas de referência da autoridade do centro, acabamos reforçando “seu poder de perpetuar os paradigmas de valor em função dos quais certas obras são canonizadas e outras relegadas” (SCHMIDT in CARVALHAL, 1996: 116). Para ela, é

necessário “haver a disjunção e o deslocamento” do referencial para “descentrar o centro e reconfigurar as margens.” (SCHMIDT in CARVALHAL, 1996: 121)

Dentre as linhas de pesquisa dos estudos feministas está a que busca resgatar escritoras negligenciadas pela historiografia literária tradicional; além disso, objetiva promover novas leituras de produções literárias, sobretudo as de autoria feminina, a partir da perspectiva de gênero, que aliás é um conceito relativamente recente. Inicialmente relacionado ao sexo, ao biológico, o conceito de gênero foi perdendo essa significação e adquirindo outras. Para Jane Flax, em seu texto *Pós-modernismo e Relações de gênero na teoria feminista* (1991), as relações de gênero são o objeto de investigação da teoria feminista; segundo ela:

O gênero não pode mais ser tratado como fato simples e natural. A assunção de que as relações de gênero são naturais (...) surgiu de duas circunstâncias coincidentes: a não examinada identificação e confusão de diferenças sexuais (anatômicas) com relações de gênero e a ausência de movimentos feministas ativos. (FLAX in HOLLANDA, 1991: 226)

Para Flax, “o gênero (...) é relacional. Ou seja, as relações de gênero são processos complexos e instáveis (...) constituídos por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes, ou seja, cada parte não tem significado ou existência sem as outras.” (FLAX in HOLLANDA, 1991: 228). Portanto, por meio dessas relações de gênero, há dois tipos de pessoas: o homem e a mulher. Eles são apresentados como categorias excludentes, ou seja, só se pode pertencer a um gênero e nunca ao outro ou a ambos. Assim, as relações de gênero acabam sendo divisões assimétricas de capacidades e traços humanos e têm se constituído em relações de dominação, por serem definidas e controladas por um de seus elementos inter-relacionados – o homem. Para Jane Flax, uma das metas da teoria feminista é a análise das relações de gênero e sua utilização como instrumental analítico.

Rita Therezinha Schmidt, em seu texto *Recortes de uma história: a construção de um fazer/saber*, apresenta o conceito cultural de gênero como “um sistema simbólico constituído por redes de significados, relações metafóricas e metonímicas que inscrevem valores e hierarquias dos quais os sujeitos são produtos e efeitos.” (SCHMIDT in RAMALHO, 1999: 33) Esse conceito permite-nos pensar a diferença, ao trazer a oportunidade para que se considerem as categorias de raça e classe, por exemplo.

Outra teórica que proporciona uma perspectiva interessante sobre o gênero é Linda Nicholson. Para ela, em *Interpretando o gênero*, “gênero” tem sido usado de duas maneiras contraditórias: para descrever o que é socialmente construído e como referência a “qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino.” (NICHOLSON,

2000: 9) A autora denuncia a existência do que ela chama de “fundacionalismo biológico”, tratamento do gênero utilizado por muitas feministas, que afirma existir uma “identidade sexual” comum a várias culturas, mas considera as influências sociais que essa identidade recebe. Assim, há uma mistura de determinismo biológico e de construcionismo social. Essa atitude acaba considerando as mulheres de acordo com o que elas têm em comum, no caso, o sexo, excluindo o que elas têm de diferente, como os aspectos de raça e classe, por exemplo. Linda Nicholson defende que as feministas devem abandonar o fundacionalismo biológico para que possam considerar as mulheres em contextos diferentes, pertencentes a uma complexa rede de características.

Assim, apesar dos conceitos diversos, todas essas teóricas caminham no mesmo sentido, em busca de uma definição de gênero que não seja essencialista e que englobe a pluralidade e a diversidade das mulheres. Essa visão do gênero propicia o questionamento das práticas e ideologias relacionadas à maternidade.

Dessa forma, a partir da perspectiva de gênero, seguindo o objetivo de resgatar escritoras negligenciadas pela historiografia literária tradicional, e de promover novas leituras de produções literárias de autoria feminina, venho trazer a importância do resgate e da releitura da produção escrita de Mary Wollstonecraft e do estudo do romance de Michèle Roberts. Apesar de ser uma das precursoras do movimento feminista já no século XVIII, com o seu livro de natureza não-ficcional *A Vindication of the Rights of Woman* (considerado o documento fundante desse movimento), Mary Wollstonecraft merece maior visibilidade quanto à sua produção ficcional. Daí nosso objetivo de desenvolver novas leituras sobre os romances *Maria, or the Wrongs of Woman* e *Mary: a Fiction*. Durante minha análise, propiciarei o diálogo entre esses livros e *Vindication*, manifesto que será de grande importância, pois apresenta os pensamentos de Wollstonecraft com relação à família e à maternidade de maneira direta, e ajuda a conhecer mais de perto as aspirações que ela teve e o que ajudou a concretizar, mesmo depois de sua morte.

Seguindo os mesmos objetivos, selecionei Michèle Roberts, autora de vários romances que abordam questões de natureza feminista e que merece, no nosso entender, estudos mais aprofundados. Em sua obra, que inclui *The Book of Mrs. Noah* (1987), *Daughters of the House* (1992) e *Fair Exchange* (1999), essa escritora explora as vidas das mulheres, suas histórias e experiências, com grande ênfase na experiência materna.

Analisar a maternidade na literatura e tentar contribuir para a desconstrução dos conceitos patriarcais sobre essa experiência requer um estudo de, pelo menos, certos momentos da maternidade na história. Assim, neste trabalho, também analiso alguns

exemplos de como a experiência materna foi construída ao longo dos séculos e de seus reflexos na literatura. Como já expliquei, o tema, existente de forma escassa, é, na maioria das vezes, apresentado de forma deturpada e incompleta para atender aos interesses do patriarcado. A história e a literatura encerram a possibilidade de contribuição recíproca contra os mecanismos ideológicos de escolha e apresentação dos acontecimentos, que acabam por prejudicar certos grupos sociais, certos eventos, certos temas, silenciando-os ou representando-os de forma distorcida.

A história mantém certa semelhança com a literatura. Ambas são narrativas e, portanto, são construídas de acordo com a perspectiva do narrador. Com as várias discussões e dificuldades sobre a definição da literatura, muitas vezes, a própria linha divisória que a separa da história se torna tênue. No entanto, a relação da história com a literatura nem sempre foi problemática, pois a primeira era considerada um desdobramento da segunda. Foi apenas com a construção do sentido da literatura e de sua constituição como a temos hoje, que a história apareceu como algo distinto dela. Lionel Gossman, em seu ensaio *History and Literature: Reproduction or Signification*, relata como foi a relação entre essas duas áreas ao longo dos séculos e mostra como se deu sua separação. Apenas na fase final do Neoclassicismo, a associação entre a literatura e a retórica começou a ser quebrada e aquela passou a ser identificada à poesia, à escrita figurativa, ao grupo de textos privilegiados e sagrados, diferentes de, e se contrapondo a, todos os produtos do mundo “degradado” do capitalismo industrial. A história, por sua vez, começou a ter seu foco discutido, passando a haver uma preocupação maior com uma teoria de objetividade científica. Por fim, durante o século XIX, uma separação definitiva se deu com a divisão disciplinar e especializada das disciplinas na universidade.

No entanto, apesar de seu passado de aproximação e das semelhanças que ainda são possíveis observar mesmo depois desse distanciamento, a história e a literatura ainda enfrentam resistência no que diz respeito à aceitação de seus pontos em comum. É difícil concordar em chamar de narrativa, algo próximo da ficção, um relato da “realidade”, feito sob os princípios da objetividade e imparcialidade científicas, como pretende ser entendida a história. Segundo o historiador estadunidense Hayden White, em *The Historical Text as Literary Artifact*, “tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são – ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como achados e cujas formas têm mais em comum com a literatura do que com a ciência.” (WHITE in CANARY e KOZICKI, 1978: 42) Para White, a história difere da ciência no ponto em que não é capaz de dar origem às leis universais que a última tenta produzir. Ao mesmo tempo,

seria diferente da literatura à medida em que se interessa em retratar o “real” e não o “possível”, considerado o objeto da ficção. Entretanto, ele deixa bem claro que a suposta concretude dos textos históricos é produto da própria capacidade ficcional do historiador. Elisabeth Badinter também atenta para a inevitável parcialidade dos historiadores:

Há muito tempo foi reconhecida a impossibilidade de um observador, por mais circunspeto e cauteloso que seja, despojar-se de suas paixões para ver os outros com toda a objetividade. Georges Duby lembrou recentemente esta verdade essencial aos seus colegas historiadores. O desenvolvimento da história quantitativa e a utilização da informática, diz ele, permite ter materiais mais precisos, mas o historiador os utiliza a serviço de suas paixões e da ideologia que o domina. (BADINTER, 1985: 12)

Sob tal lógica, a história é discurso, uma forma cultural como qualquer outra. É um discurso fortemente imbuído do sistema simbólico do imaginário social, que de acordo com Tania Navarro Swain, se encontra em toda formação social. Como ela nos explica, os símbolos criam realidades, naturalizam imagens em certos momentos históricos, utilizando a memória coletiva e as tradições. O imaginário dissemina, revitaliza, ressemantiza imagens, criando paradigmas e normas que se fortalecem na repetição ritual. O controle do imaginário, assim, acaba sendo fonte de poder: “A posse do controle do imaginário é (...) uma peça essencial do dispositivo do poder” (SWAIN, 1994: 49) e, portanto, os paradigmas criados pelo imaginário são manipulados de forma a dominar e organizar a sociedade de acordo com os interesses dos que detêm o poder. “Assim, na trama do social, criam-se as noções de ‘evidente’, ‘natural’, ‘universal’, bloqueando inclusive a possibilidade de se pensar o heterogêneo.” (SWAIN, 1994: 49)

Margareth Rago, lembrando o pensamento de Michel Foucault, diz que para esse filósofo, o discurso não é reflexo do real, mas sim, prática e, como tal, constrói figuras sociais, identidades, dando um sentido determinado ao fato histórico:

Recusando a concepção do discurso como reflexo do real, o filósofo explicava que o discurso é prática, e que as práticas discursivas instituem figuras sociais, constroem identidades e objetivam o fato histórico, dando-lhe visibilidade e imprimindo-lhe sentido determinado. Contrariava, nesse sentido, a cristalizada representação de que o fato existe por si só independentemente do discurso. (RAGO, 1995: 28)

Consciente do poder e das limitações da história, Foucault defende a sua autonomização, sua libertação de procedimentos envelhecidos, cristalizadores, totalizadores, de construções autoritárias do passado, que pretendem levar à única verdade. Acaba, assim,

defendendo uma “nova história”, mais aberta às diferenças, à diversidade, aos múltiplos pontos de vista. Segundo Margareth Rago:

Foucault, na contramão, publicava *A Arqueologia do Saber*, livro de 1969, partindo em defesa da História. Denunciava os atentados aos seus direitos, quando se ignoram os acidentes, os acasos, os desníveis, em nome de uma homogeneização totalizadora quando se é incapaz de pensar as descontinuidades. (RAGO, 2002: 257)

A descontinuidade é aquela que está dispersa e que emerge contrapondo-se à idéia de continuidade, e supõe a existência dos “obstáculos”, ou seja, elementos postos de lado pela continuidade da historiografia tradicional. Assim, esses “obstáculos” significam grupos sociais, experiências etc., silenciados pelos recortes dos historiadores, como as mulheres e, conseqüentemente, a maternidade. E ao se “pensar as descontinuidades”, vozes silenciadas são trazidas à luz. Isso implica reconhecer o aspecto ficcional das narrativas históricas, atitude que, “serviria como um antídoto poderoso contra a tendência dos historiadores em se tornar cativos de pré-conceitos ideológicos, que eles não reconhecem como tal, mas honram como a ‘correta’ percepção da ‘maneira como as coisas realmente são’ ”, nas palavras de Hayden White. (WHITE in CANARY e KOZICKI, 1978: 61)

Como tentei mostrar brevemente, apesar de ter sido tão negligenciada, a maternidade é um tema importante para a organização social. No próximo capítulo, apresentarei um resumo de textos não-ficcionais sobre essa temática, o que servirá de instrumental para as análises da produção escrita de Mary Wollstonecraft e Michèle Roberts. Apresentarei algumas análises psicanalíticas, como as teorias de Dorothy Dinnerstein e Nancy Chodorow. Para Stevens, os debates psicanalistas contribuem para as novas produções teóricas e ficcionais, à medida em que a ficção trabalha as oscilações entre a ligação materna e paterna e as várias repressões sofridas no decorrer do desenvolvimento da mulher. O papel e os deveres atribuídos às mães têm sido modificados e o discurso literário tem contribuído para a construção de práticas mais livres e igualitárias sobre a maternidade, principalmente à medida em que contesta imagens tradicionalmente vistas como negativas, transformando-as em positivas, que contribuem para novas subjetividades e identidades para a mulher-mãe, como se observa nos romances de Michèle Roberts. À medida em que esses textos forem apresentados, teremos a possibilidade de considerar até que ponto os respectivos autores confirmam e transmitem concepções naturalizadas sobre a mãe, atendendo os valores e interesses do patriarcado, ou caminham no sentido da desconstrução dessas noções.

## CAPÍTULO 1

### MATERNIDADE: O PILAR DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A memória é ficção. Seleccionamos o mais brilhante e o mais obscuro, ignorando o que nos envergonha, e assim bordamos o extenso tapete de nossa vida. (...) Afinal, tudo que temos com plenitude é a memória tecida por nós mesmos. Cada um escolhe um tom para contar a própria história.

Isabel Allende  
*Retrato em Sépia*

Conforme foi possível observar na introdução deste trabalho, a experiência da maternidade foi obscurecida e marginalizada na historiografia tradicional, apesar de seu papel na história da humanidade. Segundo Nancy Chodorow, embora a maternidade seja “de profunda importância para a estrutura da família, para as relações entre os sexos, para a ideologia sobre as mulheres e para a divisão sexual do trabalho dentro da família e no mundo fora dela, ela é raramente analisada.” (CHODOROW, 1979: 3) Para ela, por ser a criação dos filhos pelas mulheres considerada algo natural, a maternidade tem sido ignorada ou tida como não-problemática, apesar do reconhecimento por alguns teóricos, como Engels, de seu papel histórico fundamental. Como consequência, as mulheres, que têm sido as figuras centrais nessa esfera da reprodução social, têm sido desprivilegiadas. Assim, quando lembrada, a maternidade é abordada como uma função, um papel, havendo um grande silêncio sobre a torrente de sentimentos pelos quais passam as mulheres que experimentam o nascimento de uma criança. Na maioria das vezes, o que se descreve e narra é o modo como os homens vêm, consideram e interpretam essa capacidade biológica do corpo feminino.

Estudos sobre as sociedades primevas, como o feito por Erich Neumann, mostram que a concepção, a gestação, o parto e muitas outras transformações que ocorrem no corpo da mulher foram considerados como fenômenos numinosos<sup>5</sup> que deram origem, nos primórdios da sociedade, a imagens simbólicas e representações arquetípicas, presentes durante toda sua

---

<sup>5</sup> Erich Neumann designa por numinoso “o efeito de entidades e forças que a consciência dos homens primitivos vivenciou como fascinantes, terríveis e avassaladoras e que, por esse motivo, foram por ela atribuídas a uma fonte com um vago caráter transpessoal e divino.” (NEUMANN, 1999: 21)

existência e que, segundo Neumann, ainda são encontradas na mente do ser humano contemporâneo, seja ele de uma tribo indígena ou morador de uma grande cidade. Devido às suas peculiaridades e capacidades biológicas, as mulheres acabaram sendo investidas de um poder mágico, ao mesmo tempo fascinante e ameaçador, fruto dos sentimentos ambivalentes dos homens em relação ao corpo feminino. A mulher assim investida de um poder sobrenatural se torna, nas palavras de Neumann, “A Grande Deusa”, senhora da vida e da morte, ou “A Grande Mãe”, que dá vida a tudo o que existe, mas que também retoma para si aquilo a que deu origem.

Para atingir os objetivos econômicos, sociais e políticos da sociedade patriarcal, as mulheres foram e, muitas vezes continuam sendo, “domesticadas” para a maternidade, conforme ressaltam Adrienne Rich e Mary Del Priori, dentre outras. Para Tania Navarro Swain, em *Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade*, as mulheres têm sido definidas pela sua capacidade de procriação, sendo a mãe considerada a verdadeira mulher. Assim, reproduzir passou a denominar o feminino e as mulheres deixam de ser mulheres se não podem ou não querem ter filhos. “A mãe é o modelo de mulher, a mulher no singular, uma figura fractal, que reproduz infinitamente a mesma imagem, reduzida a um sentido unívoco do ser”. (SWAIN in STEVENS, 2007: 204) E se por um lado a mulher é louvada pela sua capacidade de gerar outro ser, por outro é inferiorizada “em sua imanência de destino biológico.” (SWAIN in STEVENS, 2007: 211) Isso porque as mulheres detêm um poder de fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer sociedade: são elas que dão à luz as pessoas que povoam um novo território, os trabalhadores que contribuem para o crescimento econômico de uma nação, os soldados que defendem um país nas guerras. Segundo Rich, nas colônias norte-americanas, uma família comum possuía de doze a vinte e cinco filhos. Tanto as mulheres brancas pioneiras como as mulheres negras escravas trabalhavam no sentido de povoar a futura nação, contribuindo, assim, para a produtividade econômica. No mundo contemporâneo, ainda encontramos notícias que mostram como as mulheres são importantes para o Estado devido à sua capacidade de procriação. Uma reportagem de 2007 feita por Martin Fackler, em Tóquio, e publicada no portal UOL, descreve as condições difíceis das mulheres no Japão, onde pouquíssimas conseguem chegar a altas posições no trabalho devido ao machismo e à impossibilidade de conciliar jornadas de 15 horas diárias com o cuidado com os filhos. A japonesa Miiko Tsuda, de 38 anos, que optou por não constituir família para se dedicar à vida profissional, diz que seus colegas de trabalho freqüentemente pedem a ela e a outras mulheres que apertem o botão dos elevadores para eles e lhes sirvam chá. Yakako Kurose, de 45 anos, perdeu a possibilidade de ascensão

profissional depois do nascimento da filha; porque saía antes das 18h30 para buscar a filha na creche, foi colocada em um posto mais baixo, onde praticamente não há promoções. O que mais intriga é que essa situação vem incomodando os japoneses não pelo desrespeito praticado contra as mulheres, mas porque as taxas de natalidade estão caindo no país. Na mesma reportagem, alega-se que nos EUA, onde quase metade dos cargos de gerência são ocupados por mulheres, a taxa de natalidade é alta. Ou seja, foi observada a identificação entre boas condições de trabalho para as mulheres e a possibilidade de conciliar serviço e maternidade. Condições de emprego que forçam as mulheres a escolher entre trabalhar e ser mãe, no entanto, acabam desencorajando as mulheres a terem filhos, impossibilitando, assim, o nascimento de novas crianças e, conseqüentemente, o aumento da população. Diante disso, “o declínio populacional está obrigando as pessoas a mudar de atitude” no Japão, nas palavras do ex-ministro Kumiko Inoguchi, e não a conscientização da população masculina de que as mulheres são capazes de assumir postos de importância, mesmo tendo uma família.

Como se pode depreender das atitudes misóginas no tratamento das mulheres, o desconhecimento sobre o corpo feminino, aliado ao medo de ser controlado e envolvido pelos mistérios femininos e à inveja de sua capacidade de criar a vida, pode ter levado o homem a atribuir às mulheres idéias contraditórias que têm como fim aprisioná-las em seus próprios corpos, estabelecendo como seu único papel o de ser mãe. Por um lado, ao longo do tempo a mulher tem sido considerada impura, lugar de sangramentos e secreções perigosas para o homem, uma fonte de contaminações físicas e morais; por outro lado, como mãe, a mulher é sagrada, pura, assexuada, receptiva. Assim, o seu potencial para a maternidade passa a ser seu único destino e identidade.

### **1.1. A mãe e o inconsciente**

Neumann mostra a abrangência e a importância do arquétipo do Grande Feminino, da Grande Mãe, ao descrever seu caráter elementar e o caráter de transformação e a presença constante desse arquétipo na vida psíquica dos grupos sociais. Em sua análise, utiliza expressões mitológicas e estéticas de diversos grupos culturais de várias épocas, como estátuas de deusas, pinturas em manuscritos, cerâmica, quadros de séculos diferentes e até mesmo o desenho de uma criança do século XX. O estudo de Neumann mostra a importância do arquétipo da Grande Mãe, trazendo exemplos de como ele foi deturpado pelo discurso

patriarcal. No entanto, o estudioso demonstra que apesar das distorções sofridas, a força da “Grande Mãe” perdura, fortemente enraizada, em uma vasta simbologia presente, até mesmo, nas atividades mais comuns do cotidiano do ser humano contemporâneo. O feminino-maternal, como aspecto numinoso, foi considerado, nos primórdios da humanidade, como uma poderosa fonte de poder, relacionada a tudo o que existe: à terra, à água, ao céu, às plantas e aos animais; e persiste, poderoso, nos símbolos da casa, da porta, da árvore, da madeira, da urna, do caldeirão, dentre muitos outros, e até mesmo em símbolos de instituições patriarcais, como o cálice Graal e a cruz do Cristianismo (de acordo com Neumann, a cruz é uma variante da árvore da vida e do barco de luz, relacionados à Grande Mãe).

Segundo Adrienne Rich, não há como ter certeza se houve um período matriarcal na história da humanidade. Entretanto, há evidências arqueológicas de que houve um período em que as mulheres eram veneradas, principalmente em relação à sua capacidade de procriação, evidências que permitem a Rich utilizar o termo “ginocêntrico” [*gynocentric*] para se referir a períodos em que pode ter existido organizações sociais e crenças centradas nas mulheres. Como nos mostra Neumann, dentre os primeiros artefatos produzidos pelos seres humanos encontramos figuras femininas que demonstram o poder primordial atribuído às mulheres. Estatuetas com o ventre e os seios proeminentes, como as Vênus de Willendorf e de Lespugne, de cerca de 20.000 anos, ou mesmo a Diana de Éfeso, estátua da Antigüidade grego-romana, com seus múltiplos seios, enfatizam o grande poder de criação, nutrição e proteção da vida pertencente à “Grande Deusa”, à “Grande Mãe”.

Para Rich, essas figuras expressam uma atitude que considera as mulheres como centrais para o que é necessário e sagrado; elas validam a espiritualidade feminina e propiciam às mulheres um senso importante de si mesmas como participantes em mistérios essenciais da vida. No entanto, Rich entende que Neumann considera que essas figuras – sejam neolíticas, pré-colombianas, gregas, entre outras de diferentes épocas e civilizações – não expressam as percepções das primeiras mulheres sobre si mesmas; pelo contrário, ele demonstra que são trabalhos dos homens, simbolizando a percepção masculina sobre sua relação com as mulheres e a natureza.

Para Neumann, o símbolo e o significado do Grande Feminino foram estabelecidos como centrais na vida do homem primevo e grande parte da história da humanidade se desenvolveu baseada nessa centralidade, seja seguindo sua carga energética ou resistindo a ela, como ele exemplifica nas análises que faz dos inúmeros símbolos existentes e no comportamento hostil do patriarcado em relação à Grande Mãe. Segundo Neumann, a centralidade do Grande Feminino tem fundamento no seu núcleo simbólico, o vaso, que

protege, nutre e dá a vida, contendo em si a existência inteira do homem primitivo e de seu mundo. O caráter de grandeza está ligado à Grande Mãe, pois quem é contido, protegido e nutrido é sempre o pequenino. O homem, quando aparece na arte dos primeiros seres humanos, é esse pequenino, representado como uma criança frágil nos braços ou nos seios da Deusa-Mãe. O homem, então, aparece como dependente do Feminino, princípio da natureza, provedor de nutrição, abrigo e proteção. Ele é tão dependente da natureza, seja no prazer ou na dor, quanto um bebê é dependente de sua mãe. Assim, para Neumann, é nessa experiência masculina externa que as imagens da Deusa-Mãe com seu filho foram inspiradas. Segundo Rich, Neumann fornece a imagem da mulher que gesta e nutre enquanto o homem expressa sua fascinação e medo por ela.

Rich aponta que talvez as evidências trazidas por Neumann de que a cerâmica, com a fabricação de vasos, era considerada um processo sagrado e restrito às mulheres, possa ter sido uma forma de expressão feminina, pois, segundo ele, a criação de um vaso implicava a mesma atividade criativa que a concepção de um filho. De acordo com Neumann, os aspectos essenciais do caráter feminino de transformação estão ligados ao vaso como símbolo de transformação. Assim, ao analisar o estudo de Neumann, Rich observa que é provável que as mulheres não fabricavam apenas vasos, mas imagens de si mesmas, vasos da vida, que transformam sangue em leite e vida. O vaso, em sua função, não era um simples recipiente: servia para guardar comida por longo tempo, transformava alimentos crus em cozidos, recebia os restos mortais de pessoas.

No entanto, Rich não esquece a armadilha que esconde a comparação da mulher a um vaso, ou seja, a um espaço interior. Abundam interpretações limitadoras de que a mulher deve ser maternal, receptiva como um “receptáculo”, de que seu lugar é em casa, espaço interior, de que a mulher sem filhos é uma mulher infértil, vazia. No entanto, a escritora procura extrair as contribuições positivas dos estudos arqueológicos e antropológicos para as mulheres: na mente primordial, o vaso não é um receptáculo vazio; ele é transformador, portanto, ativo e poderoso. “Assim, não o poder *sobre os outros*, mas o poder *transformador* era o poder essencial e realmente significativo, e isso, na sociedade pré-patriarcal, as mulheres sabiam.” [grifos da autora] (RICH, 1981: 99)

E, como visto, o que Neumann chamou de caráter elementar não possui apenas traços positivos. A Grande Mãe não é só a “Mãe Bondosa”. É também a “Mãe Terrível” e, assim, não só doa e protege a vida, mas também, “como continente, retém e retoma; é, ao mesmo tempo, a deusa da vida e da morte” (NEUMANN, 1999: 50). Como não é só provedora da vida, também dá ensejo à morte e à supressão do amor. Conseqüentemente, tudo o que é

negativo também passa a ser relacionado a ela, como fome, frio, abandono, aflição. Assim, o nascimento não é visto somente como libertação para a vida, mas também como expulsão do paraíso, como perda do lar original. Embutida nesse pensamento, encontra-se outra armadilha, pois a comparação inicial do ventre à terra foi apropriada pelo pensamento patriarcal para associar a mulher apenas à matéria, sendo, assim, secundária na concepção e, portanto, inferior ao homem, conforme expõe Aristóteles; para atribuir um aspecto repugnante, obscuro e vil ao útero, visto como fonte de sujeira, doenças, histeria, como demonstram textos médicos encontrados ainda no século XIX; para sustentar a imagem que o Cristianismo difundiu sobre o corpo feminino como impuro, fonte do pecado e da luxúria, movido pelo demônio e que, portanto, deve ser controlado antes que leve os homens à perdição.

Cristina Stevens ressalta que, apesar de válido, o estudo de Neumann apresenta uma exaltação do feminino-maternal ambígua, que sustenta conceitos patriarcais essencialistas que precisam ser desconstruídos, como algumas teóricas feministas têm feito. Como ela nos explica, “embora inteligentemente convincente, a teoria do Neumann nos mantém poderosas apenas no domínio do pré-simbólico, anterior à complexa condição psíquica do ego e da consciência racional, especulativa.” (STEVENS, 2007: 32)

O estudo de Neumann se torna válido até o ponto em que ressalta a importância do feminino e aponta para a possível origem de certas distorções do pensamento patriarcal sobre a maternidade, que muitos, como Freud, afirmam serem etapas necessárias e inevitáveis da formação do *self*. Neumann e Rich ressaltam que a “Grande Mãe” não era senhora apenas das profundezas da terra; era também senhora das águas e das alturas do céu, como nos ilustram estatuetas antigas que traziam figuras femininas com as mãos voltadas para cima, em diversas culturas como na Egípcia e Azteca, onde o próprio céu era considerado feminino, tendo o sol e a lua como seus filhos. Segundo Rich, a “Grande Mãe” foi originalmente personificada no escuro e na luz, nas profundezas e nas alturas. “Foi apenas com o desenvolvimento de uma cosmogonia patriarcal que nós a encontramos restrita à uma presença puramente ctônica e telúrica, representada pela escuridão, pelo inconsciente e pelo sono.” (RICH, 1981: 109)

Para Rich, em muitas culturas a mulher grávida e em trabalho de parto foi e continua sendo um tabu e os homens foram excluídos do local de parto. Em algumas culturas, uma criança que não tivesse nascido facilmente era considerada demoníaca e era condenada à morte, assim como, em muitos casos, a própria mãe. Ao longo do tempo, percebemos que a mulher dá a luz com a ajuda e o suporte moral de uma avó, uma amiga ou parente. Assim, essas mulheres se tornaram sábias, experientes, detentoras do conhecimento sobre o nascimento. A parteira não prestava apenas assistência física; também oferecia apoio

psicológico, estando com a mãe durante todo o trabalho de parto, “como uma amiga e uma professora.” (RICH, 1981: 151)

Pelo que foi brevemente apresentado, infere-se que a rejeição, a alienação e o controle do corpo feminino e de sua capacidade reprodutiva são frutos de crenças e mitos impregnados na mente patriarcal. Psicanalistas feministas como Dorothy Dinnerstein e Nancy Chodorow buscam, no entanto, mostrar que esses sentimentos e atitudes são provenientes de processos psicológicos engendrados pelas relações entre mães, pais e filhos. Para ambas (e também para Adrienne Rich), o fato de ser a mãe incumbida dos primeiros cuidados com a criança a investe de uma carga emocional excessiva e prejudicial para todos, principalmente para as mães e as mulheres em geral. Para Rich:

Porque as crianças permanecem dependentes de cuidados por um período muito mais longo do que os outros mamíferos, e por causa da divisão de trabalho estabelecida há muito tempo em grupos humanos, onde as mulheres não apenas gestam e amamentam, mas também são investidas de total responsabilidade pelos filhos, a maioria de nós primeiramente conhece o amor e o desapontamento, o poder e a ternura na pessoa de uma mulher. (Rich, 1981: 11)

Assim, para ela, foi uma mulher (nossa mãe ou outra mulher que por amor ou necessidade a substituiu) que nos proporcionou continuidade e estabilidade, mas também rejeições e recusas, e é a ela que nós associamos nossas sensações primordiais, nossas primeiras experiências sociais. Essa carga emocional forte acaba, assim, perpetuando percepções e comportamentos deturpados sobre as mães e as mulheres em geral.

Com o mesmo argumento, Dinnerstein explica que praticamente toda pessoa teve ou tem uma mulher – geralmente a mãe – como a pessoa que lhe forneceu o primeiro contato com a humanidade e a natureza. Essa presença feminina predominante nos primeiros anos da criança deixam profundas marcas no seu comportamento futuro. O laço corporal da criança com a mãe proporciona contatos com sentimentos intensos e opostos: por um lado, o prazer de ser protegido, alimentado, acariciado; por outro, a dor de não ter suas necessidades atendidas todo o tempo e o medo profundo de ser separado dos prazeres que a mãe proporciona. Para Dinnerstein, esses seriam protótipos da dor da vida e do medo da morte, que acomete o ser humano em seu incessante desenvolvimento. Além disso, essas primeiras experiências permanecem nas pessoas e explicam os comportamentos sexuais futuros, como a necessidade do homem de ter acesso exclusivo e unilateral à mulher, o sentimento de posse do corpo feminino, a maior liberdade sexual atribuída ao homem, a idéia de que as mulheres

devem ser as únicas ou as principais a cuidarem dos filhos e o próprio consentimento das mulheres em relação a atitudes que tanto a oprimem. Segundo a psicanalista, tudo isso começa na infância mais tenra, nas diferenças encontradas nas relações dos meninos e das meninas com as mães e os pais no início da vida. Com tanta carga emocional, o corpo feminino acaba carregando as imagens contraditórias de vergonha e santidade, enquanto o homem representa o espírito, a conquista, a razão. A mãe, e conseqüentemente a mulher, é objeto do ataque de sentimentos ambivalentes, medos do poder de vida e morte atribuído a ela. O contato com a figura masculina, muitas vezes, acontece mais esporadicamente ou mais tarde na vida da criança e, portanto, essa figura não fica sujeita a grandes cargas emocionais. Segundo Dorothy Dinnerstein:

Quando os homens estiverem tão diretamente envolvidos como as mulheres nas vidas intensamente corporais dos bebês e das crianças maiores, a realidade do corpo masculino como uma fonte de novas vidas estará sujeito a se tornar substancial para nós em uma idade mais tenra, e a continuar emocionalmente mais presente a partir de então (...). A mudança não fará a procriação da mulher parecer menos miraculosa do que parece agora, apenas menos assustadora (...). (DINNERSTEIN, 1976: 150)

Dinnerstein denomina “*sexual arrangements*” a divisão de responsabilidade, oportunidade e privilégio que prevalece entre os homens e as mulheres e os padrões de interdependência psicológica implícitos nessa divisão. Para ela, essa divisão se baseia no fato da responsabilidade primeira das mulheres pelos cuidados com as crianças, o que leva a um aprofundamento da psicopatologia que tem permeado nossa evolução cultural, pois apesar de que grande parte de nosso prazer de viver está ligado a esse comportamento, isso não traz benefícios a nenhum dos sexos. Segundo Dinnerstein, “até que nos tornemos fortes o suficiente para renunciar às perniciosas formas predominantes de colaboração entre os sexos, homens e mulheres continuarão semi-humanos, monstruosos”. (DINNERSTEIN, 1976: 5)

De acordo com Nancy Chodorow, as mulheres sempre cuidaram dos filhos, seja como mães em famílias, trabalhadoras em creches ou escravas domésticas. Apesar das mudanças, elas continuam sendo as principais responsáveis pela criação dos filhos, mantendo os laços emocionais primários com as crianças, enquanto que os pais raramente possuem essa relação primária com o bebê. O papel de mãe tem ganhado significância psicológica e ideológica e tem definido, cada vez mais, as vidas das mulheres. Ao observar a maternidade ao longo da história e nas diversas sociedades, percebe-se que “mãe não é apenas gestar uma criança – é ser a pessoa que socializa e nutre, cria.” (CHODOROW, 1979: 11)

Chodorow analisa a função materna exercida pelas mulheres e a maneira como ela é reproduzida ciclicamente. Ela estuda a “reprodução da maternidade” como um elemento central e constitucional da organização social e da reprodução do gênero, questionando como as mulheres se tornam as responsáveis pelos cuidados com os filhos e, assim, como podemos mudar as coisas para transformar a divisão sexual do trabalho onde as mulheres são as responsáveis pela criação dos filhos. Segundo Chodorow, quando reinterpretada, a análise psicanalítica do desenvolvimento do homem e da mulher nos fornece uma teoria desenvolvimentista da reprodução do cuidado com os filhos exercido pelas mulheres. Como resultado de terem sido criadas por uma mulher, as mulheres têm mais tendência do que os homens para se tornarem mães, extraírem gratificação desse relacionamento e terem capacidades relacionais e psicológicas para a maternidade.

Chodorow apresenta a fragilidade dos “argumentos da natureza” para explicar a exclusividade das mulheres no cuidado com os filhos. Ela mostra a visão funcionalista-evolutiva da divisão sexual do trabalho, apresentada por antropólogos; essa visão combina uma visão funcionalista das sociedades caçadoras contemporâneas (mais próximas das primeiras sociedades humanas) e uma explicação evolutiva das origens do homem. Segundo essa explicação, a maior força e agilidade dos homens fazia com que fosse natural para eles caçarem e para as mulheres terem e criarem os filhos. Nessa época, as mulheres passavam mais tempo tendo filhos e como os humanos precisam de cuidados por longo tempo, a gravidez e a lactação tornavam difícil, ineficiente e perigoso para as mulheres caçarem. No entanto, como lembra Chodorow, essa explicação não é suficiente para demonstrar que as funções reprodutivas das mulheres necessariamente trazem uma divisão sexual do trabalho onde apenas as mulheres exercem a função de mãe. Pelo contrário, o argumento funcionalista é, em sua maior parte, um argumento conveniente para objetivos ideológicos, pois as mesmas conclusões de que as mulheres são responsáveis pelos filhos são aplicadas a um pequeno grupo de seres humanos, que sobrevive da caça e cuja situação de subsistência é problemática, e a sociedades industrializadas, onde qualquer trabalho pode ser exercido tanto por homens quanto por mulheres.

Chodorow também refuta o argumento de que as mulheres têm um instinto materno e que, por isso, é natural que elas maternem. De acordo com várias pesquisas, cromossomos não fornecem nenhuma base para o desejo ou a capacidade de ter e criar um filho. Assim, ela chega à conclusão de que os “argumentos da natureza” não convencem como explicações para

a exclusividade das mulheres no cuidado dos filhos. Para ela, a “reprodução da maternidade”<sup>6</sup> (função materna exercida somente por mulheres) ocorre por intermédio de processos psicológicos induzidos sócio-culturalmente. A função de mãe não é um produto da biologia, mas também não é algo que pode ser apenas ensinado, aprendido por imitação, nem explicado como resultado do poder dos homens sobre as mulheres, pois elas não podem ser simplesmente forçadas a exercerem o papel de mãe. Esse “não é só um conjunto de comportamentos, mas participação em um relacionamento interpessoal, difuso e afetivo” (CHODOROW, 1979: 33), razão pela qual a preocupação com esse papel deve ir além do comportamento. A responsabilidade exclusiva das mulheres pelo cuidado com os filhos não é algo imutável, inevitável. Ela é uma parte fundamental da divisão sexual do trabalho, estruturalmente relacionada a outras formas de organização institucional, e contribui para a reprodução da desigualdade sexual por intermédio de seus efeitos na personalidade masculina e feminina. A organização familiar, as práticas na criação dos filhos e outras características dessa responsabilidade mudam em resposta a mudanças na organização da produção. A maternidade tem um ponto de partida biológico, mas é também um “produto histórico” e “um papel que tem bases psicológicas” (CHODOROW, 1979: 32). Ideologias e instituições contribuem para a reprodução social, pois criam expectativas sobre o que é normal e apropriado e sobre como as pessoas devem agir. A sociedade torna difícil a separação entre a mulher e a função de mãe:

A perpetuação da sociedade requer que *alguém* crie os filhos, mas nossa linguagem, ciência e cultura popular tornam muito difícil a separação da necessidade de cuidados da questão de quem fornece esses cuidados. É difícil separar as atividades de mãe, geralmente exercidas por mulheres e, particularmente, por mães biológicas, das mulheres. [grifo da autora] (CHODOROW, 1979: 35-6)

Chodorow mostra como a estrutura tradicional da maternidade se reproduz, baseando-se na teoria psicanalítica como uma análise da estrutura da família, da reprodução social e de como a divisão familiar do trabalho onde principalmente a mulher cuida dos filhos traz sentidos sociais históricos específicos para o gênero, contribuindo para a reprodução dessa mesma divisão. Por meio da análise da teoria psicanalítica do desenvolvimento da personalidade da mulher e do homem, ela demonstra que as mulheres, como mães, produzem

---

<sup>6</sup> Durante a exposição das idéias de Nancy Chodorow, utilizo os termos “maternidade”, “paternidade” ou mesmo “criação ou cuidado com os filhos” para tentar uma aproximação com o termo neutro existente na língua inglesa que expressa o ato de ser pai ou mãe, sem distinção de gênero: *parenting*.

filhas com capacidades e o desejo de exercer a função materna, que se desenvolvem a partir da relação mãe-filha. Por outro lado, mulheres como mães e homens como não-mães produzem filhos cujas capacidades e necessidades de cuidar e proteger são sistematicamente reprimidas, preparando-os para um papel menos afetivo na família e para a participação no ambiente impessoal e extra familiar do mundo do trabalho e da vida pública. Todo esse processo se dá de forma cíclica, reproduzindo a divisão sexual do trabalho onde as mulheres são mães:

A divisão sexual e familiar do trabalho onde as mulheres cuidam dos filhos e estão mais envolvidas em relacionamentos interpessoais e afetivos que os homens produz em filhas e filhos uma divisão de capacidades psicológicas que os leva a reproduzir essa divisão sexual e familiar do trabalho. (CHODOROW, 1979: 7)

A criança é totalmente dependente de sua mãe e não tem consciência do outro como objeto separado. O bebê se sente um ser único, indissociado de sua mãe e desenvolve seu senso de *self* principalmente em relação a ela. À medida em que há continuidade na relação da mãe, a criança passa a definir aspectos de si mesma (afetivamente e estruturalmente) em relação a representações internalizadas dos aspectos de sua mãe. Assim, a mãe possui grande responsabilidade no processo de diferenciação do *self* da criança. Nesse processo, ela sempre desperta, de forma não-intencional, o sentimento de ambivalência e rejeição na criança com relação a ela e ao cuidado que ela fornece. A estrutura psíquica da criança em desenvolvimento e seu senso de *self* consistem em experiências inconscientes e divididas do *self* numa relação afetiva com um mundo interno, construído originalmente de aspectos de sua relação com a mãe:

Quando só as mulheres – mães – fornecem cuidados, a dependência total é somente da mãe. São aspectos do relacionamento com *ela* que são internalizados defensivamente; é o cuidado fornecido por *ela* que deve ser consistente e confiável; é a ausência *dela* que produz ansiedade. A primeira experiência e o primeiro desenvolvimento da criança se dão no contexto e advêm do relacionamento interpessoal com sua mãe. (CHODOROW, 1979: 60-1) [grifos da autora]

Para a psicanalista, a estrutura da divisão assimétrica das atividades da maternidade gera um complexo de Édipo feminino com características particulares. Para ela, o complexo de Édipo não é um produto direto da biologia; é uma experiência objeto-relacional, onde o que acontece na estrutura dos membros da família é importante para o desenvolvimento da

criança. Os processos psicológicos e as características da personalidade de gênero que advêm do complexo de Édipo estão baseados na estrutura e nas relações familiares. Chodorow discute a participação do pai e da mãe no complexo de Édipo como uma base final para sua reformulação da teoria.

Em um ensaio sobre as mulheres (*A Feminidade*), Freud explica sua teoria do complexo de Édipo, que tem como um dos resultados o desejo da mulher de ter um filho devido à inveja que ela teria do órgão sexual masculino. Segundo Freud, o primeiro objeto amoroso do menino é a mãe e continua a sê-lo durante toda a vida. O menino possui inicialmente um grande amor pela mãe; sente ciúmes e rivalidade em relação ao pai, desenvolvendo, assim, o complexo de Édipo. Ao descobrir que a mãe não possui o órgão sexual masculino, o menino tem medo de vir a ser castrado como ela e abandona o complexo de Édipo. Não podendo eliminar o pai para ficar com a mãe, o filho a abandona e se junta ao pai, que representa o poder. No entanto, o menino volta a ter uma mulher como objeto amoroso o qual, para Freud, estaria substituindo o seu amor pela mãe. O primeiro objeto amoroso da menina também é a mãe. No entanto, ao perceber que a mãe não possui o órgão sexual masculino, ao descobrir que como ela, a mãe também é castrada, a menina sente-se incompleta e repele seu amor à mãe. Assim, explica-nos Freud, com essa descoberta “a mulher fica desvalorizada para a menina, o mesmo que para o menino e talvez para o homem” (FREUD, 1958: 133); essa inveja possui influências e conseqüências em toda a vida da mulher. Depois dessa separação hostil contra a mãe, a menina volta-se para o pai, talvez com o objetivo de conseguir um órgão sexual masculino. Porém, a situação feminina se estabelece quando esse desejo é substituído pelo de ter um menino. Assim, a mulher “normal” adviria de um “complexo de castração” e, obrigatoriamente, deveria ser mãe (preferencialmente de um menino, o qual teria o pênis que lhe falta). Percebe-se, dessa forma, que o argumento de Aristóteles sobre as mulheres como seres incompletos possui claro eco na teoria freudiana, correlação que mostra como certas idéias negativas sobre as mulheres podem perdurar por séculos e séculos.

De acordo com Badinter, Hélène Deustch, retomando os conceitos do mestre, define a essência da mulher normal como composta de três elementos: passividade, masoquismo e narcisismo. A boa mãe seria uma “mulher feminina”, passiva, assim como o óvulo imóvel, que é fecundado pelo espermatozóide ativo; masoquista, resultado de uma agressividade reprimida; e narcisista, com o seu desejo de ser amada. O desejo narcísico de ser amada é transferido para o filho e os componentes masoquistas se traduzem na aptidão de agüentar o sofrimento para o bem dos filhos.

Na reformulação do complexo de Édipo feita por Chodorow, quando a menina se volta para o pai contra a mãe, o amor por seu pai e a rivalidade com a mãe não substituem sua ligação, seu amor pela mãe, mesmo contra sua vontade. Pois seu pai não serve como um objeto suficientemente importante para quebrar sua ligação maternal, devido à distância física e emocional e porque aparece depois da mãe, quando o laço com ela já está bem estabelecido. O pai é idealizado, porque serve para quebrar a dependência da mãe e ativa a heterossexualidade da menina, mas não o amor heterossexual exclusivo. A garota mantém o laço pré-edípico com a mãe e constrói outros laços em cima do primeiro e não o substitui. O garoto, por ser de outro gênero, é tratado pela mãe desde o começo como um outro sexual, e por ter a mãe mais envolvimento emocional, ele é mais passível de conseguir satisfação emocional e heterossexualidade dela do que as garotas. Devido à situação atual de cuidado dos filhos, pais não se tornam o tipo de objeto edípico exclusivo emocionalmente para as garotas como as mães são para os garotos.

Chodorow conclui que as mulheres se reproduzem como mães, fisicamente, psicologicamente e emocionalmente, contribuindo para a perpetuação de seus próprios papéis sociais e posições na hierarquia do gênero. Como as mulheres são criadas por mulheres, elas crescem com as capacidades e necessidades relacionais e definição psicológica do *self*-no-relacionamento, que as induz para a maternidade. E exatamente porque os homens são criados por mulheres, eles não desenvolvem tais capacidades e necessidades. “As mulheres são mães de filhas que, quando se tornam mulheres, são mães.” (CHODOROW, 1979: 209)

Segundo Chodorow, é importante confrontar essa organização da maternidade/paternidade, pois ela não é inevitável. Críticas sobre o determinismo biológico e os aspectos contraditórios da organização da maternidade/paternidade atual mostram que ela é passível de mudanças. Apesar da constante reprodução da maternidade, há também a incessante reprodução de insatisfação, principalmente por parte das mulheres, com suas limitações. Como enfatiza Chodorow, se nosso objetivo é superar a divisão sexual do trabalho como ela se dá atualmente, é preciso entender, em primeiro lugar, os mecanismos que a reproduzem. Qualquer estratégia de liberação dos constrangimentos de uma organização desigual do gênero deve levar em consideração a necessidade de uma reorganização fundamental da criação dos filhos de forma que ela seja dividida entre homens e mulheres. A psicanalista alega que é difícil separar as mulheres das funções de mãe, mas que isso pode e precisa ser feito. Para os que pensam que a análise de Chodorow parece mostrar a inevitabilidade da situação, ela explica que a psicanálise não foi desenvolvida somente para explicar nossa formação psíquica primeira, mas também para mostrar como superar suas

limitações. Além disso, a psicanálise é contra um modelo de determinismo social. Assim, ela mostra como qualidades de criação dos filhos são induzidas nas mulheres por meio de processos sociais e psicológicos específicos e, portanto, mostra como essas qualidades poderiam ser induzidas nos homens, se eles e as mulheres cuidassem dos filhos de forma igual. Segundo ela, há estudos que mostram que não apenas as mães biológicas são capazes de oferecer o cuidado adequado, e que a criança não exige o relacionamento exclusivo com uma única pessoa. O que é importante para a criança é a constância e a qualidade dos cuidados oferecidos e a habilidade de se relacionar com um pequeno número de pessoas de forma estável ao longo do tempo.

Chodorow conclui sua análise defendendo que as crianças poderiam ser dependentes, desde o começo, de pessoas dos dois sexos e estabelecer um senso individual de *self* em relação a ambas. Dessa maneira, a masculinidade não se tornaria relacionada à recusa da dependência e à desvalorização das mulheres, a personalidade feminina seria menos preocupada com aspectos de individuação e as crianças não desenvolveriam medos da onipotência maternal e expectativas sobre as qualidades auto-sacrificadoras das mulheres. Isso iria reduzir as necessidades dos homens de garantir sua masculinidade e seu controle das esferas sociais e culturais, que tratam e definem as mulheres como secundárias e sem poder, e ajudaria as mulheres a desenvolver a autonomia que sempre lhes foi retirada pelo seu envolvimento profundo nos relacionamentos.

Na mesma linha de pensamento de Dinnerstein e Chodorow, Rich defende que, enquanto somente as mulheres forem as responsáveis pelo cuidado com os filhos, esses continuarão vivendo em uma sociedade separada em um mundo masculino racional e um mundo feminino de sentimentos, onde a mulher deve ser compreensiva, maternal e, não obstante, tem uma influência que é temida e ressentida como “controle”. Segundo Rich:

Até que os homens estejam prontos para dividir as responsabilidades do cuidado universal e intenso com os filhos como uma prioridade social, seus filhos e os nossos filhos ficarão sem nenhuma visão coerente do que uma maturidade masculina não patriarcal pode ser. Nós temos que reconhecer, nesse momento da história, assim como através dos séculos passados, que a maioria de nossos filhos são - no senso mais profundo - virtualmente sem pai. (RICH, 1981: 211)

Rich ressalta que a integração dos homens aos cuidados com os filhos não só mudaria as expectativas que as crianças têm dos homens e das mulheres; não só quebraria os papéis de gênero e diversificaria os padrões de trabalho de ambos os sexos; ela também mudaria a

relação de toda a sociedade com a infância. Rich alega que há dificuldades para que isso ocorra, como a noção de que o cuidado das crianças é trabalho de mulheres, passivo, menos importante ou que é simplesmente divertido. Para ela, para que haja mudanças, as mulheres também devem mudar seu comportamento em relação aos homens, como, por exemplo, deixar de considerar excepcionais, especiais aqueles que têm alguma participação na criação dos filhos (“Nenhuma mulher é considerada ‘especial’ porque carrega as responsabilidades de mãe; não fazê-lo é considerado um crime social.”) (RICH, 1981: 216) Talvez os homens dirão que tais mudanças são maldosas ou que eles perecerão sem o constante cuidado e atenção das mulheres. No entanto, durante séculos dando suporte emocional aos homens, as mulheres não deixaram de ser taxadas de poluídas, pervertidas, dominadoras. Deve-se, aos poucos, dissolver a idéia trazida em ditos como “as mães são mais reais que outras mulheres”. (RICH, 1981: 216)

Para Dinnerstein, apenas com a presença dos homens nos cuidados com os filhos, as mulheres deixarão de ser alvo de tantos sentimentos ambivalentes que a tornam a Deusa sagrada ou ameaçadora. Só então os seres humanos serão capazes de exercer suas potencialidades sem terem ressentimentos e rejeições contra “o controle” e o corpo femininos, idéias tão arraigadas na sociedade humana desde tempos remotos. Assim, mudar as relações atuais entre os sexos é fundamental para se superar a psicopatologia que leva a humanidade a uma atitude destrutiva em relação a si mesma e à natureza e para desconstruir mitos e crenças que representam as mulheres como ameaçadoras, “sujas” e inferiores.

Assim, para Rich, Dinnerstein e Chodorow, é preciso que os pais tenham a mesma presença intensa que a mãe possui nos cuidados com os filhos, ou seja, deve haver um compartilhamento de tarefas para que haja uma separação entre a figura da mulher e a função materna e, dessa forma, a libertação das mulheres de sua associação a mitos, crenças e comportamentos patriarcais misóginos.

## **1.2. A mãe e a história**

Ao longo da história, as mulheres, em função de sua capacidade reprodutiva, têm contribuído para concretizar objetivos que não são necessariamente seus: colonizar territórios, criar soldados, trabalhadores, preservar o patrimônio da família. Mas apesar de ter sido a mulher sempre tão importante para o desenvolvimento da sociedade, como explicar tamanho

medo e rejeição à mulher e ao seu sangue, uma substância que nos primórdios da humanidade era considerada como tendo um poder transformador? Acreditava-se que o sangue menstrual era transformado na criança a quem a mulher dá à luz e no leite com o qual a alimenta. O que parece evidente é que o que Neumann denomina “Grande Feminino” acabaria por ser hostilizado pelo patriarcado, o que deixou funestas conseqüências para a imagem das mulheres. Seu poder e seus símbolos foram sendo diminuídos e deturpados e seu caráter negativo realçado e exagerado pelos homens ao longo da história.

A distorção de idéias relacionadas às mulheres lhes renderam muito sofrimento. Em *Ao Sul do Corpo*, Mary Del Priori apresenta exemplos interessantes de como a ciência médica preenchia as lacunas de seu desconhecimento do corpo feminino com crenças e mitos no Brasil Colonial. A mulher simbolizava um mistério e a procriação exibia um caráter de milagre. O útero (a “madre”) era considerado o órgão vital da mulher, e determinava sua saúde física, mental e sua adequação moral. Seu bom funcionamento mantinha a saúde da mulher e, principalmente, sua fecundidade, possibilitando-lhe seguir os propósitos da Igreja e do Estado, que prescreviam a procriação dentro do casamento como a única forma lícita de relacionamento íntimo. O mau funcionamento da “madre”, por seu turno, incitava no organismo da mulher vários males (ecoando pensamentos antigos como o de Platão e o de Hipócrates, que evocavam um movimento do útero pelo corpo da mulher, que ao entrar em contato com as partes superiores do corpo, bloqueavam a garganta e provocavam sufocação e perturbações sensoriais) e levava à infertilidade, sinal de um castigo imposto pela natureza por ter a mulher se deixado tomar pela luxúria. Segundo Del Priori, a “sufocação da madre” era causada pela rejeição ao casamento e à procriação. Apenas na maternidade as mulheres cumpriram o seu fim moral, e o adestramento da “madre” para a procriação servia para retirar qualquer significado diabólico, mágico e enfeitiçador que tinha o corpo da mulher. Dessa forma, como nos lembra Adrienne Rich, com o objetivo de manter duas noções tão contraditórias (a da mãe fértil e sagrada e a da mulher infértil e diabólica), a imaginação masculina polarizou as mulheres em boas ou más, férteis ou inférteis, puras ou impuras, convencendo as próprias mulheres a se identificarem com essa divisão.

Retomando crenças primitivas, o útero era como a terra fértil, que dá origem aos frutos e os acolhe quando a ela retornam no final de seu ciclo. Assim, a mulher não era mais do que um instrumento para a procriação. No entanto, além de ser o centro da procriação, o corpo feminino era um “depósito de imundícies”. (DEL PRIORI, 1993: 214) Conforme idéia surgida com Aristóteles e desenvolvida pela Igreja, “a madre era ao mesmo tempo, território de utilidade e abjeção.” (DEL PRIORI, 1993: 216) Assim, o sangue mênstruo era ao mesmo

tempo imundo e mágico. Um útero doente poderia transformar “o território de abjeção ou utilidade em zona escura e desconhecida, contra cujas disfunções nada podia a medicina.” (DEL PRIORI, 1993: 213) O sangue catamenial era perigoso, relacionado a rituais de feitiçaria, e os problemas do útero também poderiam ser resultados de outros feitiços. Segundo Del Priori, o poder venenoso do sangue menstrual estava presente nos textos médicos, que aconselhavam até mesmo o afastamento da mulher nos dias do fluxo mensal conforme sugere o médico português de fins do século XVII, João Curvo Semedo (1635-1719):

Porque é tal a maldade do dito sangue que até nos casos insensíveis faz efeitos e danos lamentáveis. Se chega a qualquer árvore, planta, erva ou flor a murcha e seca; se chega ao leite, o corrompe, se chega no vinho, o perde, se chega no ferro, o embota e enche de ferrugem; até a vista dos olhos das mulheres que estão no atual fluxo mensal é tão venenosa que embota a gala e resplendor dos espelhos das mulheres que neste tempo se enfeitam a eles; é tão notório este dano que era proibido no *Levítico* que os homens tivessem ajuntamento com suas mulheres em dias de menstruação. (DEL PRIORI, 1993: 232)

A mentalidade mágico-religiosa da população foi incorporada pela medicina, assim como as práticas tradicionais do saber-fazer das mulheres, ocorrendo uma “reelaboração do imaginário popular sobre o corpo e a doença, à luz dos preceitos da ciência ou da Igreja”. (DEL PRIORI, 1993: 219) Esse processo implicou também, segundo Rich, no que ela chama de alienação do trabalho de parto.

Assim como Rich, Del Priori chama a atenção para a alienação das mulheres em relação à gravidez e ao parto, e mostra como as mulheres foram convencidas pelo discurso patriarcal de que o conhecimento sobre o próprio corpo é um assunto para os homens especializados na matéria. Del Priori explica como as parteiras, as benzedadeiras, as comadres no Brasil Colonial detinham o conhecimento sobre os corpos femininos, conhecimento esse que os médicos se esforçavam por entender e apropriar, reelaborando-o, às vezes, em detrimento das mulheres. Segundo a historiadora, pensamentos errados, na grande maioria das vezes, como vimos, movidos por crenças e práticas antigas, ceifavam as vidas de milhares de mulheres, com procedimentos como a sangria, por exemplo, (utilizada sob a idéia de que era necessário purgar a mulher do sangue ruim) que levava a mãe à morte por esgotamento. No Cristianismo, a dor das mulheres no parto é uma punição de Deus, pensamento encontrado também em outras culturas e que sempre teve aceitação. A escritora Michèle Roberts denuncia essa necessidade de sofrimento das mulheres como castigo pelo pecado original, na

passagem de seu romance *A Piece of the Night*, ao descrever o pós-parto da personagem Claire:

Claire sabe que seu sofrimento não pode ser comparado em nada com o sofrimento Dele. Ela também sabe que o sofrimento Dele e o seu próprio foram causados por um ato de desobediência e curiosidade num passado longínquo pelo qual ela é responsável, o segundo nome de toda mulher sendo Eva. Sua filha a relembra desse pecado toda vez que sua sogra leva a criança para o seio de Claire e a boca se firma com fome e apaixonadamente ao mamilo inchado e causa dor. (ROBERTS, 2002: 2-3)

Assim, esperava-se que a mulher sofresse passivamente, pois estaria pagando pelos pecados de Eva. Segundo Rich, em 1591, uma parteira por nome Agnes Simpson foi queimada por ter tentado aliviar as dores do parto com ópio ou láudano. Del Priori ilustra como essas crenças e esses procedimentos errôneos invadiram o campo da medicina, ao demonstrar a frieza de médicos diante do sofrimento das mulheres. Em fins do século XVII, o médico Francisco Nunes descreve a agonia de uma escrava

cujo trabalho de parto se sobrepõe ao que parece ser um surto virótico: “defluxo com alguma tosse” e pontadas do lado direito do corpo. Tendo-lhe sido aplicado o remédio milagroso da sangria “na mesma parte da dor”, a jovem mulher “entrou nas de parir”(…) O parto desenrolou-se com sucesso, mas passadas algumas horas voltou-lhe a dor no corpo, ao que o médico sugeriu nova sangria local e outra no pé, de acordo com as fórmulas habituais.

O dia seguinte da parturiente transcorreu entre pontadas de dor, “cansaço, várias “sangrias no pé”, “esfregações repetidas e ventosas até nas nádegas”. Ao terceiro dia, a jovem mãe escrava teve a seu lado um outro médico além do Dr. Nunes, que lhe prescreveu, por sua vez, sangrias alternadas entre o braço e o pé de “uma hora” cada. Também as ventosas deviam manter-se aplicadas às nádegas, “assim por dentro como por fora”.

O tratamento nada mais fez senão esvaziar e esgotar a parturiente de todas as suas forças, concluído com uma anotação que localiza no próprio processo de cura a razão de sua ineficiência: “morreu ao terceiro dia com o ventre novamente retesado, sem poder estar senão encostada”. (DEL PRIORI, 1993: 229)

Percebe-se, assim, as conseqüências danosas de um conhecimento inadequado dos médicos sobre as peculiaridades do corpo feminino. Pensamentos equivocados e permeados por crenças sem fundamento levavam a atitudes bastante frias em relação às parturientes. Já as parteiras, por se solidarizarem com uma situação que, muitas vezes, elas próprias tinham vivido, tentavam trazer algum alívio para as mães, mesmo se fosse por meio de rezas e súplicas a santas, como Santa Ana e Santa Comba, invocadas na hora de um parto difícil, como nos mostra Del Priori.

Outro exemplo de como os símbolos relacionados às mulheres foram deturpados é a predominância de uma entidade divina masculina no pensamento patriarcal. De acordo com Neumann, estamos acostumados ao deus masculino criador, que como o Deus do Cristianismo, cria os homens a partir do barro. No entanto, a divindade mais antiga que se conhece é feminina, a “Grande Deusa”, a “Grande Mãe”, criadora e mãe de tudo o que existe. De acordo com Tania Navarro Swain, o discurso judaico-cristão foi um dos principais responsáveis pela distorção e obscurecimento do imaginário do Grande Feminino:

O imaginário criador de uma ‘grande deusa’ – senhora dos deuses, do universo, da vida e da morte – foi interpretado e desqualificado pelo discurso judaico-cristão e seu corolário acadêmico como sinal de primitivismo e de inferioridade, depois de ter estado vivo por 25 milênios em todo o mundo. (SWAIN, 1994: 62)

Segundo ela, é inegável que a Bíblia é um dos principais discursos instauradores da ordem patriarcal, veiculando enunciados desfavoráveis às mulheres, sob o selo da verdade e do inquestionável. Como ela nos explica, o discurso religioso em geral invoca a autoridade divina e a tradição para corroborar a posição inferior e secundária do feminino e a superior do masculino como algo natural. O imaginário religioso corrobora suas normas sob o signo do “real”, do “verdadeiro”. E a norma não pára de apelar à memória coletiva e à tradição para instituir a naturalização do que é de seu interesse. Sob o selo da autoridade, da verdade, do inquestionável, não só o imaginário religioso, como a filosofia, a política, dentre outros têm, desde muito tempo, instituído a predominância dos homens e sua superioridade como sendo natural. Dessa forma, movimentos de ruptura como o feminismo buscam iluminar uma história “impensável e impensada, obscurecida pela projeção positivista de imagens naturalizadas sobre milênios de história humana: por exemplo, como teria sido a construção dos gêneros em sociedades onde a força criadora universal adota a imagem do feminino?” (SWAIN, 1994: 62) E para iluminar pontos obscurecidos na história é preciso questionar os fundamentos da própria história.

No século XIX, estudiosos como Friedrich Engels, Johan Jacob Bachofen e Robert Briffault, defenderam a hipótese de um passado diferente do patriarcado: o matriarcado. De acordo com Rich, em certos pontos da história, em certas culturas, a idéia de “mulher-como-mãe” pode ter atribuído respeito e voz a ela. No entanto, pelo que mais conhecemos da história, o controle masculino da maternidade tem marginalizado e degradado as potencialidades femininas. Segundo ela, não sabemos muito bem como pode ter sido o poder

de mulheres “pré-patriarcais”; temos apenas mitos, fantasias, suposições. Segundo a feminista americana Joan Bamberger, como sistemas matriarcais não existem hoje e como as fontes que os poderiam relatar são difíceis de encontrar, a existência e a constituição de sociedades dominadas por mulheres podem ser apenas presumidas. Para Rich, o que nós realmente sabemos é que sob o patriarcado, as possibilidades femininas têm sido constantemente reprimidas com a manipulação da sua capacidade de procriar. Muitas mulheres na história se tornaram mães sem escolher sê-lo e um grande número de mulheres perdeu suas vidas ao trazer outras vidas ao mundo. As mães acabaram sendo utilizadas para trazer filhos para o patriarcado, já que esses, anos depois de seu nascimento, são entregues à educação, às leis, aos códigos patriarcais.

Ao falar da maternidade na história é importante fazer algumas considerações sobre a história da família. De acordo com Friedrich Engels, no prefácio de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a história da família não existia até a década de 1860, pois antes disso, as ciências históricas ainda se baseavam nos Cinco Livros de Moisés. Esses retratam o sistema patriarcal, que, até essa data, era admitido como o mais antigo, e era identificado à família burguesa, de forma que era como se a família não tivesse sofrido nenhuma alteração.

Para Engels, o estudo da história da família começou realmente em 1861, com o *Direito Materno*, do antropólogo suíço Johan Jacob Bachofen, que traz uma investigação inédita, segundo a qual o matriarcado era a forma de família predominante nas sociedades primitivas. Aproximando a história da ficção, Bachofen encontrou as provas de suas teses em várias obras da literatura clássica antiga. Em *Oréstia*, por exemplo, a absolvição de Orestes de seu crime de matricídio, considerado imperdoável pelas Erínias (que defendiam Clitemnestra), demonstra a vitória do direito paterno sobre o materno. Como nos explica Rich, esse julgamento mostra que a Deusa Mãe começa a ter seus poderes reduzidos e vistos apenas como uma função ou um serviço que presta. Apolo alega que o assassinato da mãe de Orestes foi justo para vingar a morte do pai, e adiciona que a mãe não passa de uma pessoa que cuida da semente que cresce. O pai é que é a pessoa de verdadeira importância para o filho.

Esses teóricos avançaram ao incluir na história um sistema de parentesco baseado nas mães, o matriarcado, atribuindo-lhe importância e predominância em um determinado período de tempo, atentando para o fato de que o patriarcado não é o único tipo de família que existe ou já existiu no mundo; entretanto, eles ajudaram a afirmar a superioridade do patriarcado, pois retrataram esse como tendo surgido depois do matriarcado, como resultado da evolução

do estágio primitivo do ser humano para a civilização. Nesse sentido, o matriarcado era um sistema desordenado, conforme Bachofen, de “promiscuidade sexual”, organizado pelo patriarcado, o qual trouxe a ordem. Essa é a crítica que diversas feministas apresentam à idéia da forma matrifocal da família. Para Dorothy Dinnerstein, a transição do matriarcado para o patriarcado, conforme tem sido descrita, é passível de ser considerada como um desenvolvimento positivo, portanto, uma mudança para o progresso (DINNERSTEIN, 1976: 204). Joan Bamberger também critica o mito do matriarcado formulado por Bachofen e outros estudiosos:

A questão mais importante não parece ser se as mulheres mantinham ou não posições de importância política em algum ponto da pré-história, ou mesmo se elas usavam armas e lutavam em batalhas como as Amazonas supostamente fizeram, mas sim o fato de existirem mitos afirmando que as mulheres fizeram isso e que agora não fazem mais (BAMBERGER in ROSALDO e LAMPHERE, 1979: 233).

Para ela, o trabalho de Bachofen sustenta uma visão errônea do mito como história, e a relação entre mito e história é distorcida quando ele usa fragmentos dos mitos de acordo com seu interesse. Ao analisar alguns mitos de povos indígenas sul-americanos, Bamberger chega à conclusão de que as histórias que eles apresentam começam numa era caótica quando as mulheres supostamente governavam a terra. Assim, eles têm sido interpretados de forma errada como exemplos de como as mulheres detinham o poder mas o perderam, por não saberem administrá-lo quando o possuíam. Assim, o mito do matriarcado não serve para dar a idéia de um futuro promissor para as mulheres, pois retorna a um passado obscurecido, com repetidos fracassos, mostrando que as mulheres não são capazes de liderança, que representam o caos por sua sexualidade “desenfreada e enganosa”. (BAMBERGER in ROSALDO e LAMPHERE, 1979: 252). Para Bamberger, tanto a imagem da mulher curiosa e infantil como a imagem da mulher heróica servem para o mesmo fim, pois, segundo ela, à medida em que ela se contenta em ser deusa ou criança ela não pode esperar equiparar-se aos homens em seu papel de liderança na sociedade. “O mito do matriarcado é apenas a ferramenta usada para conservar a mulher ligada à sua situação. Para libertá-la necessitamos destruir o mito.” (BAMBERGER in ROSALDO e LAMPHERE, 1979: 252)

De acordo com Michelle Perrot, para Bachofen, Morgan, Engels e Briffault, as mulheres estão na origem do direito. No entanto, elas se situam num estado primitivo e bárbaro e a “filiação patrilinear marca o progresso decisivo”. (PERROT, 1988: 175) No entanto, para ela, Engels foi o único a ver a opressão das mulheres como proveniente da

consolidação da propriedade privada, da monogamia e sua forma moderna, o casamento burguês.

De acordo com a concepção materialista da história, formulada por Karl Max e aceita por Engels, o fator decisivo da história é a produção de bens e a reprodução humana. Assim, ao fazer uma análise da evolução econômica da humanidade, Engels enfatiza a evolução dos tipos de família e sua importância para a constituição da sociedade. Conforme nos explica Engels, a família monogâmica está associada ao surgimento da propriedade privada. Com a passagem das fases média e superior da barbárie para a civilização (conforme divisão apresentada pelo próprio Engels, com base em estudos antropológicos), aos poucos as antigas comunidades que trabalhavam a terra em comum foram sendo influenciadas pelas grandes divisões sociais do trabalho que começaram a se desenvolver. Com a descoberta da agricultura e da pecuária, os produtores passaram a produzir mais do que precisavam e iniciou-se o sistema de trocas. A terra cultivada foi sendo distribuída entre as famílias particulares e, depois, viraria mercadoria. A transição da propriedade comum à propriedade privada como a conhecemos hoje se deu aos poucos, assim como a passagem de outros tipos de família para a família monogâmica. A família individual começava a ser a unidade econômica da sociedade. Encontrada com toda a sua severidade em um dos primeiros povos a adotar esse tipo de família, o povo grego da Antigüidade, a monogamia baseia-se no domínio do poder do homem e serve para procriar filhos; a paternidade precisa ser indiscutível, pois os filhos herdarão, um dia, os bens do pai. Ao contrário dos tipos de famílias anteriores, onde havia a poliandria, a poligamia, o matrimônio por grupos, podendo as mulheres gozar de certa liberdade e prestígio, na monogamia só o homem tem direitos: só ele pode dissolver o laço conjugal e repudiar a mulher, e a ele é concedido o direito de infidelidade conjugal. Em um velho manuscrito em 1846, redigido por Engels e Marx, há a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.” (ENGELS, 1985: 70) E Engels acrescenta:

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. (ENGELS, 1985: 70-1)

De acordo com Engels, com o aumento da produção e do desenvolvimento do sistema de trocas, os homens, antes guerreiros e caçadores, passaram a ser donos de todo o excedente deixado pela produção. As mulheres, cujas atividades domésticas eram antes consideradas tão importantes quanto as atividades dos homens, assegurando, assim, sua supremacia na casa, passaram para o segundo plano. O trabalho doméstico das mulheres perdeu importância ao ser comparado ao trabalho produtivo dos homens: “esse trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição.” (ENGELS, 1985: 182).

O estudo desse pensador é de importância para incluir a maternidade e a situação das mulheres historicamente. Entretanto, não deixa de seguir o pensamento patriarcal ao concordar com a teoria da evolução do matriarcado para o patriarcado. Isso é o que diz Engels, ao concordar com as descobertas do antropólogo, etnólogo e escritor americano Lewis Henry Morgan:

O descobrimento da primitiva gens de direito materno, como etapa anterior à gens de direito paterno dos povos civilizados, tem, para a história primitiva, a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria da mais-valia, enunciada por Marx, para a economia política. (ENGELS, 1985: 17)

De acordo com Rich, os escritos de Bachofen, Briffault, Engels, Neumann, entre outros, apesar de úteis como passos preliminares para sugerir que a família patriarcal não é um fato inevitável da natureza, não chegam a analisar a onipresença do pensamento patriarcal e seus efeitos nas mentes e no imaginário da sociedade. Rich também critica Engels por esse considerar que a opressão das mulheres tem simplesmente uma causa econômica. Segundo ela, uma análise materialista e o pensamento patriarcal o levam a crer que uma solução econômica iria limpar a falsa consciência, criar um novo conceito de gênero, prevenir o futuro das patologias do passado. Falha em entender que a relação entre mãe e filho é a que cria a política sexual de supremacia masculina. Chodorow também critica os teóricos que investigaram a família e a reconheceram como um agente central na opressão das mulheres, dentre eles Engels, mas não questionaram e nem explicaram como a maternidade é reproduzida, como as mulheres são produzidas e continuam a se encontrar num lugar social e econômico particular.

Dessa forma, a maternidade, apesar de ser a peça fundamental das discussões entre matriarcado e patriarcado (sobre as formas de organização social e econômica), é tratada de acordo com sua função na sociedade, sem qualquer abordagem mais profunda da mãe, da

criança, das implicações psicológicas, religiosas, sócio-culturais, comportamentais da gravidez, para as mulheres. Além disso, é apresentada de forma a fortalecer valores patriarcais. No entanto, não se pode deixar de admitir que a contribuição de Engels, Bachofen e Morgan foi importante para a história da família, pois, nas palavras de Angela Mendes de Almeida, eles “demonstraram que a família patriarcal burguesa era uma instituição historicamente determinada e nada mais”.<sup>7</sup> Assim, ao retratar a família, esses estudiosos traziam a possibilidade de novos questionamentos sobre os entes familiares, como o pai, a mãe e a criança.

Segundo Michelle Perrot, no século XIX, Michelet apresentou uma visão bastante sexuada da história; ele formulou uma teoria binária e essencialista, segundo a qual, “a oposição homem/cultura e mulher/natureza domina a história das sociedades e comanda as pulsões dos acontecimentos” (PERROT, 1988: 173). A maternidade, por sua vez, é vista de forma ambivalente e mítica, invocando crenças, idéias e associações que persistem desde o estágio primeiro do homem. Para Michelet, há o princípio feminino, que encerra dois lados opostos: o materno, que é benéfico, bom; e o lado mágico, negro e maléfico. Dessa forma, as mães são bondosas e ajudam a nação por meio de sua dedicação silenciosa e doméstica aos maridos e filhos. Mas se as mulheres invadem o domínio público dos afazeres dos homens, como afirma Michelet, acontece um desequilíbrio que leva ao mal, à violência, à infelicidade. No entanto, assim como Engels, Bachofen e Morgan, Michelet (apesar de ser por uma razão essencialista, baseada exatamente na maternidade: as mulheres devem ser boas mães) trazia algo importante para a relação das mulheres com a história, ao ressaltar que o “princípio feminino” deveria ser respeitado. Além disso, salientou a importância da relação entre os sexos para a história.

Portanto, a representação da maternidade e sua relação com a história, no século XIX, apresentava algumas inovações epistemológicas ao ser trazida à luz e retratada como fundamental para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, ainda perpetuava antigas ideologias que sempre objetivavam confirmar e justificar os princípios do patriarcado. Baseada em uma posição essencialista e, até mesmo, em mitos de origem remota, a função da mãe está na base da divisão do trabalho entre os sexos, da garantia da legitimidade da autoridade do homem/pai, da sustentação dos ideais patriarcais e de desenvolvimento humano

---

<sup>7</sup> Angela Mendes de Almeida é historiadora e professora aposentada do CPDA/ICHS/UFRJ. Essa citação foi extraída do texto elaborado a partir da Conferência *Família e História - Questões Metodológicas*, apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, Mesa Redonda “Uma Visão Multidisciplinar da Família Brasileira”, em Minas Gerais, em setembro de 2001.

e econômico das nações. E as mulheres raramente estavam no relato da história. Ainda segundo Perrot, até o século XIX as mulheres quase não apareciam no relato histórico e, quando apareciam, eram retratadas por sua excepcional beleza, “virtude, heroísmo ou pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas” (PERROT, 1995: 13).

Segundo Rich, as mulheres têm sido a obsessão e a repressão de cada cultura, constituindo, parte importante na espécie humana. No entanto, ela também concorda que raramente as encontramos na história. As mulheres têm sido mães e filhas, mas têm escrito muito pouco sobre suas experiências:

A vasta maioria de imagens literárias da maternidade chegam a nós filtradas por uma consciência masculina individual ou coletiva. Assim que uma mulher fica sabendo que uma criança está crescendo em seu corpo, ela cai sob o poder de teorias, ideais, arquétipos, descrições de sua nova existência, quase nada vindo de outras mulheres. (RICH, 1981: 61-2)

Para Rich, a falta de material sobre a maternidade, sobre os sentimentos e transformações que a envolvem se deve, principalmente, à escassa observação do comportamento das mulheres pelas próprias mulheres, já que a grande maioria do que lemos na história foi escrito pelos homens. A escassez de informações sobre a condução de partos normais ou sobre o comportamento real das mães nesses partos em culturas diferentes, foi causada pelo fato de que os homens normalmente estavam ausentes em partos normais, pois só eram chamados para partos difíceis, quando homens (médicos, padres) eram admitidos no local de nascimento; essa escassez era causada também e, acima de tudo, pelo não reconhecimento da prática da parteira como uma profissão durante muitos anos. Segundo Rich, a sociedade sempre se preocupou com o comportamento das mães, prescrevendo papéis, exortando as mães a imitarem a serenidade das madonas. No entanto, “ninguém menciona as crises psíquicas na gestação de uma primeira criança, a excitação de sentimentos enterrados há muito tempo sobre a própria mãe, o senso confundido de poder e falta de poder.” (RICH, 1981: 36)

No entanto, a história da família tomaria novo rumo no século XX. De acordo com Angela Mendes de Almeida, esse campo renasceria, então, sob a influência da *École des Annales*. Maria Odila Leite Dias ressalta que o grupo dos Annales abriu caminho para uma história das mulheres, pois os historiadores estavam preocupados em abordar realidades vivas, “temas relativos à vida humana, estados de alma, sensibilidade, a mentalidade no cotidiano” (DIAS, 1992: 46), e não em perpetuar conceitos teóricos abstratos, fixos, racionais. Era mais

importante estudar a história de seres vivos do que a do homem abstrato e eterno. Seguindo essa tendência, historiadores se esforçaram por reunir a história conceitual e a história social. Enfatizando a característica da história que a associa à literatura, os historistas acreditaram na história como narrativa, que proporciona a narração dos eventos e a sua interpretação. Essa preocupação com a humanização do processo histórico, com a representação e com as ideologias contidas na interpretação do historiador abria as portas para uma história das mulheres. A descoberta do cotidiano como tema das Ciências Humanas, conforme ressaltou Maria Odila Leite, permitiu o registro da memória feminina, “mais atenta aos detalhes do que a masculina, mais voltada para as pequenas manifestações do dia-a-dia, geralmente pouco notadas pelos homens”, (DIAS in COSTA e BRUSCHINNI, 1998: 22) nas palavras de Michelle Perrot. Ao se pensar na memória feminina, descobria-se sua intimidade familiar: aspectos da maternidade, das relações entre mãe, pai e filhos. O próprio livro escrito por Adrienne Rich é um exemplo, dentre tantos outros, da importância do compartilhamento da experiência feminina para as mulheres.

Tudo isso abre as portas para se questionar o conceito de gênero, se pensar na coexistência de uma pluralidade de tempos simultâneos, de condições culturais e sociais diferentes das mulheres, as quais já não podem ser enquadradas em uma categoria fixa e imutável. Segundo Tania Navarro Swain, algumas correntes feministas têm proposto repensar a identidade a partir de subjetividades baseadas na experiência de gênero, como forma de mostrar a pluralidade das mulheres e de suas experiências. O sujeito, assim formado por experiências diferentes, múltiplas, está em processo de construção, de mutação, tendo o que ela chama de “identidade nômade”. Dessa forma, Swain enfatiza que a maternidade não é uma essência, mas faz parte de uma experiência vivida, que se articula com aspectos diferenciados, como idade, etnia etc., dentre tantas outras experiências que constituem o sujeito.

Ainda segundo Swain, a noção de historicidade remete aos diversos grupos sociais no tempo e no espaço, com suas singularidades. Quando o feminismo questiona o natural como base imutável do ser, revela a

multiplicidade do social e as possibilidades infinitas de sentidos atribuídos às práticas, às culturas e aos seres. A história mostra assim seu caráter de construção, resultado de uma operação de racionalização e redução do social, de apagamento da pluralidade e da diferença. A própria noção de *diferença*, neste sentido, é construída historicamente. (SWAIN in STEVENS, 2007: 213)

Até aproximadamente o final dos anos 60 do século XX, a maternidade era uma questão problemática para as feministas. Baseando-se em certas idéias de Simone De Beauvoir (*O Segundo Sexo*), algumas feministas defendiam a idéia de que a mudança nas relações sociais organizadas por meio da hierarquização sexual pressupunha a libertação das mulheres de suas funções biológicas e dos deveres e cuidados da maternidade. Várias teóricas, assim, consideravam o ato de ser mãe como um empecilho às suas conquistas na esfera pública. Cristina Stevens cita Elaine Tuttle, que identifica três fases no feminismo em relação à problemática da maternidade. A primeira seria, como vimos, a fase que reprimiu a experiência e a discussão da maternidade no chamado feminismo “pós-guerra”, com a influência de Beauvoir. A segunda fase se caracterizaria pelo esforço de algumas feministas que, cansadas com a marginalização da maternidade nos anos anteriores, a partir dos anos 70 do século XX, buscam a reaproximação de sua experiência de mulher e de mãe, o potencial positivo da maternidade, sua problematização em relação à sua vida individual e coletiva e a conscientização das mulheres sobre as distorções da experiência da maternidade criadas pelo patriarcado. Segundo Stevens, são riquíssimas as produções teóricas nessa fase, em diversas áreas: psicanálise, sociologia, história, antropologia, dentre outras. Nesse período, ela destaca as contribuições de Nancy Chodorow, Dorothy Dinnerstein, Adrienne Rich e das teóricas francesas Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva, essas três últimas trazendo reflexões sobre as dimensões simbólicas e metafóricas da maternidade, reinterpretando e revalorizando a diferença com uma atividade que Stevens caracteriza como típica de um processo de “retorno do reprimido”. (STEVENS, 2007: 20) Essas escritoras francesas, na tradição de teóricos como Derrida e Lacan, problematizam a linguagem e a ordem simbólica para questionar o feminino e a maternidade, que é considerada um ato de criação, relacionada ao potencial criador das mulheres. Busca-se uma linguagem do corpo, que permita mostrar traços do feminino-maternal, silenciado pelo discurso patriarcal. A terceira fase estaria ainda em curso, buscando novos olhares e conceitos sobre a maternidade, utilizando e problematizando visões anteriores. Passou-se a perceber a contradição implícita na função maternal, que é ao mesmo tempo fundamental para o patriarcado e parte da identidade feminina; é “ao mesmo tempo, um locus de poder e opressão, auto-realização e sacrifício, reverência e desvalorização”. (STEVENS, 2007: 24)

Assim, trata-se de um avanço em relação ao estudo da experiência da maternidade. No entanto, há críticas à ênfase dada ao feminino-maternal pelas teóricas francesas. Segundo Francine Descarries, que localiza esse pensamento na década de 80 do século XX, essa atitude sacraliza “um feminino-maternal imutável, essencialmente inscrito no corpo” (DESCARRIES,

2000: 27), e une todas as mulheres pela única identidade de mãe, definindo, assim, todas as mulheres como mães. Para Jane Flax, essas interpretações do feminino-maternal carregam uma visão redutora da diversidade das experiências vividas pelas mulheres a partir das dimensões de raça e classe, por exemplo, e podem levar a uma idealização da maternidade, que ignora os conflitos, as tensões e contradições dessa experiência e a relação entre as mães, os pais e os filhos. Além disso, Descarries alega que essas interpretações não incitam as mulheres ao engajamento político em busca da melhoria de suas condições de vida. Stevens concorda com a análise de várias feministas, segundo as quais essas teóricas francesas acabam reforçando idéias essencialistas conservadoras ao enfatizarem a relação da escrita com o corpo feminino-materno.

Entretanto, penso que a ênfase no maternal deve ser vista mais por sua contribuição do que por seus limites. Por mais que aleguem que ela apresenta uma análise essencialista da maternidade, a abordagem dessa experiência é feita no interesse das mulheres, considerando o lado positivo que ela pode ter em suas vidas, como fonte de prazer, poder e, por que não, de realização. Além disso, também mostra o lado subversivo expressado na escrita, apontando para o semiótico, apresentado como forma de questionamento e fragilização do tempo e espaço históricos patriarcais, que excluem a participação feminina, com o objetivo de incluir as vozes das mulheres na história, como veremos mais adiante.

Aliás, não se pode desprezar a idéia de que a maternidade nem sempre foi sinal de opressão para as mulheres. Mary Del Priori observa de forma perspicaz como a maternidade foi forma de resistência entre as mulheres contra a domesticação das mães no Brasil Colonial. A maternidade “era um nicho de apoio para as solidariedades femininas entre tantas adversidades da vida colonial; mas era também o foco de resistência contra as injunções do Estado Moderno, da Igreja da Reforma, da ciência, dos homens enfim ...” (DEL PRIORI, 1993: 38) Como mães, as mulheres exerciam poderes discretos e informais, desafiando o poder masculino, lutando contra a exploração doméstica e sexual, abandono e violência. Muitas mulheres se solidarizavam no cuidado da casa por serem chefes de família, pois muitos companheiros viviam fora de casa ou mesmo partiam definitivamente nas expedições coloniais. Para tentar vencer a pobreza e o isolamento, mulheres se socorriam do círculo de comadres e vizinhas.

Segundo Del Priori, ao contrário do que pregava a Igreja, as mulheres mantinham relações casuais e tinham filhos ilegítimos, os quais acabavam sendo criados junto com os filhos legítimos por mães, avós, irmãs, comadres. O fato das esposas legítimas tomarem conta de filhos ilegítimos expressava uma sensibilidade bastante difundida em relação à infância.

Mães e avós se mostravam de grande generosidade e comprovavam que a maternidade tinha uma função mais psicoafetiva do que biológica, como demonstra esta citação de Del Priori, de uma esposa, Maria Pompeu, que deixa alguns bens à filha ilegítima de seu marido, em 1647: “Deixo a Isabel Furtado, filha bastarda do meu marido, o meu vestido de tafetá dobre saio e saia, chapins e manto de seda que se lhe dará, e assim deixo uma cabaça de ouro minha e uns ramais de corais que se lhe darão” (DEL PRIORI, 1993: 53). Na ausência dos companheiros, os filhos se tornavam o arrimo presente e futuro das mães contra a solidão e as dificuldades econômicas. Segundo Del Priori, é possível ver nas pinturas de visitantes europeus, as mulheres trabalhando com seus filhos agarrados às suas pernas. Também na hora do parto eram as benzedoras, as parteiras, as amigas e parentes que ajudavam. Nessas alianças, as diferenças de cor e classe social se esmoreciam.

Esses “fogos”<sup>8</sup> dirigidos por mulheres, onde essas usavam seus corpos da maneira como queriam, eram vistos pela Igreja como perigosos no Brasil Colônia, e ela aproveitava a situação difícil das mães solteiras com filhos para fazer propaganda dos benefícios do casamento, com sua estabilidade e proteção. A opção pelo casamento distinguia as mulheres entre “santas” ou “devassas”. Aquela que se casasse, tinha que cumprir o dever conjugal, procriar, ser a santa-mãezinha, meiga, educada, devotada, submissa. A que não optasse por esse destino era devassa, pecadora, fonte do mal e da perdição. Esse comportamento imposto pela Igreja servia aos seus desígnios: diminuía infrações que pudessem perturbar o ideal de sociedade, trazia filhos para povoar o território, impunha uma divisão sexual de papéis reflexo de uma nova ideologia. A mulher nesse sistema de pensamento aparece como um ser sem paixão e com filhos.

No entanto, Adrienne Rich expressa que no próprio ato de concepção se encontrava uma atitude de resistência das mulheres contra a opressão aos seus sentimentos. Ter um filho, mesmo que ilegítimo, de um homem com quem se teve um relacionamento com paixão, se tornava uma asserção da consumação desse amor único. Acreditava-se que bastardos eram seres vitais, dinâmicos, gerados na intensidade da paixão em vez de na obrigação monótona do casamento. A criança se tornava, assim, a incorporação do amado no corpo da mulher. Ele poderia partir, mas ela continuaria a tê-lo em seu filho. “Ter uma criança ‘ilegítima’ orgulhosamente e por escolha em face do julgamento social, tem sido paradoxalmente uma forma em que as mulheres têm desafiado o patriarcado.” (RICH, 1981: 160)

---

<sup>8</sup> Mary Del Priori utiliza o termo “fogos”, provavelmente utilizado no Brasil Colonial, para designar o lar, a intimidade doméstica, especialmente aqueles comandados por mulheres.

Cristina Stevens também traz um exemplo da utilização da maternidade como forma de resistência numa articulação entre maternidade e raça. Ela mostra como Andrea O'Reilly, ao desenvolver uma pesquisa sobre o trabalho da escritora negra Toni Morrison, apresenta a maternidade como forma de poder para a mulher negra, que tem como principal objetivo tornar os filhos fortes, “estimular o processo de empoderamento de seus filhos para enfrentar o mundo racista no qual vivem”, mostrando, assim, como a matrifocalidade é valorizada culturalmente e como as mulheres “sentem-se mais fortes como mães do que como esposas” (STEVENS, 2007: 48-9). Além disso, a pesquisa mostra que as crianças são criadas por redes comunitárias e que o espaço privado também é político, onde os cuidados da mãe são capazes de fornecer mecanismos de resistência contra uma sociedade opressora, não havendo, portanto, a clássica divisão entre público e privado.

Del Priori vê até mesmo no aleitamento materno uma forma de revanche das mulheres. A importância da lactação foi percebida pelos médicos e pela Igreja como um dever moral desde o século XVI. Combatiam-se as amas-de-leite (como já visto, prática amplamente difundida na Europa Ocidental até o século XIX), acusando-as de mercenárias e de misturarem leite de vaca à água no alimento dado à criança. A amamentação ocupou o discurso de pensadores, moralistas e médicos, chegando a ser um assunto do Estado no século XVIII. Para a Igreja, as mulheres que não amantassem eram pecadoras. O leite era considerado mais um dos mistérios do corpo feminino. Para Antônio Ferreira, em 1757, o leite era sangue cozido e isso explicava a vizinhança dos seios ao coração, pela necessidade de cozinhar tanta quantidade de sangue para nutrir a criança. Os seios eram instrumentos de trabalho da mulher e não podiam ser vistos como algo pertencente à beleza e à sexualidade feminina. O sexo durante a amamentação era condenado e a mãe que não obedecia a essa regra recebia os castigos da natureza: “febre do leite, inflamações e abscessos, ‘cancros’, tumores maléficos” (DEL PRIORI, 1993: 249). Discursos enfatizavam a importância do instinto materno e do indivíduo, da família e do casamento, o que levava a uma valorização do papel das mães e do papel da criança pequena, até então diminuído pelas altas taxas de mortalidade infantil.

Del Priori, no entanto, acha difícil que se possa aplicar ao Brasil o que acontecia na França oitocentista, onde as mães tinham ojeriza ao cheiro e aos transbordamentos do leite, o que, aliado à falta de vestimentas para trocar faziam as mulheres procurarem amas-de-leite para fazerem o “trabalho sujo”. Tudo indica que o hábito indígena de aleitamento tenha incentivado a amamentação nas mães brasileiras, diferentemente das européias, que “embora nada as impeça de amamentar os filhos ... cometem a desumanidade de entregá-los a pessoas

estranhas, mandando-os para longe, onde muitas vezes morrem sem que o saibam as mães.” (DEL PRIORI, 1993: 326-7)

A antropóloga Rita Laura Segato em seu ensaio *O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*, atenta para a articulação entre aleitamento materno e raça no Brasil. Ela analisa o que Suely Gomes Costa chama de “maternidade transferida”, que incluía, até a segunda metade do século XIX, os serviços das amas-de-leite, que pouco a pouco foram sendo substituídas pelos serviços das amas-secas ou babás negras, como mães substitutas, criando, assim, a figura da “mãe preta”. O serviço das amas-de-leite no Brasil, antes ‘luxo’ apenas das classes abastadas, foi se difundindo também pela classe média. Os higienistas começaram a pressionar a sociedade para que essa prática acabasse, alegando que ela era uma fonte transmissora de doenças, mas a sociedade não conseguiu obedecer aos apelos médicos e começou a propor que as criadeiras passassem a permanecer em casa e que fossem analisadas quanto à sua saúde e origem. No entanto, só o primeiro compromisso foi realmente obedecido, dando origem às mães substitutas, às babás.

Segundo Segato, a partir de 1850, a imigração portuguesa tornou possível o aluguel de amas brancas e a procura por essas deixou claro o racismo da idéia da herança do leite ligada à herança de sangue. Muitos racistas e abolicionistas movidos por razões vis<sup>9</sup> defendiam que uma criança amamentada desde cedo por uma negra, assimilaria sua cultura, seus costumes, sua origem; vale ressaltar que muitos desses racistas e abolicionistas tinham sido criados no seio negro. Segato cita o termo utilizado pela feminista Judith Butler, a “forclusão”, que seria um “banimento ‘preemptivo’ da possibilidade de um desejo, quer dizer, antecipado e preventivo, anterior à experiência desse apego”, para explicar a recusa do racista em reconhecer seu amor pela babá negra que o criou, recusa em “reconhecê-la na sua racialidade, e nas conseqüências que essa racialidade lhe impõe enquanto sujeito”. (SEGATO, in STEVENS, 2007: 167)

No entanto, segundo Del Priori, as mulheres que amamentavam podiam sair do papel passivo imposto a elas no momento da amamentação. A intimidade entre a mãe e o filho criava e fortalecia laços entre eles. O aleitamento trazia o prazer físico e o bem-estar psíquico que geralmente não era encontrado nas relações conjugais, e mostrava que o corpo feminino era ativo e lugar de prazer. O aleitamento também é signo da rejeição ou da aceitação da criança, fazendo da mãe a responsável pela saúde de vidas, “numa costura de laços de sangue

---

<sup>9</sup> Abolicionistas que defendiam a libertação dos escravos não por almejamem sua liberdade e felicidade, mas por quererem seu afastamento das famílias brancas e, assim, evitar a transmissão de supostas doenças e de sua cultura às crianças brancas.

ou de ‘sangue embranquecido’ ” (DEL PRIORI, 1993: 253). Mas não se pode esquecer que grande parte dessas informações são suposições, pois segundo Del Priori, “no período colonial, é o silêncio que marca a maioria das fontes sobre os hábitos de aleitamento, salvo uma ou outra pincelada de informação como a que traz o Regimento das Missões em 1686”. (DEL PRIORI, 1993: 244)

Assim, ao tomar consciência do poder de sua capacidade de procriação, as mulheres podem refletir sobre a manipulação que tem sido feita desse poder para fortalecer e manter os interesses do pensamento patriarcal, o qual levou às relações sociais sexualmente hierarquizadas, que até hoje ainda se luta para combater. Obviamente, nem todas as mulheres são mães, mas uma reflexão nessa escala é passível de beneficiar não só aquelas que têm ou tiveram filhos, mas também aquelas que, nunca tendo passado pela experiência, e não a almejando para suas vidas, no entanto presenciam e, muitas vezes, sofrem com os resultados funestos de um sistema (o patriarcal) que utiliza a maternidade para seus fins desde os primórdios da humanidade. Reagindo contra as tentativas anteriores de retratar a maternidade, (de forma parcial, relatando a importância dessa função biológica para o sucesso do patriarcado, ou ignorando-a, por ser considerada algo negativo para a vida das mulheres), o feminismo que se desenvolveu a partir da década de 70 do século XX foi o primeiro movimento realmente interessado pela maternidade em si, sua relação com a vida íntima das mulheres e o seu caráter positivo. Dessa forma, contribuiu significativamente para uma possível inclusão da experiência materna como campo de estudo.

### **1.3. A maternidade e a literatura**

Na literatura inglesa, foco de nossa pesquisa, no século XIX, percebe-se um aumento no número de romances que retratam a experiência materna, embora isso não signifique que o silenciamento da voz da mãe na literatura e na história tenha diminuído de forma satisfatória. No entanto, esses romances foram importantes, pois trouxeram a maternidade e a sexualidade feminina como objetos da ficção em um momento histórico em que tudo o que dizia respeito a esses temas era monopólio da ciência médica. Como nos explica a professora Jill Matus, em *Unstable Bodies: Victorian Representations of Sexuality and Maternity* (1994), não apenas os aspectos biológicos, como também a ética, a moralidade e a higiene eram áreas de preocupação profissional, formando o que Foucault chamou de “medicina do sexo”. Para o

filósofo, não só a consciência e o intelecto eram investigados pelo poder, mas também o corpo e todo o comportamento relacionado a ele, formando um discurso preocupado com o “vigor físico e a limpeza moral do corpo social” (MATUS, 1995: 2). Na Era Vitoriana, tanto a literatura quanto a medicina viam como sua a tarefa de cuidar e de perpetuar a moralidade, com vistas ao comportamento sexual considerado adequado; qualquer tentativa de extrapolar, na literatura, a moralidade convencional, não era vista com bons olhos, o que se pode observar na crítica feita a *Adam Bede*, de George Eliot, apresentada na introdução desse trabalho. Além de George Eliot, outra escritora que ousou escrever sobre a maternidade foi Elizabeth Gaskell. Segundo Matus, como essas escritoras retrataram circunstâncias de transgressão sexual, ilegitimidade, sedução, prostituição e infanticídio, a representação da gravidez assumiu importância fundamental, pois não refletia as visões idealizadas dessa experiência.

Já por volta de 1960, percebe-se o aumento da preocupação com a experiência materna e a produção de textos teóricos sobre o assunto. Segundo Stevens, desde os anos 70, os estudos feministas têm analisado a maternidade de forma mais intensa, como vimos brevemente neste trabalho, e a produção ficcional tem articulado a gestação, o parto e a maternação a partir da perspectiva da mulher. Adrienne Rich apresenta questões importantes sobre o que é ser mãe e demonstra a consequência da rejeição feminista anterior à maternidade: a subjetividade das mães frequentemente desaparece das discussões feministas sobre a maternidade, abafando a mãe e fazendo aparecer apenas a mulher. Outras teóricas, como Dorothy Dinnerstein e Nancy Chodorow, cujas idéias apresentei brevemente, analisaram os efeitos das construções tradicionais da maternidade para as mulheres. Entretanto, muitas feministas criticaram o caráter etnocêntrico desses trabalhos, baseados em mulheres brancas, euroamericanas de classe média. Além disso, outro aspecto a ser considerado é o de que, muitas vezes, esses estudos foram produzidos a partir da perspectiva das filhas, não da mãe. E isso não é apenas característica dessas teóricas. Feministas como E. Ann Kaplan mostraram como o complexo de Édipo da psicanálise de Freud nega a subjetividade da mãe. Como ela nos explica, Freud trouxe a revolucionária “descoberta” da subjetividade, mas sua teoria do inconsciente não levou à discussão da subjetividade da mãe e sim produziu a mãe como a pessoa por meio da qual a criança se torna um sujeito. Mary Daly ilustra esse obscurecimento da subjetividade materna com o pensamento da professora Marianne Hirsch em *The Mother/ Daughter Plot: Narrative, Psychoanalysis, Feminism*, a qual nos lembra que não conhecemos a história de Édipo por intermédio da perspectiva de Jocasta, ou seja, da mãe. Até mesmo na psicanálise feminista, sempre sabe-se mais sobre

como é ser filha do que como é ser mãe. Negar a subjetividade materna remonta à Antigüidade.

No século XX, apesar de ainda insuficiente, há mais preocupação na literatura com a maternidade, em especial com a relação dessa com a escrita e com a subjetividade da mãe. Para Stevens, a revisão do conceito de maternidade tem sido uma preocupação recente dos estudos feministas. Teóricas e escritoras vêm produzindo discursos diferentes dos discursos patriarcais, contribuindo para a construção de uma “nova ideologia da maternidade nos espaços vazios dos discursos hegemônicos” (STEVENS, 2007: 41), e para a modificação dos conceitos sobre a maternidade e sobre a família. A partir dos anos 80, percebe-se o crescimento de obras ficcionais preocupadas não só em retratar a experiência materna em toda sua plenitude, mas também em dar voz às mães, produzindo narrativas descritas sob a perspectiva da mãe. Nesses livros, as escritoras desafiam concepções tradicionais e feministas sobre a maternidade e, ao mesmo tempo, procuram reconciliá-la ao feminismo, já que conforme Ann Dally, no final do século XX, muitas mulheres ainda acham impossível conciliar a maternidade e esse movimento.

Um dos livros teóricos a focalizar vozes e experiências subjetivas das mães na literatura foi *Narrating Mothers*, de 1991. Nele, as feministas Brenda O. Daly e Maureen T. Reddy reúnem uma série de ensaios sobre textos ficcionais em que mães de diferentes posições sociais e culturais expressam suas escolhas com relação ao cuidado de uma criança, permeadas por questões como pobreza, linguagem, tecnologias de reprodução, dentre outras. Dessa forma, a reunião de ensaios enfatiza o que Sara Ruddick chama de “pensamento maternal” (*maternal thinking*) e demonstra que ele é dialógico e relacional. Há um esforço em articular perspectivas maternas com vistas à possibilidade de que a prática da maternidade possa dar origem a outras formas de construção da maternidade e outras formas de pensar não patriarcais, que possam operar uma transformação na literatura, na política e nas condições sociais. Acrescento, também, uma mudança na história.

E. Ann Kaplan, em *Motherhood and Representation: The Mother in Popular Culture and Melodrama* (1992), analisa as representações da mãe em textos literários populares do século XIX, os chamados melodramas, nos Estados Unidos, e suas influências européias, e suas versões nos filmes de Hollywood na primeira metade do século XX. Ela analisa a mãe em três esferas de representação: a histórica, ou seja, a mãe no seu papel institucional, socialmente construído; a psicanalítica, a mãe no inconsciente, por meio de quem o sujeito é constituído, articulada por Freud, na virada do século XIX para o XX; e a ficcional, a mãe em

representações ficcionais, que combina a mãe posicionada institucionalmente e a mãe inconsciente.

Kaplan enfatiza que sua análise foi produzida em um momento de grande transição nos conceitos de mãe por causa das transformações nas relações e nos discursos políticos, sociais e econômicos, da nova consciência sobre diferença étnica, sobre a interseção entre raça e gênero, e por causa de novas descobertas científicas na área de gestação, reprodução e nascimento. Segundo ela, os avanços na pesquisa científica produziram uma maior preocupação com o feto, o que mais uma vez coloca os interesses da mãe em segundo plano. O feto passa a ser visto como um ser de direitos mais importantes do que os da mãe. Para ela, a mãe é novamente comparada a um vaso, um ser sem subjetividade, que torna possível a subjetividade da criança.

No prefácio, a autora expressa sua vontade de não ser apenas mãe, de contribuir com seu trabalho e combinar contribuição intelectual com exploração de sua experiência pessoal. Sua ênfase na história, na maternidade como uma instituição, nas opressões patriarcais e nas necessidades masculinas inconscientes em relação à mãe, nas imagens da maternidade no melodrama, a ajudaram a descobrir as longas tradições das quais suas experiências fizeram parte. Segundo ela, essas tradições construíram suas experiências de filha e mãe. Kaplan atenta para representações da mãe como produzidas por tensões entre o nível do histórico e do psicanalítico. Assim, ela espera analisar as ideologias e os discursos contraditórios em textos específicos. O campo da psicanálise é importante em seu estudo, principalmente quando Kaplan analisa textos onde a mãe aceita passivamente o discurso patriarcal dominante e textos onde há resistência a esse discurso.

Em sua análise histórica, Kaplan aponta três discursos sobre a mãe: o discurso rousseauiano, que engendra uma mãe que possa satisfazer os imperativos de uma nova ordem social estabelecida por instituições surgidas na Primeira Revolução Industrial; o discurso darwiniano, marxista e freudiano, que trouxeram uma mãe construída por mudanças sociais pós-Romantismo e que chegou à Primeira Guerra Mundial e ao entreguerras (nesse período, as mulheres entraram no mercado de trabalho, tiveram mais acesso à educação, conquistaram direitos, o que, segundo Kaplan, ameaçou a família nuclear); e os discursos pós-modernos recentes sobre as mães, que deram origem ao que ela chamou de mãe pós-modernista, que ainda está em construção, como resposta aos desenvolvimentos sociais, particularmente os encetados pelos movimentos dos anos 60 do século XX, o rápido crescimento do capitalismo multinacional e a revolução tecnológica e eletrônica.

Quanto aos discursos de Freud, Marx e Darwin, Kaplan, como tantas outras feministas, atenta para o fato de que eles são falocêntricos, pois mesmo quando se referem às mulheres, raramente tratam da especificidade de suas situações e menos ainda dão atenção à mãe, que está praticamente ausente de suas narrativas. Além disso, esses autores acabaram perpetuando idéias essencialistas sobre as mulheres e as mães. No entanto, lembra-nos Kaplan, esses pensadores forneceram instrumentos importantes às feministas para que perscrutassem a intimidade dos prazeres e dores cotidianos das mulheres. Essa intimidade está presente no melodrama, texto literário cujo público é o feminino e que, por isso, foi escolhido por Kaplan como foco de seu estudo. Para ela, o melodrama é um dos poucos lugares onde as feministas podem encontrar essa intimidade feminina.

Kaplan enfatiza que, pelo menos até a década de 80 do século XX, poucos estudos foram feitos sobre as mães. Como outros estudiosos, ela percebe que a mãe sempre esteve presente em todo lugar, mas sempre nas margens, nunca o tópico em si sob consideração. “A mãe era geralmente falada, não estava falando; ela era geralmente discutida como uma parte integral de um discurso (porque ela está realmente em todo lugar) que era proferido por um Outro.” (KAPLAN, 1992: 3) Assim, Kaplan mostra que o problema não é exatamente que a mãe não tenha recebido atenção, mas que ela tenha sido estudada pelo ponto de vista de outro ou representada como uma função social construída pelo patriarcado e não questionada. Ao estudar romances melodramáticos do século XIX, Kaplan percebeu, por exemplo, que o espaço doméstico e feminino estava excluído da ficção masculina produzida nessa época. Apesar das críticas que caracterizam o melodramático de forma pejorativa, carregado de sentimentalismo, foi nesses textos que Kaplan encontrou exemplos da expressão da intimidade e do mundo privado feminino. Segundo ela, esses exemplos e muitos outros encontrados em textos literários clássicos, mostram que as mulheres do século XIX tinham sua própria forma de feminismo: o que ela chama de “feminismo doméstico”. (KAPLAN, 1992: 16)

Gerardine Meaney nos fornece um pouco da história do desenvolvimento da crítica feminista nos anos 70 do século XX na introdução de *(UN)Like Subjects: Women, Theory, Fiction* (1993). Segundo Meaney, a primeira onda da crítica feminista, identificada com Kate Millet (1970) e Mary Ellman (1968) foi seguida pelo exercício de apontar a misoginia nos cânones existentes, comparando as imagens das mulheres nas ficções escritas por mulheres com as imagens na literatura dos homens. Esse foi um primeiro passo que forneceu as bases para estudos sobre a possível especificidade da escrita das mulheres, dando origem à “ginocrítica”, como força dominante na crítica feminista anglo-americana por volta da metade

dos anos 70. Nessa época também o feminismo francês já começava a exercer sua influência no feminismo anglo-americano. O periódico feminista *Signs* surgiu como um dos mais influentes e entre 1976 e 1980 apresentou traduções dos trabalhos de Kristeva, Irigaray e Cixous. A publicação de *A Literature of their Own* (Showalter, 1982) e *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination* (Sandra Gilbert e Susan Gubar, 1979) cristalizou a preocupação crescente com a especificidade dos escritos das mulheres e deu a esses escritos sua própria história. Meaney nos lembra que Gilbert e Gubar postularam que a história da escrita das mulheres tinha uma continuidade, uma temática e uma unidade estilística. *The Madwoman in the Attic* estabeleceu a idéia da produção escrita das mulheres do século XIX como uma literatura definida pela problemática da relação entre identidade sexual e artística para a mulher escritora. Segundo Meaney, no processo de descoberta de uma “contra tradição” a uma literatura inglesa dominada pelos homens das letras, Gilbert, Gubar, Showalter e outras feministas identificaram uma tradição da escrita feminina:

Wollstonecraft, Austen, Shelley, as Brontës, Gaskell e Eliot certamente quiseram dizer algo antes de a crítica feminista as ler, mas foi a crítica feminista que deu a elas um significado e uma identidade coletivos e que produziu a narrativa ou a história da escrita das mulheres. (MEANEY, 1993: 5)

Assim, o movimento feminista, seja na literatura, na arqueologia, na história etc., não apenas “descobriu” o passado das mulheres e de seu movimento; pela primeira vez, postulou que o passado das mulheres tem importância. No contexto do “tempo das mulheres”, *(UN)Like Subjects* resgatou o seu passado e o transformou em história das mulheres. Esse livro é um exemplo de junção entre teoria e literatura produzidas por mulheres. Ele analisa a teoria e a ficção das mulheres contemporâneas, numa tentativa de fundir a prática ginocrítica e a “ginética” [*gynetical*]. A autora Gerardine Meaney focaliza na especificidade da produção escrita das mulheres, tentando identificar preocupações e práticas em comum em seis textos – três romances (escritos por Doris Lessing, Muriel Spark e Angela Carter) e três ensaios teóricos (escritos por Cixous, Irigaray e Kristeva). Nessas análises, Meaney faz um diálogo rico entre os textos selecionados, e dentre várias questões relativas às mulheres, uma recebe bastante ênfase, por estar sempre presente: a questão da maternidade e a conseqüente relação entre mãe e filha.

Como já dissemos, a importância dada à relação entre a maternidade e a escrita vem crescendo nos trabalhos das feministas contemporâneas. Seja na ficção, poesia ou teoria, a questão da maternidade tem sido discutida e, também, sua relação com a escrita. Hélène Cixous viu o exercício da escrita pelas mulheres não apenas como revolucionário, mas também como necessário para uma mudança dos conceitos de gênero e poder. Essa escritora e Julia Kristeva, por exemplo, apresentaram uma conexão subversiva entre o maternal e a escrita, e Cixous ressaltou ainda mais o caráter positivo e revolucionário dessa conexão. É dessa teórica, a famosa frase “as mulheres devem escrever por meio de seus corpos” (CIXOUS, 1976: 52). Segundo ela, as mulheres precisam reinventar a linguagem por meio da qual quebrarão divisões, classes, discursos, códigos, regulações patriarcais. Essa idéia é importante para a teoria de Cixous, segundo a qual a escrita das mulheres é específica, diferente da escrita masculina. Para ela, a escrita é o lugar onde a repressão da mulher tem sido perpetuada e, portanto, é o lugar em especial da mudança, o lugar para o pensamento subversivo, para o movimento de transformação e de mudanças sociais. É por meio da escrita de e para as mulheres e do fato de tomar para elas o desafio do discurso, por tanto tempo dominado pelos homens, que as mulheres confirmarão seu lugar fora do silêncio, espaço até recentemente reservado para elas. Como uma forma de reação contra o silêncio de informações, de experiências, de histórias femininas, Cixous defende que as mulheres “devem escrever sobre mulheres e trazê-las para a escrita” (CIXOUS, 1997: 347).

O ensaio de Cixous *The Laugh of the Medusa* é importante para uma tentativa de integrar teoria literária e ficção (das mulheres contemporâneas), pois sua natureza poética e visionária torna sem sentido qualquer distinção entre teoria e literatura. *The Laugh of the Medusa* apresenta o relacionamento positivo com a mãe e o maternal como algo central para que as mulheres voltem a ter posse de seus corpos, suas vozes, sua produção escrita e seu poder. A maternidade é, assim, algo positivo, que traz novas possibilidades, e não uma armadilha aprisionadora, nem no campo psicanalítico nem no campo social: “Ter um filho não significa que a mulher ou o homem têm que cair inelutavelmente em padrões ou devem recarregar o circuito de reprodução. Se há um risco, não há uma armadilha inevitável.” (CIXOUS, 1997: 359) A escritora inglesa Michèle Roberts, que analisarei mais adiante, expressou em entrevista, que foi bastante influenciada pelo feminismo francês e declarou que explora em seus romances o que ela não pode explorar na teoria.

No entanto, Cixous não escapa às críticas que consideram suas idéias essencialistas. É necessário refletir sobre essas críticas, já que parece contraditório dar tal classificação a um esforço em ressaltar a importância das mulheres na escrita e, conseqüentemente na história,

para que elas próprias possam combater as representações essencialistas que as silenciaram desde tempos remotos. É inegável que os corpos das mulheres foram e continuam controlados. O que ela defende é que as mulheres escrevam, mas não como mulheres que têm vergonha de seu corpo, que dão à luz de forma alienada, que não conseguem sentir o prazer da maternidade devido à profusão de normas e comportamentos que cerceiam suas capacidades e potencialidades. Durante tanto tempo vivendo no silêncio, em corpos mudos e oprimidos, as vozes femininas voltarão, subversivas, explosivas e fortes.

Segundo Gerardine Meaney, duas tendências de pensamento emergiram no feminismo sobre a maternidade. Uma se concentra na maternidade como forma de escape contra a história; a outra apresenta o maternal como uma forma de abalar a linearidade da história, de onde a mulher tem sido excluída. E é exatamente no intuito de explorar a significância da maternidade para a subjetividade feminina que teóricas como Julia Kristeva, em *Stabat Mater*, ligam seus textos à história. Meaney enfatiza que a transgressão da história linear é uma característica recorrente na produção escrita das mulheres contemporâneas e apresenta Kristeva como um exemplo. Em *Stabat Mater*, ela questiona o mito da Virgem Maria, o significado da maternidade para a subjetividade feminina e, dessa forma, revisa os parâmetros e a definição da história. *Stabat Mater* separa e funde, é poético e analítico. A maternidade é celebrada por um discurso que é questionado. É um trabalho aberto, cuja diagramação exibe dois textos paralelos em colunas, cada uma de um lado da página. Essas colunas (uma sobre a maternidade da Virgem Maria numa linguagem acadêmica e a outra numa linguagem que rompe com os padrões acadêmicos, mais poética e lírica, que fala da experiência, da dor da mãe, dos mitos da maternidade) mostram a recusa de fechamento do texto. O relacionamento dialógico entre as colunas é também um relacionamento anacrônico. E a relação do maternal com a história acaba trazendo a questão do relacionamento entre mãe e filha. Assim como Cixous, Kristeva apresenta a “questão da função da linguagem como mãe e da função da mãe na linguagem.” (MEANEY, 1993: 79) Para Kristeva, a linguagem é uma área de conflitos e alianças entre o simbólico (que gera significado) e o semiótico (que resiste ao sentido e gera prazer).

De acordo com Catherine Belsey, no prefácio de *(UN)Like Subjects*, como o feminismo se interessa pelo estudo da vida privada, das relações pessoais, da sexualidade, de comportamentos classificados como transgressores e da diferença cultural, a fim de escrever uma história que recuse as injustiças perpetradas pelas histórias patriarcais convencionais, esse movimento dispensa especial atenção à ficção. Pois é em suas histórias, lendas, peças e poemas que muitas culturas têm tratado de forma mais livre as relações entre os sexos. Além

disso, o feminismo se interessa pelo fato de que a ficção tem sido considerada pela cultura patriarcal como algo que não é verdadeiro, sério, real e importante. “Mas à medida em que a vida segue a arte, na prática a ficção retorna para assombrar a história ‘real’ que a marginaliza”. (MEANEY, 1993: prefácio) Assim, o movimento feminista, que proclamou que “o pessoal é político”, apesar de não ter tido a crítica literária como um fator principal no início, tem focalizado cada vez mais no domínio ficcional como uma área em potencial para grandes mudanças, que têm impacto em todos os outros domínios de poder.

Segundo Meaney, é a linguagem que silencia o feminino e é a linguagem que nos aproxima dele e do maternal. Se a cultura fala na base do silêncio das mulheres e a literatura tem perpetuado e legitimado esse silêncio, a escritora deve reescrever a literatura e procurar uma estética e um fazer literário diferentes.

Como visto, apesar da constante preocupação, desde os primórdios da humanidade, com a capacidade das mulheres de trazer vidas ao mundo, apesar da torrente de normas, proibições, prescrições e crenças desenvolvidas com o objetivo de controlar o corpo feminino, por séculos praticamente nada se falou sobre os sentimentos que envolvem a experiência de “ser mãe”. As vozes femininas, principalmente maternas, foram freqüentemente abafadas. No entanto, segundo Rich, “as palavras estão sendo ditas agora, estão sendo escritas; os tabus estão sendo quebrados, as máscaras da maternidade estão rachando.” (RICH, 1981: 24-5) A busca por vozes perdidas se desenvolve também na literatura, que tanto nos diz sobre uma época, suas ideologias, seus costumes. Assim, a preocupação com a maternidade e sua abordagem pela história e pela literatura faz com que a experiência materna seja pesquisada e historicizada, não mais para confirmar a superioridade da autoridade do homem, de acordo com a perspectiva androcêntrica, mas sim conforme uma leitura feminista dessa experiência que constitui mulheres como mães. Assim, em meio ao mundo patriarcal de pensamento, pinçam-se vozes maternas um pouco apagadas na história, como o romance *Maria, or the Wrongs of Woman*, escrito por uma mãe, Mary Wollstonecraft, carregado de sentimentos e reflexões sobre essa experiência. E, praticamente na virada do século XX para o XXI, a voz da mãe se faz sentir também intensamente no romance *Fair Exchange*, não só por também ter a maternidade como tema central, mas por reconstituir, por meio de sua reconstrução ficcional, a importante voz de Mary Wollstonecraft. Laços de identificação entre mulheres, contribuições ricas em experiência e elementos capazes de desconstruir noções distorcidas do patriarcado sobre as mulheres e que analisarei nos capítulos seguintes.

## CAPÍTULO 2

### MARY WOLLSTONECRAFT: AFETO E RESPEITO NA RELAÇÃO ENTRE MÃES, PAIS E FILHOS

... é dever indispensável dos homens e das mulheres cumprir os deveres que dão origem às afeições, que são as garantias mais seguras contra o mal.

Mary Wollstonecraft  
*A Vindication of the Rights of Woman*

Mary Wollstonecraft se tornou conhecida por sua defesa dos direitos das mulheres, como o direito à educação e, conseqüentemente, a uma situação de independência, que lhes possibilitasse escolher os rumos de sua vida e tomar as próprias decisões. Neste capítulo, apresentarei a análise de seus dois romances *Maria, or the Wrongs of Woman* (1798) e *Mary, a Fiction* (1788), em diálogo com o famoso manifesto feminista intitulado *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), considerado o documento fundante do feminismo ocidental, no qual Wollstonecraft expõe suas idéias com força e vigor, impelindo a sociedade e as próprias mulheres a lutar por mudanças de atitude e mentalidade capazes de tornar mais digno o seu lugar na vida social.

Em ambos os romances, é possível encontrar muitas das atitudes criticadas por Wollstonecraft e muitos de seus ideais representados em suas personagens. Dentre os valores e os comportamentos expostos e discutidos pela pensadora inglesa se encontram os relativos à maternidade, os quais são investidos de grande importância em suas representações. Nessas, Wollstonecraft analisa as atitudes da mãe como sendo a base fundamental para o crescimento físico e mental saudável do ser humano e, portanto, defende que enquanto não houver uma mudança nos comportamentos e valores que dizem respeito à maternidade, não haverá melhoria nas condições sociais e políticas das mulheres e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. O pai também é descrito como tendo um papel imprescindível na criação dos filhos, principalmente quando Wollstonecraft sustenta que a relação entre mães, pais e filhos deve se desenvolver com afeto e respeito, como requisito indispensável para o crescimento de cidadãos sensatos e virtuosos.

Com o objetivo de ajudar a entender a origem e o desenvolvimento dos ideais e dos pensamentos de Wollstonecraft, partes importantes de sua vida serão apresentadas ao longo das análises. Será, então, possível observar que sua biografia e seus três trabalhos aqui examinados estão tão entrelaçados que, às vezes, se confundem, evidenciando que muitas idéias estavam fortemente gravadas na alma dessa sagaz escritora, direcionando até as mais simples de suas ações.

William Godwin, filósofo inglês do século XVIII, pai de Mary Shelley, permitiu que a humanidade conhecesse boa parte da vida pessoal de sua esposa Mary Wollstonecraft, ao escrever suas memórias e impedir que os pormenores de suas experiências permanecessem obscurecidos. Com grande admiração e a ternura que nem sempre esteve presente nos relacionamentos anteriores de Wollstonecraft, Godwin descreve com dedicação as diversas fases da vida de sua amada e nos auxilia não só a entender como se deu o desenvolvimento das idéias dessa grande pensadora, como também a conhecer alguns costumes, valores e comportamentos da época.

Godwin começa por posicionar a pequena Mary no que parece ser uma típica família inglesa de classe média do século XVIII: seis filhos, um pai tirano e provedor da família, uma mãe submissa, que cuida da casa e dos filhos. Nascida em 27 de abril de 1759, Wollstonecraft não teve muito do afeto e da atenção que uma criança necessita para ser feliz. Nas palavras de Godwin, “ela experimentou, no primeiro período de sua existência, pouco daquela tolerância e daquelas marcas de afeição, que são principalmente calculadas para suavizar a sujeição e as mágoas dos nossos primeiros anos.” (GODWIN, 1998: 3) Os detalhes descritos em *Memoirs of Mary Wollstonecraft* sobre sua infância parecem exemplos de valores e atitudes apresentados pela filósofa francesa Elisabeth Badinter em 1985, em seu estudo histórico sobre os comportamentos relacionados à maternidade a partir do século XVI. Por exemplo, a mãe de Wollstonecraft, Elizabeth, privilegiava o irmão primogênito, o herdeiro da família, costume observado por Badinter nas sociedades européias e criticado por ela. Conseqüentemente, não sendo a favorita, a pequena Mary era tratada, assim como o resto dos irmãos, com extremo rigor e pouco afeto. Além disso, essa indiferença fazia com que Elizabeth não se importasse muito com a educação deles. O pai de Wollstonecraft, Edward John, era um déspota, que batia na esposa e nos filhos quando se irritava (e a filha geralmente se colocava entre eles para evitar que o pai agredisse a mãe, como nos relata Godwin), exercendo o que Badinter apresentou como sendo um poder praticamente ilimitado atribuído aos pais, como ela nos lembra, já nos escritos bíblicos, e perpetuado ao longo dos séculos,

com diferentes variações de tirania sobre os filhos, a esposa e os outros habitantes do espaço doméstico.<sup>10</sup>

Como vimos na introdução, no início da década de 80 do século XX, Elisabeth Badinter fez um estudo sobre a evolução das atitudes maternas, apresentando argumentos consistentes que refutam a idéia do amor materno natural, instintivo, tão importante para o sucesso da sociedade burguesa patriarcal. Ao mesmo tempo, fornece informações sobre as concepções e atitudes sobre a mãe, a criança e o pai no processo histórico. Apesar de se concentrar na abordagem desses aspectos na sociedade francesa, os fatos refletem comportamentos adotados em outros países da Europa, como a Inglaterra e a Alemanha, por exemplo, e ajudam a entender os sentimentos que permeavam a maternidade e que chegaram ao momento presente. Dessa forma, é um estudo importante, pois nos ajuda a compreender pelo menos alguns comportamentos relacionados à maternidade na época de Mary Wollstonecraft.

E. Ann Kaplan, como várias estudiosas, expressa que há pouca evidência sobre a natureza real das práticas da maternidade ou sobre a qualidade das relações mãe-filho em qualquer período histórico, e ressalta que muito ainda precisa ser pesquisado nessa área. Ela aponta o trabalho de Badinter como importante para clarificar alguns aspectos da maternidade no século XVIII na França e em outros países europeus. No entanto, Kaplan traz algumas críticas apresentadas ao estudo de Badinter. Uma delas se refere ao fato de historiadores terem mostrado que não se pode afirmar que os discursos dominantes são evidências de práticas sociais, como fez Badinter. Algumas mães podem ter seguido tais discursos, mas outras não os levaram em consideração ou mesmo nunca ouviram falar deles. Além disso, é preciso ter em mente que as práticas da maternidade sempre foram muito variadas e que seus detalhes estão perdidos na história. No entanto, o estudo de Badinter não deixa de ser extremamente válido, pois é um dos poucos estudos que se concentram numa pesquisa histórica sobre as práticas da maternidade, a relação entre mãe e filho, na tentativa de desvendar o silêncio dos relatos históricos sobre essa experiência. Acredito também que as próprias idéias de Wollstonecraft ajudam a corroborar muitas das informações apresentadas por Badinter em seu estudo histórico, como veremos ao longo deste capítulo.

---

<sup>10</sup> Elisabeth Badinter traz exemplos de como o poder conferido aos pais lhes permitia até mesmo dispor da vida de seus filhos. Segundo ela, uma leitura atenta do quarto mandamento do Decálogo (“Pai e Mãe honrarás, para que vivas longamente”) leva à idéia de que caso o filho não cumpra o preceito, o pai tem o direito de tirar-lhe a vida. (BADINTER, 1985: 37) Além disso, há informações de que ainda no século XVII, na França, filhos eram mandados para a prisão por motivos fúteis e crianças bem jovens e adultos se misturavam nas celas. (BADINTER, 1985: 14).

A falta de carinho e a solidão da infância parecem ter sido profundamente gravadas na alma de Wollstonecraft, que expressou a melancolia e a indignação que sentia pelo sofrimento desnecessário pelo qual passou, nas vidas das personagens principais de seus dois romances. Em *Maria, or the Wrongs of Woman*, o pai de Maria exigia que ela e a mãe o obedecessem prontamente e jamais questionassem sua “autoridade absoluta”, nas palavras da narradora (WOLLSTONECRAFT, 1994: 29). Sua mãe concedia muitos privilégios ao irmão mais velho, o que fazia Maria pensar que “em comparação com sua afeição por ele, parecia que ela não amava o resto de seus filhos” (WOLLSTONECRAFT, 1994: 29). O irmão mais velho acabou se tornando tão tirano quanto o pai e as explosões de ira de ambos, aliadas à indiferença da mãe, proporcionaram um gosto amargo à infância de Maria. Godwin reproduziu uma passagem do romance em *Memoirs*<sup>11</sup>, a qual parece fornecer a ele uma visão geral de Wollstonecraft sobre sua própria infância. Coincidentemente, se trata das memórias que a personagem Maria estava escrevendo para deixar à sua filha:

É talvez difícil dar-lhe uma idéia das preocupações mesquinhas que obscureceram a manhã da minha vida; restrições contínuas nas coisas mais triviais; submissão incondicional a ordens, que, como uma mera criança, eu logo descobri serem sem sentido, porque inconsistentes e contraditórias.<sup>12</sup> (WOLLSTONECRAFT, 1994: 29)

Em *Mary, a Fiction*, a situação se repete com fidelidade: a personagem Mary sofreu com um pai violento, que exigia obediência cega da filha e da esposa, e com uma mãe que dava mais atenção ao irmão do que a ela. A falta de amor tornava Mary vítima de uma melancolia habitual, de um vazio afetivo, da solidão: “sua sensibilidade a impelia a buscar um objeto para amar; na terra ele não seria encontrado: sua mãe sempre a desapontava, e a evidente parcialidade que ela demonstrava em relação ao irmão lhe causava uma dor pungente – produzia um tipo de melancolia habitual (...)” (WOLLSTONECRAFT, 2005: 5).

Dessas primeiras impressões de sua vida pode ter resultado a maior parte das idéias de Wollstonecraft sobre a relação entre mães, pais e filhos, a criação dos filhos e uma preocupação especial com a educação e com os primeiros anos da criança. Sobretudo, suas primeiras experiências como filha e a observação do comportamento submisso e da opressão imposta à sua mãe a levaram a perceber o que várias feministas defenderiam séculos depois:

---

<sup>11</sup> A partir daqui, irei referir-me a *A Vindication of the Rights of Woman*, apenas como *Vindication*, e a *Memoirs of Mary Wollstonecraft*, como *Memoirs*.

<sup>12</sup> Decidi retirar essa passagem do próprio romance, por estar mais completa e, assim, atender melhor aos objetivos deste trabalho.

apenas uma mudança radical na situação das mulheres levaria a uma melhoria da sociedade. Como disse na dedicatória de *Vindication* para o político e diplomata francês Charles Maurice de Talleyrand-Périgord (1754-1838):

É então uma afeição por toda a raça humana que faz minha caneta se mover rapidamente para sustentar o que eu acredito ser a causa da virtude: e o mesmo motivo me leva intensamente a desejar ver a mulher numa posição onde ela possa alavancar, em vez de retardar, o progresso daqueles princípios gloriosos que fornecem substância à moralidade. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 4)

Para que houvesse uma sociedade melhor, Wollstonecraft clamava, sobretudo, por uma modificação nas relações entre mães, pais e filhos, porque, como observa, “grande parte das desventuras que perambulam, em formas horrendas, pelo mundo, é proveniente da negligência dos pais e das mães.” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 104)

Ao mesmo tempo em que critica a sujeição e a humilhação que os homens impõem às mulheres, por meio de proibições, restrições e coibições desarrazoadas, Wollstonecraft desaprova de forma veemente a conduta das próprias mulheres que, segundo ela, se deixam oprimir com formas de se comportar e pensar que acabam se ajustando e encorajando as idéias patriarcais opressoras. Em *Vindication*, manifesto escrito com ardor em apenas seis semanas, Wollstonecraft expressa com impetuosidade suas visões sobre a real e crua situação das mulheres na época, quando a esperança de mudança radical se espalhava pela Europa com os desdobramentos da Revolução Francesa. Essa atmosfera teve influência no progresso das reflexões da pensadora, que teve sensibilidade suficiente para observar que no meio dessa ardente Revolução, muito se falava sobre os direitos do homem, mas nada era pronunciado a respeito dos direitos das mulheres. Com palavras fortes, Wollstonecraft foi rigorosa e declarou que as mulheres eram escravas dos homens, assim como os súditos eram escravos de reis vis e tiranos, e que essa não sendo uma situação digna para qualquer ser humano, algo precisava ser feito com urgência. Ela expressou sua abominação de qualquer tipo de sistema de poder baseado numa hierarquia tão acentuada que leve à submissão e à opressão:

Depois de atacar a majestade sagrada dos reis, eu quase não devo causar surpresa ao acrescentar minha firme convicção de que qualquer profissão cujo poder seja constituído de uma enorme subordinação de posição é altamente injuriosa à moralidade”. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 12)

Quanto ao estilo impetuoso de escrever, que muitos tomaram até mesmo como ofensa, Wollstonecraft deixou bem claro ao declarar que:

Movida por esse objetivo importante, devo desdenhar o ato de selecionar minhas frases ou polir meu estilo; - almejo ser útil e a sinceridade me tornará impassível: porque, desejando mais persuadir pela força dos meus argumentos do que deslumbrar pela elegância da minha linguagem, não perderei meu tempo em rodeios, ou fabricando a linguagem bombástica dos sentimentos artificiais que, saindo da cabeça nunca atingem o coração. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 8)

*Vindication* é composto por treze capítulos, ao longo dos quais Wollstonecraft discorre sobre os mais variados assuntos, todos relacionados à condição feminina na sociedade. Ao falar sobre a educação, os costumes, os valores transmitidos às mulheres, a pensadora reflete e discute vários aspectos do relacionamento social: virtudes, reputação, moralidade, comportamento, relação entre marido e esposa, pais e filhos, relação entre mulheres, amizade, religião, dentre outros.

Buscando derrubar argumentos preconceituosos que depreciam as mulheres, Wollstonecraft inicia seu manifesto fazendo alguns questionamentos de caráter filosófico sobre a natureza humana, no primeiro capítulo. Ao defender a razão e a virtude, que segundo ela, respectivamente, diferencia o ser humano dos outros animais e exalta um ser em relação a outro, Wollstonecraft critica a atitude de tratar preconceitos, idéias deturpadas e parciais como verdades imutáveis, axiomas, defendidos sob o escudo da razão. Wollstonecraft acusa os homens de empregarem “sua razão para justificar preconceitos” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 20), denunciando, assim, as armadilhas que o conceito de razão e objetividade podem conter quando utilizados para mascarar e corroborar idéias distorcidas, concebidas para subjugar uma parte da população, um grupo social em benefício de outros. Na verdade, Wollstonecraft desafia uma objetividade científica que é patriarcal, no momento mesmo quando começa a se desenvolver e a se estabelecer como uma forma pretendida de se comprovar a verdade, em pleno Iluminismo. Assim, contesta, no século XVIII, o que várias feministas questionariam tempos depois: o emprego da razão, que se diz objetiva, mas é parcial e procura silenciar tudo o que pode desestabilizar o poder daqueles que o detêm, como a experiência das mulheres, suas idéias, suas vidas, sua história. Como Virginia Woolf, que, em 1929, se depara com uma lacuna na história das mulheres nos livros da biblioteca, que simbolizava, em *A Room of One's Own*, a legitimação da razão (patriarcal).

Ainda no primeiro capítulo, à medida em que fala também da religião e de suas idéias sobre o poder e a monarquia, Wollstonecraft apresenta críticas a Rousseau, principalmente à sua teoria do bom selvagem. Nesse capítulo, ela não deixa dúvidas sobre sua crença em Deus, característica que acompanhará suas idéias por todo o manifesto.

Nos três capítulos subseqüentes, Wollstonecraft se mostra uma pessoa extremamente preocupada com a moralidade e critica de forma veemente o tipo de educação que orienta a mulher a ser excessivamente vaidosa e a ter como único objetivo o casamento, tornando-a, enfim, um simples adorno ou objeto de desejo. Nessas críticas, endereçadas tanto aos homens quanto às próprias mulheres que se deixam submeter, Wollstonecraft deplora o prazer carnal, as paixões, a falta de respeito e virtude nos relacionamentos. Também critica o valor atribuído à riqueza e à vaidade em detrimento do conhecimento e defende que a boa educação, aquela que deve ser disponibilizada tanto para os homens como para as mulheres, deve levar ao desenvolvimento do intelecto e à independência.

Wollstonecraft dedica um capítulo inteiro, o capítulo cinco, a críticas que apresenta sobre o trabalho de diferentes escritores, que, segundo ela, retrataram as mulheres como objeto de pena e desprezo. Rousseau é, mais uma vez, criticado, agora por causa de seu livro *Émile* (1762). Dentre os outros escritores, estão o religioso escocês James Fordyce (1720-1796), que escreveu vários sermões, e foi criticado por Wollstonecraft pelo seu *Sermons to Young Women* (1765), e o ilustre médico escocês John Gregory, que escreveu um livro para suas filhas depois da morte de sua esposa, indicando o que elas deveriam ser, intitulado *A Father's Legacy to his Daughter* (1761), cujos princípios foram atacados por Wollstonecraft. Ambos descreveram o que uma mulher precisa fazer para ser considerada uma criatura sensível e capaz de ser amada pelos homens. O Dr. Gregory, por exemplo, aconselha suas filhas a terem cuidado até mesmo quando forem mostrar seu bom senso e a manterem seu conhecimento em segredo, pois, em suas palavras, o homem vê com maus olhos a mulher que tem uma mente cultivada.

Nos capítulos seis, sete e oito, Wollstonecraft discute as questões da moralidade, da reputação, da modéstia, da formação do caráter, tudo em relação às mulheres da sociedade inglesa do século XVIII. No entanto, os capítulos finais são os mais importantes para a presente análise, pois neles Wollstonecraft concentra suas idéias sobre a maternidade, a criação e a educação dos filhos (apesar de essas idéias estarem presentes durante todo o manifesto). A pensadora enfatiza a importância da mãe e do pai na vida dos filhos, do afeto entre eles e do dever de respeito entre todos os membros da família. Além disso, lança idéias progressistas sobre a educação de crianças e jovens, sobre uma forma de educar que cultive o

respeito, a convivência e a tolerância entre pessoas de ambos os sexos. Com algumas últimas observações sobre a educação e a maternidade, Wollstonecraft finaliza um dos documentos feministas mais inovadores e ousados que se conhece, considerando-se os temas abordados e a época em que foi produzido.

Muitas das idéias expressas nesse manifesto foram representadas por Mary Wollstonecraft nas atitudes, nos comportamentos e na maneira de pensar dos personagens de seus dois romances. Homens ou mulheres apresentavam formas de agir criticadas por Wollstonecraft ou mostravam capacidades inovadoras e defendidas pela pensadora.

Em *Mary, a Fiction*, a protagonista Mary lembra muito Mary Wollstonecraft, principalmente nos primeiros anos da sua vida. Até o nome do pai era o mesmo: Edward. Como seus pais não lhe davam atenção e seu irmão havia sido mandado para o colégio, a personagem Mary passava boa parte do tempo sozinha. Uma velha empregada a ensinara a ler e, autodidata, Mary lia com avidez qualquer livro que chegasse às suas mãos: “ela entrava com tal espírito em qualquer coisa que lia, e as emoções assim suscitadas eram tão fortes, que logo [o que foi lido] fazia parte de sua mente.” (WOLLSTONECRAFT, 2005: 8) Wollstonecraft também se esforçava por aprender e, mesmo tendo sido alfabetizada relativamente tarde, em pouco tempo conhecia a literatura de sua época. Também como a pensadora, Mary amava a natureza, em meio da qual passara grande parte de sua infância, caminhando entre as árvores, as plantas, as flores. Às vezes, passava horas em um cantinho entre as rochas, mais parecido com o “Templo da Solidão” (WOLLSTONECRAFT, 2005: 7), lendo, inclusive, grandes obras da literatura como *Paradise Lost*, na verdade, um dos clássicos da literatura patriarcal. Como conta William Godwin, Wollstonecraft costumava brincar ao ar livre com seus irmãos, em meio à natureza, pela qual tinha muita estima, em vez de se divertir com bonecas ou outras brincadeiras consideradas adequadas para meninas. Assim, já na infância, Wollstonecraft mostrava a força de seu caráter e se recusava a seguir regras que desde pequena percebia serem sem fundamento. Em *Maria, or the Wrongs of Woman*, Maria descreve que sua mãe não prestava muita atenção à educação de seus filhos, mas que o espaço natural das redondezas, onde eles podiam brincar à vontade, era um alívio para o aborrecimento encontrado dentro de casa, e, assim, expressa um sentimento que remete à vida pessoal de Wollstonecraft:

E desfrutar o ar livre e a liberdade era o paraíso, depois do castigo anormal da sala da nossa lareira, onde éramos freqüentemente obrigados a sentar três ou quatro horas juntos, sem ousar pronunciar uma palavra, quando meu pai

estava mal-humorado, por falta do que fazer, ou de uma variedade de diversões barulhentas. (WOLLSTONECRAFT, 1994: 30)

Tanto era sua estima pela natureza, que Wollstonecraft defenderia em *Vindication* que deveria haver atividades ao ar livre para os alunos, e declararia que as mentes mais cultivadas parecem ter o maior prazer pelas belezas simples da natureza.

A personagem Mary sempre foi uma pessoa generosa. Como morava perto do mar, sempre se esforçava para ajudar as famílias dos pescadores quando pequena. E durante toda a sua vida sempre se solidarizou com o problema alheio. Wollstonecraft também estava sempre preocupada em promover o benefício dos outros. De uma pessoa pouco considerada na família, passou a ser sua provedora, ao começar a trabalhar como governanta, pois os negócios de seu pai não iam bem.<sup>13</sup> Ajudou a irmã Eliza quando esta ficou doente e se esforçou por colocar seus irmãos e irmãs em uma boa situação, tentando arranjar bons empregos para todos. Assim como a personagem Mary, Wollstonecraft esteve ao lado da mãe, durante sua doença, até os seus últimos dias. E além de todos esses esforços feitos por sua família, ainda pegou uma menina de sete anos para cuidar, filha de uma amiga falecida. Na verdade, essa atitude de cuidar de crianças desvalidas está constantemente presente nos romances.

*Mary, a Fiction* foi todo escrito em terceira pessoa e a história principal gira em torno da amizade entre Mary e Ann, baseada na forte amizade de Wollstonecraft e Frances Blood (Fanny). A semelhança entre a história real e a ficcional chega a ser tamanha, que se torna, às vezes, difícil distinguir uma da outra. No romance, Mary conheceu a talentosa e inteligente Ann, anos mais velha que Mary. Mary admirava a amiga, e como as duas passaram a se corresponder por cartas, Mary, que tinha pouca instrução, copiava as cartas de sua amiga com o intuito de melhorar sua escrita. Jovem, Ann ficou doente e era necessário que se fizesse uma viagem a um país de clima mais brando para amenizar o efeito da doença em seus pulmões. Ann vinha de uma família pobre e, por essa razão, Mary decidiu ajudar a amiga e viajou com ela para Lisboa. No entanto, a doença foi mais forte e Ann morreu.

Godwin defende o romance de críticas que o classificam como “sentimental”, tirando, portanto, qualquer mérito desse trabalho. Concordamos com a argumentação de Godwin de que a história não é tão importante quanto a maneira como foi escrita. Ele afirma que os sentimentos expressados são do tipo “mais verdadeiro e apurado; cada circunstância é

---

<sup>13</sup> O próprio romance *Mary, a Fiction*, foi escrito quando Mary Wollstonecraft trabalhava como governanta na casa do Lord Kingsborough, no verão de 1787, quando a família passou essa temporada em Bristol Hot-Wells.

adornada com aquela espécie de imaginação, que se encontra na área da delicadeza e do sentimento.” Godwin chega a ser enfático em sua defesa do romance: “aquele que imaginar que os sentimentos desse livro são afetados, deve receber nossa mais profunda comiseração.” (GODWIN, 1998: 15)

Na vida real, Wollstonecraft conheceu Fanny, que era dois anos mais velha que ela e sustentava a família com seu talento de cantar e tocar (provavelmente piano). Wollstonecraft a admirava e aspirava ser como ela. As duas moravam um pouco longe uma da outra e, por isso, se comunicavam frequentemente por cartas. Fanny escrevia muito bem e acabou instruindo a amiga, ajudando-a a melhorar suas habilidades intelectuais. Mas assim como a personagem do romance, Fanny ficou muito doente e precisou fazer uma viagem a um país com clima melhor. Wollstonecraft abdicou de tudo o que estava fazendo e acompanhou Fanny a Lisboa. Já muito fraca, e ainda mais fragilizada por uma gravidez, Fanny sucumbiu à doença e morreu junto com o bebê. A tristeza dessa perda ficaria gravada para sempre no coração de Wollstonecraft e a imagem da amiga que tanto amou estaria constantemente presente com ela. Godwin seleciona uma passagem das cartas escritas por Wollstonecraft durante sua viagem à Noruega, quando fala da amiga, anos depois de sua morte:

Quando um coração caloroso recebe impressões fortes, elas nunca são apagadas. Emoções se tornam sentimentos; e a imaginação torna permanentes até sensações transitórias, ao lembrá-las com afeto. Eu não posso, sem um arrepio de satisfação, lembrar imagens que vi, que não serão esquecidas, - nem olhares que senti nos nervos, que nunca mais encontrarei. O túmulo recolheu uma amiga querida, a amiga da minha juventude; ela ainda está presente comigo, e eu escuto sua voz suave gorjeando enquanto caminho sobre a vegetação. (GODWIN, 1998: 2)

A amizade, para Wollstonecraft, é um sentimento nobre e, pelo que se pode depreender de seus comentários em *Vindication*, esse parece ser o sentimento mais importante para ela. Segundo ela, “a mais sagrada parte da sociedade é a amizade”. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 21) Ela defende que para que um relacionamento amoroso seja verdadeiro, o amor deve ser fundado na amizade, como se o amor sem os princípios da amizade não fosse um sentimento duradouro: “a amizade é uma afeição séria; a mais sublime das afeições, porque é fundada no princípio e cimentada pelo tempo. O avesso pode ser dito do amor.” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 49) Seu conceito de amizade remete a uma característica que Elaine Showalter, em *Inventing Herself: claiming a feminist intellectual heritage*, livro que escreveu em homenagem às mulheres que ela considera ícones feministas, encontrou em mulheres que se tornam esses ícones: geralmente, elas formaram amigas

fortes e, às vezes, românticas com outras mulheres e sustentaram essas amizades íntimas durante toda sua vida. Em seus relacionamentos com os homens, elas conscientemente procuravam homens com quem pudessem formar uma parceria intelectual, política ou profissional. Homens capazes de apreciar sua mente também, e não apenas seu corpo.

A personagem Mary também sentiu muito a morte de sua amiga. A tristeza causada pela indiferença que sua mãe lhe dispensava e pela sua predileção pelo filho tinha sido amenizada pelo fato de se sentir amada pela amiga. Ann tinha sido a primeira pessoa que havia nutrido algum afeto por ela. Mas Mary a perdera. Assim como Wollstonecraft, Mary ajudou financeiramente a família de sua amiga, que passava por dificuldades. Wollstonecraft chegou a escrever um livro de cento e sessenta páginas para ajudar a família de Fanny a viajar para a Irlanda: *Thoughts on the Education of Daughters* (1787), com algumas visões sobre a educação de meninas.

Antes de viajar a Lisboa, a personagem Mary havia se casado com um homem que não amava, por vontade de seu pai em perpetuar e aumentar a herança da família. Mas ela se recusava a viver com um homem por quem nutria sentimentos de desgosto. A situação de Mary, assim, mostra a opressão a que a mulher estava submetida numa sociedade patriarcal que utiliza o casamento para subjugar as mulheres com o fim de atender aos seus interesses. Durante a viagem, Mary se apaixonara por Henry, que também se encontrava doente e passava uma temporada no hotel onde Mary havia estado com Fanny. No entanto, sua consciência não permitiu que Mary assumisse sua relação com ele e ela voltou a Londres. Henry também voltou, mas morreu pouco tempo depois. A própria saúde de Mary tornou-se frágil, e seu marido, que esteve todo esse tempo viajando, voltaria e encontrar-se-ia com ela dentro de algum tempo. No último parágrafo do romance, Mary expressa que prefere morrer a continuar a fazer parte de uma instituição falsa como o casamento: “em momentos de tristeza solitária, um brilho de alegria atravessaria sua mente – ela pensava que estava se apressando para aquele mundo *onde não há nem casamento*, nem a necessidade de desistir do casamento” [grifos da autora]. (WOLLSTONECRAFT, 2005: 44) Ou seja, Mary, acreditando na imortalidade da alma (assim como Wollstonecraft acreditava), iria para um mundo onde ninguém seria obrigado a se casar por obrigação, e conseqüentemente, ninguém precisaria se separar, pois o casal só se uniria por amor. Em *Vindication*, Wollstonecraft defendia que quando as leis fossem mais igualitárias, o casamento seria uma instituição mais verdadeira, pois as pessoas poderiam escolher seus maridos e suas esposas por amor e não por conveniência. E as mulheres, então, teriam a oportunidade de escolher com quem passariam

suas vidas. Mas para que isso acontecesse, era preciso conscientização e resistência por parte das mulheres, como fez a personagem Mary.

Como foi possível observar, temas como o casamento e a moralidade estão sempre presentes nos trabalhos de Wollstonecraft. O romance *Maria, or the Wrongs of Woman*, reveste os comportamentos relacionados à mãe, ao pai e aos filhos de particular importância, e remete a uma constante preocupação com o tema da maternidade no *Vindication*. Nesse romance, há também a presença de sentimentos da própria Wollstonecraft e cenas que também remetem a episódios de sua vida. Para a nossa análise, esse romance traz, além disso, algo de especial: a maternidade como tema central. O romance inova, sobretudo, não só por sua temática, mas por ser narrado sob a perspectiva da mãe, em uma época em que se falava muito sobre a mãe, mas ela quase não era ouvida. Com a formação de concepções sobre os papéis e as características adequadas às mães, difundidas pelos discursos sociais, políticos e científicos desenvolvidos desde quando começou a operar-se a mudança na família europeia, a partir do século XVIII, a mãe é comparada a uma santa, que exerce sua “vocação” de cuidar da casa e dos filhos com devoção e sacrifício. Assim, como já vimos, toda boa mãe é uma “santa mulher” e “a padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria”. (BADINTER, 1985: 223) A mãe assume papel fundamental e único na educação dos filhos e qualquer problema com eles é de sua total responsabilidade e culpa, como nos lembra Badinter. O discurso de Rousseau ajudou a disseminar a idéia de esposa submissa, educada para os trabalhos domésticos e responsável completamente pela formação do bom cidadão, com *Émile*. Essas características são da esposa de Émile, Sophie, veementemente criticada por Wollstonecraft. Segundo Badinter, a profunda mudança de mentalidade difundida por Rousseau e outros pensadores teve duas conseqüências: por um lado, deu oportunidade para que muitas mulheres assumissem e desfrutassem a maternidade com alegria e orgulho, permitindo a elas exteriorizarem um aspecto de sua personalidade e ter um prestígio nunca antes atribuído às mães; por outro lado, o discurso autoritário e opressor, segundo o qual todas as mulheres deveriam ser mães (e boas mães) convenceu mulheres que não queriam ser mães a sê-lo, fazendo-as viver sua maternidade com culpa e frustração, estando aí, talvez, a fonte da infelicidade de muitas mães e crianças.

Publicado inacabado no ano após a morte de Mary Wollstonecraft, *Maria, or the Wrongs of Woman* se desenvolve a partir da personagem principal Maria, mãe que foi separada de sua filha de apenas quatro meses de idade. Como *Mary, a Fiction*, ele também é narrado em terceira pessoa (apesar de conter algumas diferenças quanto ao estilo narrativo, que serão analisadas mais adiante) e começa com as reflexões de Maria sobre sua situação

angustiante, ao acordar e ver-se presa em um hospício de um dia para o outro, internada pelo próprio marido. Assim como ela, o leitor não sabe em que parte da Inglaterra a instituição se localiza e os detalhes de sua internação. Tudo o que Maria sabe é que seu marido a internou ali, pretendendo ficar com a herança que o tio de Maria deixara para ela. Já no início, percebe-se o quanto Maria ama sua filha e se preocupa com ela. No momento, nada parece doer mais do que estar separada dela e não estar acompanhando e cuidando da menina. As reflexões feitas pela protagonista expressam desejos profundos e denunciam a situação a que as mulheres estavam submetidas. Apesar de conter grande parte dos sentimentos e experiências da própria Mary Wollstonecraft com sua relação amorosa malsucedida com Gilbert Imlay, essas reflexões expressam os desejos da escritora de mudanças políticas e sociais para as mulheres e a família.

Maria possui características que Wollstonecraft considera importantes para uma mãe no *Vindication*. Mas antes de descrever o caráter de Maria é preciso explicar alguns pensamentos de Wollstonecraft. A pensadora defende que para que as mulheres contribuam para o sucesso de uma nação ou de uma família, por exemplo, elas precisam ser educadas para entender a importância de seu papel na sociedade. Ou seja, não se pode obrigar uma mulher a ser boa mãe, boa esposa, boa profissional. Para que se exerça algo bem, deve-se ser livre e independente para escolher o próprio caminho e ter consciência da importância do trabalho que se faz. Assim, a maternidade é vista de forma mais libertária, fruto de livre escolha e não como uma obrigação, uma forma de opressão e controle. Além disso, ao sustentar que o casamento deve se estabelecer por amor e não por conveniência, Wollstonecraft apresenta a solução para um comportamento das mulheres que ela considera execrável: ao ter, então, a certeza da afeição e, conseqüentemente, da fidelidade do marido, e ao serem ensinadas a refletir, as mulheres não precisarão ser apenas simples objetos de enfeite e de desejo, que sobrevivem de vaidade e cujas ações são direcionadas para se tornarem agradáveis aos homens. Então, livres de “noções artificiais de beleza” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 28) e do desejo de se estabelecer pelo casamento (a única forma pela qual elas poderiam ascender na sociedade, enquanto não houvesse mudanças na educação fornecida a elas), as mulheres se tornariam mães conscientes, cidadãs críticas e esposas úteis e não meras flores, tornadas imprestáveis quando o vigor da juventude desvanecesse. Essa comparação interessante entre as flores e as mulheres se apresenta como uma forte crítica ao tipo de educação ao qual elas tinham acesso e ao comportamento resultante desse tipo de orientação:

A conduta e as maneiras das mulheres, na verdade, evidentemente, provam que suas mentes não estão em um estado saudável; porque, como as flores que são plantadas num solo rico demais, força e utilidade são sacrificadas em benefício da beleza; e as folhas pomposas, depois de terem agradado um olho exigente, esmorecem, desconsideradas no caule, muito antes da estação quando elas deveriam chegar à maturidade. Uma causa dessa florescência infértil eu atribuo a um sistema falso de educação, coletado de livros escritos sobre essa matéria por homens que, considerando as mulheres mais como fêmeas do que como criaturas humanas, têm estado mais ansiosos em torná-las amantes atraentes do que esposas afetuosas e mães racionais. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 7)

A personagem Maria representa o oposto dessa mulher-adorno e se mostra uma pessoa consciente. Seus pensamentos, suas reflexões a tornam uma mulher livre, que ama sua filha e deseja cuidar dela independentemente de qualquer sentimento opressor de obrigação. A partir do momento em que descobriu que o marido não a amava e era cruel, quis abandoná-lo e ir viver com a filha, mas ele a impediu de forma violenta. Maria possui uma mente ativa e crítica e uma capacidade que Wollstonecraft considera como o verdadeiro “cultivo do entedimento”: o que ela chama de “poder de generalizar idéias”. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 38) Em *Vindication*, Wollstonecraft argumenta que um dos principais prejuízos impostos às mulheres pela opressão patriarcal é o impedimento de generalizarem suas idéias, tornando-as meros “objetos de desejo insignificantes”. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 8)

Maria apresenta uma forma de maternidade mais livre, à medida em que cuidar da filha e amamentá-la são desejos seus, e não simples obrigações provenientes de situações opressoras. Wollstonecraft investe o aleitamento materno de grande importância, tanto em seu manifesto, quando expressa que o ato de amamentar o filho é não só necessário, mas bonito, quanto em seus romances, quando narra as visões das personagens sobre esse ato. Em *Vindication*, Wollstonecraft inova em dois níveis, pois além de discutir um tema que, por ser relacionado à capacidade biológica das mulheres, era considerado impróprio e, por isso, era evitado, ainda inclui a figura do pai nesse ambiente tão restrito ao espaço feminino numa sociedade tão moralista quanto a Inglaterra do século XVIII. Ao ressaltar a importância do marido e do pai na família, ela declara: “frio seria o coração de um marido, se não tivesse se tornado desnaturado por causa da devassidão, que não sentisse mais satisfação em ver seu filho sendo amamentado pela mãe, do que a mais astuta libertinagem que artimanhas podem ensinar.” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 96) Wollstonecraft expressa que a troca de carinho entre mãe, filhos e um pai que toma parte na vida familiar não é apenas uma visão respeitável, mas bonita. A falta de afeto e de um certo respeito na família de Mary Wollstonecraft durante

sua infância parece tê-la estimulado a defender a afetividade em família com tanto afã. O desejo de ter um pai sensato, não-violento e uma mãe afetiva parece tê-la acompanhado durante toda sua vida. Suas idéias se coadunam com as idéias de feministas como Nancy Chodorow e Dorothy Dinnerstein que, como vimos, defendem que o cuidado com os filhos deve ser compartilhado entre a mãe e o pai.

Muitas das idéias de Wollstonecraft também estão de acordo com as opiniões expressas por Elisabeth Badinter e até mesmo ajudam a corroborar muitas das teorias levantadas pela filósofa francesa sobre os comportamentos relativos à maternidade em séculos passados. Pelo que Wollstonecraft expressa na vida de suas personagens e no seu livro não-ficcional, o ato de amamentar significa para ela um sinal de amor e afeto que a mãe tem pelo seu filho. Em *Vindication*, ela critica o ato de deixar os bebês aos cuidados de amas-de-leite e declara que a mãe que não amamenta seu bebê não sente afeto por ele e não cria laços afetivos com a criança: “sua afeição de mãe, realmente, quase não merece esse nome, quando não leva a amamentar seus filhos, porque o desempenho desse dever é igualmente calculado para inspirar a afeição maternal e filial.” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 100) Assim, o aleitamento aparece como um ato capaz de ligar os corações da mãe e do filho.

Quando a personagem Maria descreve sua infância triste, ela ressalta que sua mãe apenas amamentou seu irmão mais velho e que deve ter sido por isso que ela o privilegiava de forma tão extraordinária em detrimento dos outros filhos, sugerindo, assim, que se formou um laço afetivo entre os dois por causa da amamentação. Maria, por sua vez, disse ter uma grande afeição pela mulher que a amamentou. Em *Mary, a Fiction*, a mãe de Mary entregou os seus filhos para amas, esse sendo um sinal de que ela não se importava muito com eles.

Essa forma de pensar sobre a amamentação desenvolvida por Wollstonecraft se coaduna com um dos argumentos utilizados por Badinter para sustentar que o amor materno não é natural. Segundo ela, “o primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio” (BADINTER, 1985: 65), principalmente numa época em que esse ato aumentava a possibilidade de sobrevivência da criança. Badinter vê esse ato como resultado de um processo que começou há muito tempo. Ela apresenta análises das noções sobre a infância em séculos anteriores, que chocam se comparadas às visões atuais, e que ajudam a entender um pouco das atitudes referentes à maternidade em outros tempos. A literatura, a filosofia e a teologia dos séculos XVI e XVII mostram que a criança possuía pouca ou nenhuma importância na família. Num primeiro momento, a criança é símbolo da força do mal, cheia de pecados, imperfeita moralmente, conforme o pensamento de Santo Agostinho. Sendo assim, precisava de uma educação rigorosa, repleta de medo e castigos, conforme mostra a

ideologia da pedagogia do século XVII: “para salvar uma alma, não hesitemos em castigar o corpo” (BADINTER, 1985: 59).

A criança era como um fardo a ser carregado pelo pai e pela mãe. A desconsideração da criança pode ter levado a uma atitude que se disseminou até o século XIX: a entrega do bebê recém-nascido a uma ama-de-leite, que poderia estar na residência da família, ou se encontrar a muitos quilômetros de distância. Ricas ou pobres, as mulheres em geral passaram a entregar seus filhos aos cuidados de uma ama. Wollstonecraft confirma essa informação ao dizer no seu manifesto que “resumindo, ao falar da maioria das mães, elas deixam seus filhos inteiramente aos cuidados de criadas”. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 128) Para Badinter, nas classes mais abastadas, isso resultava do pouco valor dado às atividades relacionadas à maternidade. Era deselegante e pouco digno para uma mulher de classe alta amamentar e dar sinais de preocupação com os filhos. Nas classes pobres, mandar o filho para uma ama acabava sendo necessário para que a mãe continuasse a trabalhar. E ainda havia as mulheres que, não sendo da classe alta, mas também não precisando trabalhar, imitavam a “moda”. A grande maioria das amas escolhidas se encontrava fora das casas das famílias, geralmente no campo. Se as crianças conseguissem sobreviver ao transporte precário dias depois de nascer, ao clima austero, às péssimas condições de higiene das amas, esse desinteresse pelo bebê com sua entrega a amas, resultava em crianças malformadas quando voltavam à casa da mãe anos mais tarde. O contato entre pais e filhos, nessas condições, era inconsistente, distante, pois além de passarem o início da infância longe da família, as crianças que conseguiam voltar para casa, eram, geralmente, enviadas imediatamente para um convento ou colégio interno, de forma que elas passavam pouquíssimo tempo juntas com sua família. Wollstonecraft critica esse costume e impele as mães a tomarem conta dos próprios filhos. Para ela, apenas com uma boa educação as mulheres perceberão a importância de cuidar dos filhos, em vez de mandá-los para um lar estranho poucos dias depois de nascer, onde ficam boa parte de sua infância, sem nem ao menos conhecer seus pais.

Em *Maria, or the Wrongs of Woman*, Maria fez amizade com Jemima, uma mulher que trabalhava no hospício onde Maria estava internada e que era responsável por levar sua comida e prestar outros serviços. Jemima é uma mulher muito sofrida e conta sua história a Maria. Sua infância foi triste também, mais triste do que a infância de Maria, pois se essa recebeu pouco afeto, Jemima jamais recebeu qualquer demonstração de ser amada. Ao perder sua mãe ainda bebê, Jemima foi entregue à uma ama-de-leite. E ao descrever o modo como ela cuidava das crianças confiadas a ela, a narradora critica, pelos olhos de Jemima, as

péssimas condições e o sofrimento a que uma criança pode estar sujeita quando é entregue a uma ama, sem ter o carinho de seus pais, principalmente de sua mãe:

O dia em que minha mãe morreu, o nono após meu nascimento, fui confiada aos cuidados da ama mais barata que meu pai pôde encontrar; ela amamentava seu filho e eu ao mesmo tempo e abrigava o máximo de crianças que ela podia pegar em dois apartamentos do tamanho de um sótão.

Pobreza e o hábito de ver crianças morrendo em suas mãos endureceram tanto seu coração que o ofício de uma mãe não acenderam a ternura de uma mulher; nem os carinhos femininos que parecem uma parte da criação de uma criança foram alguma vez concedidos a mim. (...) eu não tinha um seio para aninhar-me, nenhum calor humano para me acalantar. Deixada na sujeira, chorando de frio e fome até ficar exausta e dormir sem nunca ter sido preparada por exercícios físicos, ou ninada para descansar; poderia eu ser esperada a me tornar qualquer outra coisa senão um bebê fraco e raquítico? (WOLLSTONECRAFT, 1994: 21)

Essa é uma situação que Maria não queria para sua filha e era uma das preocupações que mais a deixavam desesperada, sofrendo com o que ela chamou de “apreensão maternal” (WOLLSTONECRAFT, 1994: 3) Ela não gostaria que sua filha sofresse como Jemima, desprovida do amor de sua mãe:

Pensando no destino peculiar de Jemima e no seu próprio, ela foi levada a considerar o estado oprimido da mulher e a lamentar que ela tenha dado à luz uma filha. O sono sumiu de suas pálpebras, enquanto ela pensava na desdita da infância desprotegida, até a empatia por Jemima se transformar em agonia, quando parecia provável que sua própria criança poderia agora estar no mesmo estado que ela descrevera. (WOLLSTONECRAFT, 1994: 27)

Maria reflete que mesmo que sua filha possa receber o leite de outra pessoa, é Maria que gostaria de amamentá-la e dar-lhe o carinho que, segundo ela, ninguém é capaz de fornecer, só a própria mãe:

Ela a escutou balbuciando e sentiu seus dedos cintilantes no seu seio – um seio cheio do nutrimento pelo qual essa estimada criança deve estar agora procurando em vão. De uma estranha com certeza poderia receber o alimento maternal – Maria ficava afligida com o pensamento – mas quem iria acompanhá-la com a ternura de uma mãe, com a abnegação de uma mãe? (WOLLSTONECRAFT, 1994: 3)

Segundo Badinter, o comportamento em relação à criança mudaria bastante no último terço do século XVIII, com uma enorme mudança nas mentalidades:

Após 1760, abundam publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes 'ordenam' amamentá-los. Elas impõem à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. (BADINTER, 1985: 145)

Uma série de discursos aparece em defesa da criança. Como nos ilustra Badinter, o discurso econômico, como o de Monsieur de Chamousset, por exemplo, chama a atenção para o desperdício de vidas (com a mortalidade infantil, resultado também do abandono), que poderiam ser utilizadas para o trabalho e como defesa dos países nas guerras.

A filosofia do chamado século das Luzes traz outro discurso, baseado nas idéias de igualdade e de felicidade individual. A presença do pai agora é vista como necessária para ajudar no desenvolvimento das crianças. Com a busca da felicidade, há uma valorização do amor, que será encontrado na família nuclear, composta de pai, mãe e filhos. A mãe deve ser devotada à família e é responsável pela intimidade e ternura entre os familiares. A maternidade assume papel fundamental: é um sacrifício ao qual a mãe deve se entregar para encontrar sua satisfação e manter a família unida e feliz. Dessa forma, muitas mulheres se entusiasmaram com o papel que desenvolveriam em suas famílias. A responsabilidade da mãe sobre a criação e a educação dos filhos foi elevada como importante para a nação. Era necessário que a mulher seguisse e cumprisse com prazer e devoção seu destino natural de ser mãe.

Badinter faz um interessante estudo histórico com o fim de provar que o amor materno não é natural. Wollstonecraft, apesar de apresentar idéias um pouco essencialistas como a de que só a mãe é capaz de fornecer certo carinho e conforto ao seu filho, como a de que cuidar dele e amamentá-lo são deveres seus (apesar de deixar bem claro que cuidar dos filhos não é um dever só seu, mas também dos pais), também critica o que ela chama de “afeição natural” entre mãe e filho, pai e filho, e diz que essa é uma ligação muito fraca, que precisa ser reforçada e desenvolvida. Para ela, o amor deve nascer de um “exercício habitual de mútua empatia”, de uma troca de respeito e afeto entre mães, pais e filhos. No entanto, a pensadora deixa claro que uma mãe que entrega seu filho a uma ama-de-leite não consegue nutrir esse sentimento, pois nos primeiros anos de vida a criança se torna íntima de uma pessoa estranha, e quando volta para casa mal tem tempo para conhecer a mãe e o pai, pois é imediatamente mandada para um colégio interno: “e qual empatia uma mãe que manda sua criança para uma ama-de-leite e apenas a pega para levar para uma escola, exercita?” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 100)

De acordo com Wollstonecraft, como o laço afetivo deve ser formado e fortalecido por meio das atitudes, os pais e as mães que demonstram sua afeição e sua preocupação com os filhos, receberão deles gratidão quando estiverem mais velhos e precisarem de ajuda. Em suas palavras: “o pai ou a mãe que presta a devida atenção à infância desamparada tem o direito de requerer a mesma atenção quando a debilidade da idade avançada chegar.” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 103) Talvez recordando o seu próprio pai, ela critica os pais tiranos, violentos, que exigem obediência cega de seus filhos e impedem o diálogo e a troca de afeto. Segundo ela, esse tipo de tratamento dos pais para com os filhos é como se fosse uma preparação para uma submissão a qualquer poder autoritário e não para relacionamentos baseados no consenso de ambas as partes. Para Wollstonecraft, as meninas acabam sendo as mais prejudicadas por essa tirania do que os meninos, porque, ensinadas a obedecer aos pais como escravas, acabam sendo preparadas para um tipo de casamento que se assemelha à escravidão, onde deverão se submeter ao marido. Além disso, como os próprios pais não fornecem a oportunidade para que as mulheres se tornem independentes, elas passam da dependência dos pais para a dependência dos maridos. O fato de se submeter um ser humano à mera vontade de outro é uma atitude prejudicial, que não leva ao amor e à gratidão recíproca. Para Wollstonecraft, o pai ou a mãe que realmente ama seu filho deve se esforçar por nutrir o seu coração e expandir o seu entendimento. Os pais que assim se comportam ganham todos os direitos da amizade mais sagrada e seu conselho sempre é considerado, mesmo quando o filho se torna adulto. Assim, ao questionar o amor natural e a autoridade absoluta paterna, Wollstonecraft derruba teorias essencialistas patriarcais.

Wollstonecraft também critica os colégios internos, exatamente por manterem os filhos muito tempo longe de seus pais, de sua casa, impedindo, assim, a formação de uma ligação emocional. Segundo ela, é na família que se adquire os fundamentos morais. De acordo com Eileen M. Hunt, nesse sentido Wollstonecraft concordava com seu rival Edmund Burke, o qual, apesar de defender a estrutura patriarcal, compartilhava com a pensadora a importância da função moral e social da família. Segundo Burke, nós começamos nossas relações com os outros na família, e o bom cidadão deve, primeiro, ter afeto pelos pais, irmãos e todos os seres vivos que estão presentes em seu mundo familiar. Wollstonecraft apresenta a mesma opinião: “poucos, eu acredito, tiveram muita afeição pelos seres humanos se não amaram primeiro seus pais, seus irmãos, irmãs e até mesmo os animais domésticos, com quem brincaram pela primeira vez.” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 110) É interessante perceber a importância e o respeito que Wollstonecraft atribuía aos animais desde pequena. Godwin fala sobre o sentimento de horror que Wollstonecraft possuía quando seu pai

maltratava seus cães em momentos de fúria. Em *Vindication*, ela defende que o respeito aos animais deve ser parte da educação nacional, pois pelo que ela havia observado, os animais eram utilizados pelas pessoas para descarregarem suas raivas. Segundo ela, essa crueldade habitual era aprendida na escola, onde um dos passatempos dos meninos era atormentar os animais. E, ironicamente, observa que a passagem da violência contra os animais para a violência contra mulheres, esposas, filhos, criados é muito fácil. Ou seja, aqueles que não respeitam os animais não podem ser capazes de respeitar os seres humanos. Em suas palavras, a justiça e a benevolência não serão completamente eficientes, enquanto não abrangerem todas as criaturas, pois “aqueles que podem ver a dor sem se mover, irão logo aprender a infligi-la” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 116), e isso, ela acredita, deve ser considerado como um axioma.

Para Wollstonecraft, a sociedade patriarcal deturpa e impede o desenvolvimento das virtudes morais, sociais e políticas dos filhos, que servem como a base de qualquer sociedade humana estável. Essa é uma grande preocupação da personagem Maria em relação à sua filha, uma menina, sujeita ao regime patriarcal, à autoridade de um pai cruel e ambicioso, privada de uma infância feliz e amorosa ao lado da mãe, que a ama: “ela lamentava por sua criança, lamentava que ela era uma filha, e antecipava os males da vida agravados que seu sexo tornava quase inevitável, mesmo temendo que ela não existisse mais”. (WOLLSTONECRAFT, 2005: 3) Suas preocupações com o futuro da filha no sistema patriarcal opressivo em que se encontravam demonstram a desigualdade e as injustiças cometidas contra as mulheres na sua época. Esse desabafo denuncia a opressão do sistema patriarcal e justifica a necessidade de mudanças em busca da defesa dos direitos das mulheres. Mudanças políticas, mas também mudanças de mentalidade no que concerne à família, à maternidade, aos relacionamentos. No entanto, o bem-estar da família e dos filhos é algo fundamental para Wollstonecraft, tanto em sua ficção quanto em seus próprios ideais. Assim, Wollstonecraft rompe com a imagem da mãe que sofre pela felicidade dos filhos, dos maridos e da nação, que segue silenciosamente o papel que lhe é imposto pela sociedade patriarcal. Algumas idéias expressas no seu manifesto, podem até parecer tradicionais, principalmente porque ela defende a moralidade, idéias religiosas e outros aspectos apoiados pela sociedade conservadora. Elaine Showalter diz que grande parte do sucesso do manifesto se deve ao seu “conservadorismo sexual, denúncias de sexo e amor livre e defesa do casamento e da maternidade”. (SHOWALTER, 2001: 29) Mas suas idéias são bastante inovadoras para a época e Wollstonecraft não assimila posturas universalizantes, mas se expressa a partir de sua perspectiva. Não finge um “eu” universal, mas fala como mulher e mãe.

Linda Hutcheon, em *The Canadian Postmodern*, chama a atenção para os processos que envolvem o que ela chama de “contexto discursivo da produção e da leitura do texto”, ou o que a teoria lingüística francesa chama de *énonciation*. Ela nos remete aos conceitos de Timothy J. Reiss, para quem essa prática discursiva engajada no seu contexto tem sido suprimida desde o século XVII, resultando no desprezo dos agentes e dos processos do ato de *énonciation*, em nome da objetividade científica, da universalidade, do realismo do romance ou do formalismo crítico e anti-romântico. Reiss chama esse tipo de discurso de “analítico-referencial.” Wollstonecraft rompe com esse discurso, à medida em que inclui sua experiência na ficção, e remete ao termo utilizado por historiadores, a “narrativização” [*narrativization*], que é o ato de transformar a experiência em história, uma das principais formas de compreensão humana.

Adrienne Rich defende explicitamente a importância da expressão da experiência feminina: “Eu acredito cada vez mais que somente a vontade de compartilhar experiências particulares e, às vezes, dolorosas, pode tornar as mulheres capazes de criar uma descrição coletiva do mundo que será verdadeiramente nossa.” (RICH, 1981: 16) Ela chega a ver o lado negativo disso, o de que na verdade é a versão do autor que o leitor está lendo, enquanto o relato de muitas pessoas continua silenciado. No entanto, o relato da experiência feminina é uma arma contra o silêncio imposto pelo patriarcado, pois, como ressalta Tania Navarro Swain, a experiência é a participação do ser no mundo, é sua presença na ordem social, diversificada e em constante mudança. É esse conjunto de experiências que forma o sujeito, cuja identidade, portanto, não pode ser estabelecida a partir de uma característica biológica, como ocorre com a imposição à mulher de seu único papel de mãe santa (ou mulher devassa, seu oposto). A experiência enseja uma pluralidade de vidas e histórias que possuem lugares de fala:

*A experiência é assim concebida como a imersão do sujeito nas práticas sociais, a inserção do ser no mundo, sua ação e seus movimentos em uma ordem social múltipla, plurívoca. Isto significa que uma identidade não pode ser designada por UM [sic] detalhe anatômico, emocional ou funcional, mas por um conjunto de experiências que fazem de nós seres em mutação, marcados por momentos e motivações diversas, agindo, entretanto, a partir de um lugar de fala, de um papel sócio-histórico e individual específico. (SWAIN in STEVENS, 2007: 238)*

Encarcerada no hospício, Maria resolve escrever suas memórias para sua filha, relatando sua situação atual e sua vida passada. Ela escreve, porque pensa que o relato de sua triste história como mulher que sofre com as injustiças do patriarcado pode ajudar sua filha a

se proteger da tirania desse sistema, mesmo não sabendo se esses escritos chegariam às mãos da menina. Percebe-se, então, que Maria é uma mulher instruída e que se utiliza de seu conhecimento para dar voz ao seu infortúnio, para contar sua história. George Venables, seu marido, se utilizou do hospício como um lugar de empoderamento, uma instituição patriarcal que legitimava seu poder autoritário, seu domínio sobre a esposa, sua filha, sua casa. Para Maria, por outro lado, o hospício se apresenta como um lugar público de desempoderamento, de cerceamento e coibição. Sua reclusão é tão intensa que ela mal vê o jardim e as outras dependências da casa. No entanto, ela não deixaria que esse lugar de restrição a silenciasse e escreveu sobre sua vida, estimulada pelo fato de ter uma filha que, possivelmente, iria ouvi-la.

A história de Maria, como declara a narradora, é apenas mais uma entre tantas outras histórias de mulheres que sofriam as conseqüências de um marido cruel, cujas atitudes são legitimadas pela ideologia patriarcal. Um dia, Jemima contou a ela a história de uma mulher que tinha acabado de ser internada no hospício. Segundo Jemima, essa mulher havia se casado contra sua vontade com um homem rico, mas extremamente ciumento. Jemima sugeriu que ela havia enlouquecido por causa do tratamento recebido do marido, situação que não deveria ser muito difícil em uma época onde se esperava que as mulheres sofressem resignadas com a violência de maridos machistas.

No hospício, Maria conheceu Henry Darnford. No início, eles apenas se comunicavam por bilhetes que Jemima entregava, e pelo envio de livros, que Henry emprestava a Maria também por intermédio de Jemima. Maria era uma mulher muito inteligente. Possuía opiniões sobre política e literatura. Presa em um quarto limitado, seus únicos consolos eram os livros e o hábito que havia começado de escrever suas memórias. Henry, por sua vez, também possuía uma mente refinada, além de uma característica que o tornava um homem vicioso: ele não era adepto da vida devassa. Além disso, era um homem sensível e íntegro. Jemima, durante muito tempo, foi a única ligação entre os dois, até que um dia ela conseguiu que os dois se encontrassem. Maria e Henry se apaixonaram e os três passaram a ser grandes amigos, unidos ali por um triste encontro do destino. Maria, aos poucos, lembra que no dia em que decidiu abandonar o marido, depois de ter tido muitas decepções com ele, ela parece ter sido dopada e levada para o hospício, e ter sua filha separada dela. Henry também foi internado injustamente, provavelmente por causa de sua herança também. E Jemima foi contratada para trabalhar ali devido à sua dureza de expressão, resultado de anos de sofrimento. Todos os três eram vítimas das conseqüências funestas do sistema patriarcal. Embora a infância de Jemima tenha sido a pior, Maria e Henry também não foram crianças muito felizes. O pai de Maria era um tirano, que submetia a esposa às suas ordens e os filhos à violência e a restrições sem

sentido; os pais de Henry não se amavam, pois o casamento tinha sido arranjado e eles mal davam atenção aos filhos; o pai de Jemima havia enganado sua mãe e a maltratado tanto, que ela acabou morrendo, deixando Jemima sozinha no mundo, sofrendo toda sorte de infortúnios e humilhações, pois seu pai era um homem cruel, que demonstrava odiar a filha. Essas três histórias parecem ser exemplos de como o mundo sofreu e ainda sofre com o patriarcado, e de como ele poderia trazer conseqüências ainda piores para a sociedade se as mudanças defendidas no manifesto de Wollstonecraft não se concretizassem. Ou seja, apenas uma transformação no sistema familiar, que incentivasse o amor e o respeito entre pais, mães, filhos e filhas e a participação dos pais nos cuidados com os filhos poderia levar a uma melhoria da convivência social e diminuir uma série de sofrimentos.

A maior preocupação de Maria no momento era com sua filha. Desesperada, pediu a Jemima que conseguisse alguma informação de sua criança; tempos depois, recebeu a notícia de que ela havia morrido. Maria não se sentia apenas triste; também se sentia culpada por ter deixado de pensar na filha por um só instante, quando pensava em Henry Darnford. E chegou até mesmo a considerar a noção supersticiosa de ter sido castigada por ter deixado de se preocupar, por pouco tempo, com a sua separação. Nesse momento, Maria representa a idéia da mãe abnegada, cujo único e sagrado dever é pensar na felicidade dos filhos, sendo responsável por absolutamente tudo o que acontece com eles:

Mergulhada na melancolia mais profunda, ela não admitiria as visitas de Darnford; e tanta é a força de associações iniciais, até mesmo em mentes fortes, que, por um instante, ela deu espaço para a noção supersticiosa de que ela foi punida merecidamente pela morte de sua filha, por ter deixado, em algum momento, de sentir sua perda. (WOLLSTONECRAFT, 1994: 28)

Embora o romance seja escrito em terceira pessoa, a maior parte dos capítulos apresenta a narração das histórias de Maria, Henry e Jemima, pelos próprios personagens, como discurso indireto. Diferentemente do que acontece com *Mary, a Fiction*, narrado predominantemente em terceira pessoa, a maior parte do romance *Maria, or the Wrongs of Woman* acaba sendo narrado em primeira pessoa, pois há capítulos inteiros narrados pelos próprios personagens, que têm seu discurso apresentado entre aspas. A história de Maria é a mais longa, sendo contada em oito dos catorze capítulos que o livro apresenta. Apesar de tentar um distanciamento estético nos romances, escrevendo em terceira pessoa, Wollstonecraft acaba sendo vencida pelo impulso de se aproximar do que relata ficcionalmente, o que na verdade, está bem próximo de suas próprias experiências. O longo relato da personagem Maria exemplifica a força desse impulso de contar a própria história.

São tantas páginas dedicadas a narrações pessoais, que o leitor chega, às vezes, a esquecer que o romance é, em essência, descrito por um narrador onisciente. Showalter chama a atenção para essa “luta entre a razão e a emoção” no *Vindication*. Segundo ela, os “sentimentos e os desejos que ela estava trabalhando tão intensamente para reprimir vinham à tona na sua escrita” (SHOWALTER, 2001: 28), o que resultou na desorganização, nas digressões e explosões que permeiam o *Vindication* (e, também, os dois romances).

Até essa parte do enredo, conhecemos os personagens, e depois, suas histórias de vida. A partir de então, a trama se desenvolve em um curto apêndice, supostamente escrito por William Godwin, e o final pode ser apenas presumido por uma conclusão do editor, que ordenou e apresentou frases, notas e parágrafos deixados por Mary Wollstonecraft.

Jemima ajudou Maria e Henry a fugir e os três passaram a viver juntos, Jemima como ajudante da casa. Nessa pequena parte do romance, se encontra grande parte das idéias de Maria sobre o casamento, que remetem às idéias da própria Wollstonecraft. Maria queria viver com o homem que amava, mas declarava que o casamento, tal como se encontrava legitimado pelas leis da época, era imoral. No entanto, pretendia viver com Henry legalmente, já que era isso que a sociedade esperava de um homem e de uma mulher que queriam viver juntos. Para isso, Maria era a favor do divórcio, recurso do qual iria se utilizar para se separar de seu marido e viver com o homem que amava. Entretanto, George não estava disposto a perder a herança da esposa e processou Henry, acusando-o de sedução e adultério.

Henry teve que ir a Paris resolver o problema por causa do qual o internaram: alguém pretendia lhe tomar a herança. E Maria, com a coragem que lhe é peculiar, o defendeu na justiça, escrevendo uma carta sobre todo o sofrimento que passou com seu marido, a qual ela queria que fosse lida no tribunal. Nessa carta, pedia o divórcio para viver livremente com a herança deixada para ela por seu tio. Essa forma de protesto era talvez o que Wollstonecraft queria que as mulheres fizessem ao lutar por seus direitos, denunciando a situação indigna pela qual passavam com maridos tiranos, sem acesso à educação e à liberdade de decidirem suas próprias vidas, desamparadas até mesmo pelas leis.

Pelo que se pode depreender das notas no final, Maria consegue se separar do marido, mas sua fortuna continua sob disputa judicial. Ela vai morar no campo e descobre que está grávida novamente. Henry consegue parte de suas posses, mas apresenta comportamento misterioso e viaja novamente para o exterior. Então, há a seguinte seqüência de palavras: “seu companheiro infiel – gravidez – aborto espontâneo – suicídio”, que parecem sugerir que nem mesmo Henry, em quem ela confiava tanto, se mostrou um companheiro fiel e preocupado com ela e com o bebê que esperava. Abaixo dessas palavras, há alguns parágrafos bastante

significativos. Nessa parte, Maria está grávida e tenta se suicidar bebendo láudano. Em seus pensamentos, ela lamenta a morte de seu bebê, que morreria junto com ela, e visualiza sua filha (possivelmente morta), da qual havia sido separada pelo marido quando esse a internara no hospício; ela, então, chorava pelo bebê, seu irmão, que morreria junto com a mãe: “Sua filha assassinada apareceu para ela de novo, chorando pelo bebê do qual ela era o túmulo. – E poderia ter um mais nobre?” (WOLLSTONECRAFT, 1994: 63) Essa passagem é complexa porque além de representar a capacidade biológica da mulher que sempre suscitou sentimentos contraditórios – a maternidade –, ainda nos faz lembrar de um simbolismo que, segundo Erich Neumann, está relacionado ao medo da mãe no inconsciente dos primeiros seres humanos. Neumann mostra que o ventre representa de forma mais enfática o caráter de “continente” do vaso, e é associado ao mundo inferior, à terra. Esse mundo não só dá a vida, mas retoma tudo o que sai dela, ou seja, tudo o que existe retorna às trevas subterrâneas, às profundezas da morte. Dessa forma, Erich Neumann designa essa tendência do Grande Feminino de conservar para si tudo aquilo a que deu origem de *caráter elementar*:

Designamos por *caráter elementar* o aspecto do Feminino que, como o “Grande Círculo” e o “Grande Continente”, demonstra a tendência de conservar para si aquilo a que deu origem e envolvê-lo como uma substância eterna. Tudo o que dele nasceu lhe pertence, continua sujeito a ele e, mesmo quando o indivíduo se torna independente, o Grande Feminino relativiza essa autonomia, tornando-a uma variante secundária de seu existir, enquanto Grande Feminino. (NEUMANN, 1999: 36)

Maria se encontra em conflito entre viver e morrer, mas por mais lamentável que seja, ela expressa que certamente é melhor que sua criança morra com ela do que ficar sozinha num mundo patriarcal sem o apoio de uma mãe: “Com certeza é melhor morrer comigo do que entrar na vida sem o carinho de uma mãe! – Eu não posso viver! – mas como eu poderia desertar minha filha no momento em que nasce? – jogada na onda turbulenta da vida, sem uma mão para apoiá-la?” (WOLLSTONECRAFT, 1994: 63) Pelas notas apresentadas, percebe-se que a criança também não teria outra pessoa da família para cuidar dela, pois o possível pai, Henry, parece ter abandonado a mãe. Presume-se que ela tenha ajudado o pai financeiramente, mas parece que, mesmo assim, ele não aceitou seu estilo de vida e a expulsou de sua vida. Enquanto espera a morte chegar, Maria pronuncia palavras parecidas com as que a mãe de Wollstonecraft disse, pouco tempo antes de morrer: “Tenha um pouco de paciência (...) isso não deve durar muito”. (WOLLSTONECRAFT, 1994: 63)

Surpreendentemente, Jemima aparece com uma criança pequena e impede que Maria morra. Ela era a filha de Maria, que não havia morrido. Jemima descobriu que o marido e o irmão de Maria tinham-na enganado e salvou a pequenina de passar por todo o sofrimento que ela havia passado. Jemima pergunta a Maria: “Eu a salvei da infelicidade – e agora você a deixaria sozinha no mundo para agüentar o que eu agüentei?” (WOLLSTONECRAFT, 1994: 63)

Maria, então, decide viver por sua filha. Sua felicidade havia voltado e era indescritível. Uma parte sua parecia ter sido encontrada e sua filha lhe restaurou a vida, como no mito de Perséfone, que voltou para sua mãe Deméter, deusa da agricultura, e a tornou novamente feliz e pronta para retomar suas tarefas, trazendo fartura e vida para o mundo.

Apesar de ser um romance inacabado e, por isso, com final vago, a sua publicação possui bastante valor, principalmente para a luta que as mulheres vêm travando pelos seus direitos, contra preconceitos que ainda subsistem, mesmo que de forma velada. Assim como *Mary, a Fiction, Maria, or the Wrongs of Woman* também abriu espaço para a voz da mulher na literatura, para sua história, seus sentimentos, suas experiências, de uma forma inovadora, porque narrada sob a perspectiva da mulher e não do homem. A mulher deixa de ser objeto, a mãe importante para a nação, da qual se fala constantemente, construída socialmente de acordo com os interesses patriarcais, para ser sujeito, uma pessoa que vive, sofre, passa por diversas e complexas experiências e, assim, tem uma história que ela mesma quer contar. No início de *Mary, a Fiction*, apresenta-se a vontade da autora de desenvolver uma personagem diferente das geralmente retratadas, diferente de Sophie, de Rousseau, por exemplo. Não era seu objetivo copiar os grandes mestres, mas criar algo seu, novo, com um princípio vivificante. E esse princípio vivificante é a mulher que fala, chora, sofre, erra, enfim, que vive, e não a heroína esplêndida, que Virginia Woolf encontra retratada na literatura escrita pelos homens, que, na realidade, consideram a mulher um ser insignificante. Como descreve Virginia Woolf, ao observar a situação das mulheres na Inglaterra ao tempo da Rainha Elizabeth, se as mulheres existissem apenas na ficção, poderia-se pensar que elas eram consideradas de grande importância: “heróicas e más, esplêndidas e sórdidas; infinitamente bonitas e terríveis ao extremo.” (WOOLF, 1973:45) No entanto, essas são mulheres na ficção. Na realidade, a história raramente as menciona. Segundo Woolf, a mulher é:

da mais alta importância na imaginação; na prática, ela é completamente insignificante. Ela permeia a poesia de capa a capa; mas é ausente na história. Ela domina as vidas dos reis e conquistadores na ficção; na realidade ela era escrava de qualquer garoto cujos pais forçassem um anel

em seu dedo. Algumas das palavras mais inspiradas, alguns dos pensamentos mais profundos na literatura saem de seus lábios; na vida real, ela mal podia ler, escrever e era propriedade de seu marido. (WOOLF, 1973: 45)

Wollstonecraft expressa essa idéia também no prefácio de *Maria, or the Wrongs of Woman*:

Em vários trabalhos dessa espécie, o herói é permitido ser mortal e se tornar sábio e virtuoso, bem como feliz, por uma série de eventos e circunstâncias. As heroínas, pelo contrário, devem nascer imaculadas e agir como deusas da sabedoria, Minervas bem feitas que acabaram de sair da cabeça de Júpiter.<sup>14</sup> (WOLLSTONECRAFT, 1994: 2)

Wollstonecraft inova, sobretudo, ao retratar a mulher que se torna mãe, em uma época onde a crítica literária não concordava com representações desse tema, dando voz a personagens cujas perspectivas ainda são consideradas escassas por várias feministas, na literatura do século XX. A situação e as reflexões de Maria sobre a maternidade chamam a atenção para a importância dessa experiência na vida de qualquer ser humano e a visão da maternidade dentro de uma sociedade patriarcal, a partir da perspectiva da própria mãe, mostra como apenas uma mudança na estrutura da família pode combater a opressão e o desrespeito às mulheres e construir uma sociedade melhor, com igualdade, tolerância, respeito, amor. Na verdade, o último parágrafo de *Maria, or the Wrongs of Woman*, provavelmente escrito por William Godwin, expressa o objetivo de expor os detalhes dessa opressão que tem sido ocultada por um sistema que oprime e sufoca aquela cuja capacidade biológica é responsável pela existência mesma de toda a sociedade – a mulher:

Era particularmente o desígnio da autora, no presente momento, fazer sua história se subordinar a um grande propósito moral, o de *exibir a miséria e a opressão, peculiares às mulheres, que advêm de leis e costumes parciais da sociedade*<sup>15</sup>(...) Era necessário para ela posicionar em um ponto de vista impressionante, males que são freqüentemente negligenciados, e trazer à luz aqueles detalhes da opressão, à qual a maior e mais insensata parte da humanidade dá pouca importância. (WOLLSTONECRAFT, 1994: 64)

Wollstonecraft defende o comportamento de sua personagem Maria, a qual se esforça para se distanciar de um marido cruel e vil, e critica a mulher que insiste em agüentar uma

---

<sup>14</sup> Segundo esse mito, Minerva era filha de Júpiter, que havia engolido a deusa Métis. Júpiter, com uma forte dor de cabeça, pediu a Vulcano que abrisse sua cabeça com o seu melhor machado. Vulcano assim o fez e da cabeça de Júpiter saiu Minerva, já adulta, com vestimentas e armas.

<sup>15</sup> Essa passagem com meu destaque também se encontra no prefácio do romance, escrito pela própria autora.

pessoa que apenas a prejudica e degrada. Remetendo ao título *Maria, or the Wrongs of Woman*, Wollstonecraft declara que se submeter a esse despotismo matrimonial é um erro peculiar às mulheres porque degrada a mente:

Eu devo desprezar, ou melhor, chamar de ordinária, a mulher que agüente um marido como esse que eu descrevi. Esses (despotismo matrimonial de coração e conduta) parecem para mim ser erros peculiares às mulheres, porque eles degradam a mente. (WOLLSTONECRAFT, 1994: 2)

Wollstonecraft acabou retratando mulheres como ela nas personagens principais dos seus romances: ousadas, corajosas, dispostas a desafiar as leis patriarcais com as quais não concordavam e viam como origem de opressão e sofrimento. Como ela, suas personagens erravam e sofriam, eram amigas, amantes apaixonadas, mulheres independentes e livres. Para Elaine Showalter, antes de Mary Wollstonecraft certamente existiram mulheres que ousaram, mas poucas foram tão corajosas e determinadas a viver de acordo com suas teorias de liberdade. Para Showalter, “nenhuma mulher do seu tempo juntou tamanha variedade de experiências em trinta e oito anos ou chegou tão entusiasticamente, dolorosamente, perto de ter sucesso em todos os seus sonhos.” (SHOWALTER, 2001: 21)

Seus ideais sobreviveriam nos séculos subseqüentes e muitos ainda são bastante atuais. A importância que deu à maternidade seria lembrada e representada quase na virada do século XX para o XXI no romance *Fair Exchange*, também de uma escritora inglesa, Michèle Roberts. Wollstonecraft, resgatada ficcionalmente, ajudaria a quebrar, mais uma vez, o silêncio da voz materna na literatura com as idéias que concebeu, silêncio que vem se arrastando por tanto tempo e vem sendo combatido aos poucos.

### CAPÍTULO 3

#### MICHÈLE ROBERTS: É PRECISO (RE) CONTAR A HISTÓRIA

Contar a história era tão importante quanto o que estava nela.

Michèle Roberts  
*Fair Exchange*

Em entrevista a Patricia Bastida Rodríguez, para sua pesquisa de pós-doutorado, Michèle Roberts declara: “... porque as autobiografias das mulheres têm estado perdidas, porque as mulheres não têm sido encorajadas a contar suas histórias de vida, eu quero contá-las.” (RODRÍGUEZ, 2003: 98) Assim, essa escritora, nascida em Hertfordshire, Inglaterra, em 1949, apresenta a subjetividade feminina como tópico principal de sua produção ficcional, como forma de contar suas histórias de vida e desafiar o conceito patriarcal da história tradicional e, portanto, “reivindicar a posição social e histórica das mulheres na cultura ocidental”. (RODRÍGUEZ, 2003: 93)

Segundo a própria escritora, ao contrário do que acontecia em seus primeiros romances, quando ela costumava escrever sob o ponto de vista da filha magoada pelos pais, em *Fair Exchange*, ela se preocupa em retratar a voz materna, sobretudo a voz de uma mulher mais velha, que possui muitas experiências para contar.

Michèle Roberts é particularmente interessada na relação mãe/filha, nas impressões do passado, na infância. No final de seu primeiro romance, *A Piece of the Night*, ela escreveu que “nós carregamos a memória de nossa infância como uma fotografia em um medalhão.” (ROBERTS, 2002: 186) Em outra entrevista, dada a Jenny Newman para a revista eletrônica *Cercles*, Roberts comenta como a infância é importante na vida de uma pessoa: “Quando você é jovem, você é muito aberta ao mundo, você é vulnerável (...) eu acho que a sua infância te marca, te machuca, te forma.” (NEWMAN, 2003: 1) Segundo a escritora, a relação com sua mãe tem importância para ela e, talvez por isso, muitos de seus romances expressam a relação mãe e filha. Nessa entrevista, Roberts fala também sobre sua vontade de recriar sua infância como um paraíso feliz. Quando pequena, se sentia muito separada de sua mãe: “ela era o paraíso de onde fui expulsa antes do tempo.” (NEWMAN, 2003: 1) Assim, a imagem do

corpo materno como paraíso se tornou importante para ela e essa imagem remete a certos conceitos psicanalíticos sobre a maternidade, que parecem permear toda a produção escrita de Roberts. Ela comenta, por exemplo, sobre a busca incessante do prazer de um estado pré-verbal, de união, de não-separação com a mãe, e se identifica com esse desejo. É como se ela quisesse voltar constantemente a esse estágio, se renovar e partir de novo, porque não há como ficar nesse estado para sempre:

A imagem do corpo materno como paraíso se tornou muito importante para mim. Obviamente, isso está lá na literatura psicanalítica, mas isso era minha jornada para descobri-lo. Suponho que isso seja um sentimento ou uma busca religiosa ou mística: voltar a algum estado pré-linguístico de prazer, o qual é sobre unidade, não-separação. (...) Eu acho que a infância é um estado mítico, assim como o estado real que lembro, e estou interessada em explorar mitos como o de Adão e Eva, que é claramente sobre a infância e a divisão de gênero, mas também uma forma de busca pessoal. (...) Você volta ao passado mítico, à Idade de Ouro, recebe nutrição de algum córrego mágico, encontra alguma fera mágica, você pode até se re-unir a essa deusa-mãe e, então, você nasce de novo. Você pode começar sua vida de novo. Acho que preciso voltar periodicamente, me banhar naquele córrego e, então, partir de novo. Não é que eu ficaria lá para sempre – eu provavelmente não gostaria – isso seria provavelmente um estado de psicose, se você continuasse lá! (NEWMAN, 2003: 1)

Dessa forma, Roberts concorda com a teoria de que o *self* é formado pela separação da mãe, processo já explicado brevemente.

Em *Fair Exchange*, a relação entre mãe e filha assume importância, assim como outros aspectos relacionados à maternidade. A perspectiva materna é fundamental, pois é por intermédio da história contada por uma mãe (pobre), Louise Daudry, que se conhece a história de outras mães. Assim, a voz materna é ouvida em dois níveis: mães que falam por meio da mediação de outra mãe que fala. O ponto de vista narrativo assume complexidade, à medida em que a narração de Louise é apresentada ao leitor por uma narradora onisciente, complexidade essa que será analisada ao longo do capítulo.

O romance, escrito em terceira pessoa, começa com Louise, uma mulher do interior da França, mãe de dois filhos, casada, que se encontra muito doente e precisa se confessar e, assim, livrar-se do peso do que considera ser o pecado horrível de sua vida, cometido no outono de 1792. O padre chega e se prepara para ouvir a confissão de Louise. Essa parte da cena é descrita de maneira negativa, como forma de desconstruir a atmosfera de compaixão, espiritualidade e religiosidade que se esperaria de um momento de confissão; o padre parece sujo e mal-humorado devido à pressa por ter muitos outros trabalhos religiosos ainda para

fazer. Ao sentar-se ao lado da cama de Louise, ele já avisa que ainda tem que ensinar catequismo aos meninos e que, portanto, só pode ouvir Louise durante dez minutos. Quando começa sua história, ela é interrompida pela impaciência do padre, que sugere, assim, que não está ali para dedicar parte de seu tempo para ouvir, com piedade, a tristeza de uma alma aflita, mas apenas para cumprir uma obrigação, por sinal enfadonha: “Eu não estou aqui para ouvir uma história – o padre a repreendeu. – Eu vim aqui para ouvir sua confissão.” (ROBERTS, 2000: 7) Michèle Roberts, dessa forma, critica a religião católica, assim como faz em outros romances, onde as tradições e os símbolos cristãos são recorrentes. Influenciada por sua educação em um colégio num convento antes de ir para a universidade, e pelo conflito entre as religiões diferentes dos seus pais<sup>16</sup>, Roberts desde cedo percebeu que se pode questionar a herança cultural que se recebe, que não é necessário aceitar tudo. Para ela, o catolicismo é uma religião misógina, que reprime a liberdade de pensamento e rouba a vida emocional das pessoas, principalmente das mulheres. E ao retratar a impaciência do padre em ouvir a história que Louise tem para contar, Roberts traz à luz a questão do silêncio imposto pelas instituições patriarcais, dentre elas a Igreja Católica, às histórias das mulheres.

Antes de ser interrompida pelo padre, Louise já havia explicado para ele que sua história atingira seu clímax na França, mas que havia começado em Newington Green, no nordeste de Londres. Ela também já lhe havia explicado sua suposição de que a história tinha começado lá, pois nessa parte ela haveria de organizar em sua mente os incidentes que ouviu Jemima contando a Annette, vinte anos atrás. Esse desabafo exemplifica como a memória é importante para Louise, como única forma de resgatar sua história e, conseqüentemente, a de outras mulheres. Muitas vezes, essa memória imprecisa, baseada em lembranças de experiências, impregnada de opiniões e impressões, essa memória não-escrita, é tudo o que muitas mulheres têm para contar. Assim, o desabafo de Louise remete não só à importância da memória para o resgate de sua história, como para o resgate da história das mulheres em geral. Louise também havia explicado que admitir o crime horrível por ela cometido era tão difícil, que ela deveria combiná-lo com outros fatos e, por isso, teria de voltar ao início da história, como fizeram as pessoas que escreveram o Antigo Testamento, sempre tentando atingir o início das longas genealogias dos personagens apresentados. Nos chama a atenção, assim, que o padre, o qual tanto deve ter lido as longas histórias contadas na Bíblia, se impaciente com a história de uma mulher, a qual tenta seguir o tipo de organização lógica tão utilizada pela história tradicional patriarcal.

---

<sup>16</sup> Michèle Roberts é filha de uma mãe francesa católica e de um pai inglês protestante.

Louise começa contando a história de Jemima<sup>17</sup>. Em meio à atmosfera de revolução do século XVIII, causada pelos desdobramentos da Revolução Francesa e do espírito de liberdade advindo da Independência dos Estados Unidos, Jemima crescia. Órfã, ela foi mandada pelos parentes para a escola dirigida por Mary Wollstonecraft e suas duas irmãs, Everina e Evelina (nomes modificados, mas que ainda sim remetem aos nomes verdadeiros das irmãs da Wollstonecraft histórica, Everina e Eliza), em Newington Green. Como os parentes dispunham de pouco dinheiro para pagar a escola, Jemima estudava e ajudava nas tarefas domésticas do colégio. Ela acabaria sendo influenciada pelas idéias feministas de Wollstonecraft, assimilando grande parte de seus ideais e, como a pensadora inglesa, vivendo de acordo com eles. Na verdade, a própria Michèle Roberts admitiu, no início do romance, que atribuiu várias características da verdadeira Wollstonecraft à sua personagem Jemima Boote. As vidas e os pensamentos de ambas são tão parecidos que, às vezes, é difícil distinguir uma da outra. Assim, durante o romance, Jemima está associada a Mary Wollstonecraft em sua vida pessoal, sugerindo como devem ter sido os detalhes de sua vida doméstica, principalmente os relativos à maternidade, em situações que se assemelham ao que aconteceu em sua vida, como quando Wollstonecraft morou na França, por exemplo. No capítulo anterior, foi possível conhecer muitos dos pensamentos de Wollstonecraft, principalmente os que dizem respeito à maternidade. Além disso, as memórias escritas por William Godwin fornecem uma boa idéia da vida pessoal da pensadora. No entanto, alguns detalhes permanecem obscurecidos, como, por exemplo, a relação entre Wollstonecraft e sua filha Fanny, a maneira como a pensadora a criava, suas reflexões como mãe. A narração da história de Jemima talvez tenha sido uma maneira de conhecer, na vida de uma personagem fictícia, como podem ter sido esses detalhes obscurecidos. É uma forma de resgatar, no plano ficcional, essa parte da vida de Wollstonecraft que a história objetiva não conta. Devido à importância no romance de seus pensamentos, de sua vida, de suas atitudes, me utilizarei, na análise de *Fair Exchange*, de passagens de *A Vindication of the Rights of Woman*, dos romances *Maria, or the Wrongs of Woman* e *Mary, a Fiction*, de autoria de Mary Wollstonecraft, e de algumas informações de suas memórias, escritas por William Godwin.

Jemima Boote não assume características de Wollstonecraft apenas quando cresce. Ainda pequena, desprovida do afeto dos pais, Jemima demonstrava uma grande estima pelas belezas da natureza. E assim como a personagem Mary, do romance *Mary, a Fiction*, criava

---

<sup>17</sup> Neste trabalho não faço qualquer tipo de relação entre essa personagem e a personagem de *Maria, or the Wrongs of Woman*, de mesmo nome.

amigos imaginários que habitavam a natureza, Jemima era uma das poucas pessoas que podiam ver os anjos:

Você poderia olhar para uma árvore enquanto passeava pelo mercado de Hoxton e se dar conta de que o que parecia uma cristalização ou frutas douradas era, na verdade, um anjo agitando suas asas. Não apenas poetas e homens sagrados viam esses anjos londrinos. Jemima também podia vê-los. (ROBERTS, 2000: 11)

Desprovida da atenção e do carinho de uma família, Jemima via os anjos, essas criaturas investidas de fascinação pelos poetas, que os descrevem com pompas e esplendor, e adorados como seres celestiais e iluminados pelos homens religiosos. No entanto, não apenas esses homens, cujos trabalhos sempre foram lembrados e respeitados, podiam ter acesso a essas criaturas aladas; Jemima, apenas uma menina pobre, era capaz de vê-los também. Assim, Jemima mostra que as mulheres também têm acesso ao mágico, também têm uma mente criativa, e que não apenas os homens são dotados de capacidade criadora. Desconstrói, dessa forma, a idéia misógina e antiga de que os homens estão relacionados à atividade e as mulheres à imanência.

Também como a Wollstonecraft histórica, a melhor amiga de Jemima se chamava Fanny; Jemima conheceu sua amiga ainda pequena na escola onde estudava. Fanny Skynner era a sua companheira na sala de aula e de quarto; ela era muito bonita e Jemima, que era um pouco desajeitada, a admirava. A escola onde estudavam apresentava algumas diferenças das escolas comuns graças às idéias de Wollstonecraft. Na realidade, a verdadeira Mary Wollstonecraft decidiu abrir uma escola que seria dirigida por ela, por suas duas irmãs e por sua amiga Fanny Blood. A escola foi aberta em Islington, em 1783, mas foi removida para Newington Green alguns meses depois. Com a morte de Fanny, em 1785, em Lisboa, Wollstonecraft, que, como vimos, havia viajado com Fanny por causa de sua saúde, voltou à Inglaterra e viu que as coisas não iam bem na escola. Além disso, a convivência com suas irmãs estava difícil. Assim, desistiu do projeto do colégio. Com a falta de detalhes sobre o sistema de educação utilizado por Wollstonecraft, resta deduzi-lo de suas idéias sobre educação no *Vindication*.

Nesse manifesto, Wollstonecraft lança as bases de uma educação inovadora em um capítulo sobre a educação nacional. Apesar de não ser a favor dos colégios internos, ela também não concordava com o ensino dentro de casa, pois esse não propicia a convivência com outras crianças e o desenvolvimento de características importantes para o relacionamento social, como o respeito e a tolerância. Ela defendia uma educação que juntasse meninos e

meninas para que trocassem experiências e aprendessem a questionar e encontrar suas próprias respostas, em vez de recebê-las passivamente. Assim, a solução seria uma combinação entre a educação em colégios e a educação em casa, o que ela chamava de educação pública e privada, respectivamente. Durante o dia as crianças iriam para a escola, lugar público, para conviverem com seus colegas e aprenderem princípios de igualdade, cooperação e tolerância. Meninos e meninas aprenderiam a ver uns aos outros como iguais não apenas como estudantes, mas como futuros parceiros no casamento, nos negócios e na política. À noite, as crianças dormiriam em casa, lugar privado, para aprenderem a amar o seu lar.

Muito preocupada com os primeiros anos da criança, Wollstonecraft possuía grande sensibilidade para perceber que o próprio método de ensino de sua época era ineficaz em vários aspectos. Ela criticou o ensino que força os alunos a decorar coisas que eles nem mesmo entendem: “quanto tempo é gasto ao ensiná-los a recitar o que não entendem? Enquanto, sentadas em bancos, todas em sua melhor vestimenta, as mães escutam com surpresa a fala de papagaio, pronunciada em cadências solenes, com toda a pompa da ignorância e da tolice.” (WOLLSTONECRAFT, 2000: 110) Para ela, a verdadeira educação é aquela que ensina os jovens a começar a pensar. Wollstonecraft também criticou as restrições desnecessárias que impedem o desenvolvimento físico dos alunos, como, por exemplo, a proibição de correr, brincar, andar nos jardins dos colégios para mantê-los sempre bonitos para a visita dos pais, regras sobre como caminhar, se portar e nunca sujar ou desarrumar a roupa. Wollstonecraft defendia que a escola deveria disponibilizar um grande espaço para os alunos se exercitarem ao ar livre, pois, segundo ela, o exercício é muito importante nessa idade e as crianças não devem ficar muito tempo paradas. Além disso, a pensadora sugeriu que certas matérias como botânica e astronomia poderiam até ser combinadas com atividades ao ar livre, pois, assim, se tornariam mais interessantes para as crianças. Defendia as teorias modernas para o cuidado com a criança, provenientes, principalmente, de *Émile*, de Rousseau, que promovia a prática do aleitamento materno e encorajava os exercícios físicos para os bebês e as crianças pequenas (contra a prática do enfaixamento de bebês, que impedia sua locomoção e causava má-formação e outros problemas de saúde). Para evitar distinções de vaidade, os alunos deveriam se vestir de forma igual. Wollstonecraft também criticava a ambição das escolas por dinheiro, em detrimento da educação, e defendia uma educação livre das punições severas, onde as crianças deveriam ser julgadas pelos próprios colegas por algo errado que fizessem, para incutirem princípios de justiça em suas mentes. Mentos que se forem submetidas à tirania, se tornam ferozes e maldosas desde cedo.

Quanto à educação das mulheres, Wollstonecraft dizia que elas não deveriam estar confinadas ao espaço doméstico; elas deveriam ter seus direitos reconhecidos, ser estimuladas a pensar, tomar as próprias decisões e se tornar cidadãs livres. Segundo a pensadora, as mulheres deveriam ter acesso a várias matérias, como anatomia e medicina. Assim, apesar de que se conhecia pouco sobre o feto no útero, as mulheres se tornariam capacitadas para tomar conta de sua própria saúde de alguma forma, assim como da saúde de seus maridos, pais e filhos. Enfim, elas nunca deveriam ser mantidas na ignorância. Além disso, defendia que as mulheres só seriam boas mães e esposas se tivessem acesso à educação e se os maridos participassem da criação dos filhos com afeto e dedicação iguais aos que eram esperados das mães.

Michèle Roberts parece ter assimilado alguns desses pensamentos em sua descrição da escola no romance. As alunas eram expostas a matérias como história, geografia, matemática e às idéias feministas revolucionárias de Wollstonecraft. Ela defendia uma educação melhor para as meninas, criticava o Antigo Regime e esperava com ansiedade as mudanças que a Revolução Francesa traria. Estimulava as alunas a imaginar os direitos das mulheres, ignorados até então, e a pensar em ter uma vida independente e ativa em vez de pensar apenas em arranjar maridos. Na escola também não havia punição corporal. Conforme defendia Wollstonecraft, em vez de serem castigadas fisicamente, as alunas que fizessem algo de errado tinham seus erros expostos às suas colegas para que elas os julgassem. Não havia nenhum instrumento de castigo na escola. No entanto, o colégio ainda era somente para meninas e elas também aprendiam matérias relativas aos trabalhos domésticos, como costura, por exemplo. Além disso, tratava-se de um colégio interno, sistema tão abominado pela Wollstonecraft verdadeira, que a escola aberta por ela só funcionava durante o dia, para que as crianças dormissem em suas casas.

Na escola, Fanny Skynner já mostrava que se tornaria a mulher típica contra a qual Wollstonecraft fazia suas críticas mais veementes no *Vindication*: ela era extremamente vaidosa e todos os seus esforços eram direcionados para torná-la mais agradável aos outros:

A arte da femininidade nela era como uma essência, um perfume que ela destilava em completa inconsciência para o benefício dos transeuntes. Agradar aos outros parecia vir naturalmente dela, parte do charme e da espontaneidade do seu caráter. Jemima, estudando esses efeitos, descobriu que trabalho duro estava, no entanto, envolvido nisso. Fanny dispensava muito pensamento e cuidado à vestimenta, de forma que sempre se esforçava para parecer, apesar de sua relativa pobreza, não apenas elegante, mas uma pessoa de estilo. (ROBERTS, 2000: 19-20)

Fanny criticava o modo de Wollstonecraft se vestir, caçoava dela por estar geralmente distraída em suas leituras e a acusava de ser uma “solteirona” excêntrica e solitária, que não conseguia um marido. (ROBERTS, 1999: 17) Em *Vindication*, Wollstonecraft reconhecia que as poucas mulheres que conseguiam algum grau de instrução recebiam muitas críticas. E declarou que as críticas que recebem, principalmente de mulheres consideradas bonitas, vêm da inveja:

Quando elas percebem que o brilho dos seus olhos e a frívola vivacidade da atração refinada nem sempre garantem atenção a elas, durante uma noite inteira, se uma mulher de um entendimento mais cultivado tentar dar uma virada racional à conversa, a fonte comum de consolo é que tais mulheres raramente conseguem maridos. (WOLLSTONECRAFT, 2000: 118)

Assim, essa seria uma atitude de mulheres-adorno, que não teriam outro objetivo senão o de agradar aos homens em busca de um marido. E Fanny fazia parte dessa classe de mulheres.

Quando Jemima e Fanny deixaram a escola, com dezoito e dezenove anos, respectivamente, Jemima tinha o plano de abrir uma escola para meninas junto com ela, depois de terem ganhado experiência de ensino, trabalhando como governantas, uma das pouquíssimas ocupações remuneradas para a mulher daquela época. Com o dinheiro que conseguissem, alugariam uma casa onde viveriam juntas, felizes e independentes: “Duas amigas dedicadas, um exemplo para suas alunas de ternura e amor, encontrando uma na outra toda a felicidade que seus corações pudessem desejar.” (ROBERTS, 2000: 25) Como a Wollstonecraft histórica, Jemima dava um valor inestimável à amizade, principalmente à amizade entre mulheres. Tanto Jemima como a verdadeira Wollstonecraft tiveram uma amiga chamada Fanny, que foi na vida de ambas, a primeira a lhes conceder afeto e carinho. No entanto, Fanny e Jemima acabariam seguindo ideais muito diferentes. O objetivo principal de Fanny era conseguir se casar e, para isso, voltava todas as suas energias. Preocupava-se com sua roupa, seu cabelo, o jeito como reclinava a cabeça, mostrava-se frágil aos possíveis pretendentes e inteligente o suficiente apenas para manter um diálogo com eles: “Ela tinha uma maneira de jogar a cabeça para um lado e olhar verdadeiramente e de forma contemplativa para o homem que falava com ela num jeito de apelo tocante. Veja como eu sou tão pequena e frágil! Aquele olhar dizia.” (ROBERTS, 2000: 31) Além disso, Fanny apresentava outra característica que Wollstonecraft atribuía a mulheres que não estavam preocupadas em desenvolver sua capacidade crítica, em *Vindication*: Fanny possuía o hábito de ler romances, prática que Wollstonecraft via como típica das mulheres que não tinham

grandes objetivos com o que se preocupar e que, portanto, se voltavam para eles em busca de entretenimento. Em *Mary, a Fiction*, a mãe de Mary, uma típica mulher submissa e preocupada apenas com sua beleza, é descrita como tendo o hábito de ler “aqueles substitutos mais prazerosos da dissipação corporal, os romances” (WOLLSTONECRAFT, 2005: 3), enquanto arrumava seu cabelo. Em *Maria, or the Wrongs of Woman*, Maria, encarcerada no hospício, começa a dar atenção aos pequenos objetos que estão à sua volta e reflete como deveria ser difícil para as mulheres que não tinham objetivos, uma vida ativa, não dar importância demasiada a mesquinhas, coisas triviais. Mas Wollstonecraft deixa claro que ela critica os romances à medida em que são comparados com outros trabalhos, como os científicos e demais produções teóricas, que têm funções mais educativas, porque os romances não deixam de ser leituras e qualquer tipo de leitura é melhor do que nenhuma.

Jemima, ao contrário de Fanny, possuía uma mente ativa, uma constituição robusta, era impetuosa ao defender suas idéias políticas e discutia com qualquer pessoa, homem ou mulher, sobre assuntos importantes. No pouco tempo que passou na casa de Fanny, ajudando nos trabalhos domésticos em troca de abrigo, toda a família percebia a enorme diferença entre as duas. Ela discutia com o Sr. Skynner durante o jantar sobre política, defendendo a Revolução Francesa, que poderia trazer direitos para as mulheres, e falava firme com o irmão de Fanny, quando esse fazia barulho em casa com seus amigos, e Fanny não tinha coragem de reclamar. A diferença entre as duas era realmente muito grande:

Fanny precisava ser pequena, porque os homens que ela estava caçando precisavam se sentir grandes. Você não poderia suspeitar que um ratinho doce com cachos macios poderia ter desígnios implacáveis sobre você. Enquanto Jemima, coitada, com sua estrutura alta, robusta, e seus pés grandes, era obviamente uma jovem com uma mente independente e um cérebro ativo. Nada espanta mais rápido um homem, Daisy havia escutado a Sra. Skynner dizer à sua filha várias vezes: eles assumem que você é agressiva. Daisy temia que Jemima o era. Ela discutia com o Sr. Skynner durante o jantar, como se eles fossem iguais. (ROBERTS, 2000: 34)

Essa passagem lembra o que Virginia Woolf declarou sobre a importância das atitudes das mulheres para o sentimento de engrandecimento dos homens. Para ela, os homens precisam se sentir grandes, mais fortes e mais importantes do que as mulheres. Mas para isso, eles necessitam que as mulheres os façam se sentir como tais: “As mulheres têm servido, por todos esses séculos, como espelhos que possuem o poder mágico e delicioso de refletir a figura do homem duas vezes o seu tamanho natural.” (WOOLF, 1973: 37) Quando Fanny criticava Wollstonecraft, parecia mesmo que ela estava criticando Jemima: “apesar de ser tão

inteligente, ela é como uma criança. Ela é tão suscetível às paixões.” (ROBERTS, 2000: 18) Quando Jemima se encontra com Wollstonecraft e ambas discutem seus pensamentos, se torna difícil separá-las, se torna difícil saber quem está falando. Ambas possuem as mesmas idéias em aspectos variados, demonstram o mesmo caráter, as mesmas atitudes, enfim, acabam sendo a mesma pessoa. A atribuição das mesmas características a duas personagens, parece supor o seguinte: é como se a complexidade da Wollstonecraft histórica fosse tão intensa que uma só pessoa não pudesse contê-la e Michèle Roberts tivesse que dividi-la em duas personagens. Como não poderia deixar de ser, Jemima agrega muitas das atitudes de Wollstonecraft em sua vida e, assim, vai em busca de sua independência. Como Wollstonecraft, foi para a França ver a Revolução Francesa com seus próprios olhos e escrever sobre ela.

No enredo agora aparece Louise, que trabalha na casa do Sr. Villon, cirurgião que mora em Blois, na França. Louise deixara o campo, onde reside sua família, para trabalhar na cidade, ajudar sua mãe e juntar dinheiro para o dote de seu casamento com François. A filha do Sr. Villon, Annette, que havia sido educada num convento, voltava para casa. Mas, para o desgosto da família, ela estava grávida de William Saygood, poeta inglês, que prometera se casar com ela. Louise, precisando de dinheiro, sugeriu à família levar Annette à sua casa no campo e cuidar dela em troca de uma ajuda de custo. Assim foi feito e Annette foi para Saintange-Sur-Seine, onde se fez passar por viúva para não despertar comentários dos moradores do lugar. Pouco tempo depois, Jemima também foi morar na mesma vila, também sozinha, grávida e vestida de viúva. A partir daqui começa o clímax da história, que retrata os detalhes da vida, das experiências cotidianas de duas mulheres à espera de um filho, dando voz às suas reflexões, aos seus objetivos e permitindo que o leitor veja aspectos da Revolução Francesa sob a perspectiva dessas duas mulheres, que se tornam mães. O romance retrata, assim, a maternidade como temática central e tem a Revolução Francesa apenas como pano de fundo. Dessa forma, Michèle Roberts critica a historiografia tradicional, que somente visibiliza os grandes feitos e ignora tantas vidas que, em seu cotidiano invisível, movimentam uma nação. Dentre essas vidas, as mais obscurecidas são as das mulheres, cujas biografias não são feitas de grandes acontecimentos. Para Roberts, a vida das mulheres precisa ser ouvida e essa atitude é profundamente subversiva, pois serve para questionar a organização patriarcal de eventos históricos e sua suposta imparcialidade e completude.

Uma das características da produção ficcional de Roberts é a sua capacidade de inovação na forma, em função do tema principal de cada romance. Para ela, *Fair Exchange* parece seguir o formato tradicional do romance histórico feminino, usado com propósitos

feministas, mas não deixa de ser também um experimento em conteúdo. Aqui, ela utiliza biografias de mulheres para ficcionalizar a história e, assim, “desconstruir a oposição entre história e ficção” (RODRÍGUEZ, 1999: 98), como ela própria explica. Essa atitude remete ao objetivo da metaficção historiográfica, conforme concebido por Linda Hutcheon.

De acordo com Hutcheon, na metaficção historiográfica, o ato de *énonciation* nunca é suprimido. Não há a supressão do agente da produção textual que Reiss vê como típico do “discurso analítico-referencial”. É importante levar em consideração não apenas a recepção do texto, mas também sua produção, pois ambas são parte da maioria dos textos metaficcionais. Na metaficção *historiográfica*, vida e arte são ficções e isso remete ao fato de que

escrever a história (ou a ficção histórica) é (igualmente) narrar, re-apresentar por meio de seleção e interpretação. A história (como a ficção realista) é feita por seu escritor, mesmo se os eventos forem produzidos de forma a parecer que falam por si mesmos. (HUTCHEON, 1988: 66) [grifos do autor]

Ao lidar com eventos “já constituídos”, ato considerado por Hayden White como sendo uma atividade característica do historiador, a metaficção historiográfica demonstra a natureza textual da história no romance. O escritor se encontra, assim, de acordo com Hutcheon, em uma posição mais difícil do que a do historiador, pois precisa lidar com as demandas da narrativa ficcional, com os seus intertextos, e com as demandas da narrativa dos eventos históricos, com seus documentos. Tanto na metaficção como na metaficção historiográfica, há um questionamento do que constitui a vida e a arte.

Em *Fair Exchange*, Michèle Roberts combina biografia e ficção e olha para a história como uma forma de narração. Para ela, “autobiografia e biografia não são muito diferentes da ficção: impulsos e instrumentos estilísticos similares existem para compor uma forma bonita ou uma forma verdadeira.” (RODRÍGUEZ, 2003: 97)

Portanto, os objetivos da metaficção historiográfica servem à necessidade de problematização da experiência materna na literatura e na história (conseqüentemente, em outros discursos também), pois ao reescrever e reapresentar o passado na ficção, a metaficção historiográfica acaba por abri-lo para o presente, evitando, assim, que ele esteja para sempre fechado. Isso não seria apenas objetivo da literatura, mas também da própria história, de acordo com a proposta de reformulação de Foucault, segundo o qual a História é “estabelecida

a partir de um problema que se coloca no presente e, para a resolução, necessita-se voltar ao passado”, nas palavras de Margareth Rago (RAGO, 2002: 255-73).

Embora *Fair Exchange* não possa ser classificado exatamente como uma metaficção (pois faltam elementos como a auto-reflexividade, enunciados direcionados ao leitor como numa conversa etc.), o romance possui características da metaficção *historiográfica*, à medida em que re-apresenta a história, sob a perspectiva ficcionalizada e, dessa forma, acaba questionando o relato apresentado pela historiografia oficial.

Não é apenas a biografia de Wollstonecraft que é recontada no romance. Roberts também utiliza a relação amorosa que ocorreu entre o poeta inglês William Wordsworth e Annette Vallon na vida de seus dois personagens ficcionais William Saygood e Annette Villon. Filha de um cirurgião francês, Annette Vallon conheceu Wordsworth em Orleans, na França, por volta de 1792. Os relatos históricos contam que pouco se sabe sobre os detalhes dessa relação amorosa, mas que havia muitas razões para que eles não permanecessem juntos: Annette era católica, filha de uma família que apoiava a monarquia; problemas de dinheiro e a guerra que começou entre Inglaterra e França forçaram Wordsworth a voltar ao seu país em dezembro de 1792. Ele deixou Annette grávida de sua filha Caroline, mas uma viagem de volta à França não poderia ser feita até 1802. Não se sabe ao certo, mas parece que a separação de Annette e a impossibilidade de acompanhar o crescimento de sua filha lhe doeram muito. Com essa falta de informações, Michèle Roberts traz uma suposição de como essa situação deve ter sido difícil para Annette, principalmente por ela ser mulher.

Além disso, há personagens cujos nomes remetem a pessoas importantes na vida da Wollstonecraft histórica, como Fanny, a amiga de Jemima, que possui o mesmo nome da grande amiga de Wollstonecraft que morreu ainda jovem e cuja triste perda a escritora retratou em *Mary: a Fiction*, com a personagem Ann, como vimos no capítulo anterior. Fanny foi também o nome da primeira filha de Wollstonecraft, fruto da relação amorosa que teve com Gilbert Imlay. O próprio nome do parceiro de Jemima, Paul Gilbert, remete ao nome desse parceiro de Wollstonecraft. Assim, a história e a ficção se integram de forma a reconstituir as vidas de mulheres fictícias e “reais”.

O questionamento da história por meio da narrativa ficcional demonstra o poder da linguagem e, particularmente, da escrita, que pode considerar verdadeiro o que não é, deturpar e mascarar fatos, grupos, pessoas. É por isso que Linda Hutcheon argumenta que a metaficção historiográfica é uma ficção ideológica, sendo a ideologia uma forma de pensar, avaliar e perceber, que tem relação com a manutenção e reprodução social do poder. “Escrever história ou ficção histórica é igualmente levantar a questão do poder e do controle: é a história dos

vitoriosos que é geralmente contada”. (HUTCHEON, 1988: 72) Nesse caso, como nos lembra Hutcheon, analisa-se a presença da *énonciation* na metaficção, mas sob o ponto de vista de seu potencial para a manipulação ideológica. A ficção e a história são discursos, no sentido de que se mostram “linguagem como *énonciation* ativa e não como texto fixo e estático.” (HUTCHEON, 1988: 73) Linda Hutcheon explica que o aparente paradoxo trazido pela noção de metaficção historiográfica pode ser uma característica de todos os romances, qual seja, “o fato de que um trabalho de ficção nunca é apenas uma estrutura autônoma de linguagem e narrativa, mas é sempre também condicionada por forças contextuais (como a sociedade, a história e a ideologia)”. (HUTCHEON, 1988: 74)

Jemima e Annette se tornaram amigas íntimas e passaram a morar juntas, tendo Louise como ajudante. Nessa casa, simples mas aconchegante para as três, elas compartilharam seus sentimentos, suas reflexões, os trabalhos domésticos. Essa casa habitada por mulheres que se ajudam parece ser um tema recorrente nos romances de Michèle Roberts. Em *A Piece of the Night*, ela exemplifica essa situação ao apresentar os pensamentos da personagem Julie. Ela é a favor da criação dos filhos em uma comunidade de mulheres e, é assim que cria sua própria filha Bertha, morando com mais três companheiras em uma casa em Londres. No trecho a seguir, ela lamenta que as condições atuais das sociedades industrializadas não permitam mais a existência dessas comunidades onde as famílias se conhecem e trocam experiências, tal qual ela imagina que devem ter sido antigamente:

Eu sei que estou sendo romântica, embelezando com meus sentidos toda a alienação do trabalho nas fábricas, o aspecto lúgubre dos apartamentos. E mesmo assim, você ainda pode reconhecer as comunidades antigas pela arquitetura e ver a sombra dela no monte de pessoas dentro do pub, na lavanderia caindo aos pedaços, uma para cada grupo de ruas, e sentir de certa forma como deve ter sido melhor do que a maneira como vivemos agora, nós, intrusos de classe-média, nossas separações, o isolamento dos nossos vizinhos e de todo mundo. Morando aqui por tanto tempo e conhecendo apenas duas outras famílias e as pessoas no pub. Quase nada o que você chama de comunidade. (ROBERTS, 2002: 176-7)

Adrienne Rich enfatiza que durante a história, as mulheres ajudaram a trazer à luz e a criar as crianças umas das outras. Muitas mulheres foram e continuam sendo mães no sentido de cuidar dos jovens, sejam elas irmãs, tias, mães adotivas, madrastas. Ela aponta o exemplo das mulheres em East London que relatam a diferença entre criar filhos numa rua de casas vizinhas e nos prédios altos de apartamentos na Londres do pós-guerra: “a perda de uma vizinhança, de uma vida calma, de uma calçada comum onde as crianças podiam ser vigiadas por muitos pares de olhos enquanto brincavam.” (RICH, 1981: 53). Isso mostra como a

“privatização da casa”<sup>18</sup> prejudicou as mulheres, no sentido da perda de sua rede de amizades, de uma “*female network*”. Em Cambridge, Massachussets nos anos 50 do século XX, algumas mulheres casadas e formadas na universidade moravam em ruas com casas vizinhas, onde os filhos podiam ficar com a vizinha por uma hora, onde as crianças circulavam entre as casas, onde as mulheres tinham a possibilidade da companhia casual e sem horários umas das outras. Com o advento dos prédios, as mulheres ficaram mais isoladas.

Outro exemplo trazido por Rich foi a solidão de mulheres imigrantes da Europa na América do Norte com a ausência de um mundo feminino, pois deixaram para trás redes de amigas, mães e irmãs. Em vez de dar à luz e criar os filhos perto da mãe ou de outra mulher, a mulher imigrante não tinha ninguém perto dela com quem compartilhar suas experiências. “Se a fronteira oferecia a algumas mulheres mais igualdade e independência, ironicamente também a privava de muito do apoio emocional e da intimidade de uma comunidade feminina” (RICH, 1981: 234)

Chodorow explica a diminuição do valor do mundo doméstico com o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização e sua conseqüência para as mulheres. Segundo ela, o que antes era produzido dentro de casa passou a ser produzido em massa pelas fábricas; a casa e o trabalho se tornaram lugares separados e o papel da família (das mulheres) se tornou o de cuidar dos filhos e dos homens. Chodorow enfatiza o desenvolvimento do conceito de “mãe moral” no período capitalista inicial dos Estados Unidos: a mulher que dá apoio moral e doméstico aos filhos e ao marido, servindo de modelo e guia contra o mundo competitivo e imoral do trabalho. Além disso, com a urbanização dos grandes centros urbanos, a função da mãe se tornou mais distante de outros tipos de trabalho com o seu isolamento e exclusividade. Concordando com Rich, Chodorow alega que famílias que antes viviam próximas, trocando experiências e ajuda entre si, passaram a viver isoladamente em suas casas, em seus apartamentos. A casa se tornou um domínio exclusivo da mãe biológica, que possui quase a inteira responsabilidade pela criação dos filhos, com menos contatos sociais e pouca assistência em seu trabalho diário. Mesmo participando da força de trabalho assalariado, as mulheres continuam a exercer um papel maior na criação dos filhos e no cuidado da casa. Como a produção foi transferida para fora de casa, a reprodução se tornou mais definidora e limitadora das atividades das mulheres e delas mesmas.

---

<sup>18</sup> Adrienne Rich chama de *privatization of the home* o processo engendrado pela industrialização e o capitalismo, que levou as famílias, agora majoritariamente estruturadas em famílias nucleares, a se isolarem, morando em apartamentos e casas provenientes da urbanização dos grandes centros, os quais não comportam o tipo de relacionamento aberto e constante entre os vizinhos, que produzia verdadeiros círculos de amizade.

Na entrevista a Patricia Bastida Rodríguez, Roberts fala da imagem importante que a casa assume em seus romances. As casas aparecem como lugares de onde as mulheres partem, mas para onde querem voltar e viver, sugerindo que suas personagens mulheres estão sempre em busca de uma casa onde possam ser felizes. Annette e Jemima, por exemplo, deixam suas casas iniciais e buscam refúgio no campo. Para Annette, o campo é lugar de esconderijo contra a repreensão da sociedade citadina francesa sobre sua situação de mãe solteira, e para Jemima, é um lugar que ela procura para se revigorar, para se inspirar e organizar sua vida, longe do caos da cidade. Para ambas, o campo assume um caráter idílico, utópico, bucólico. Annette passou a gostar muito de sua vida no campo. Antes de morar na casa de Jemima, Annette sentia um enorme prazer na vida simples e calorosa da casa da mãe de Louise, apesar de ter vindo de uma família eminente da cidade:

Annette descobriu, para sua surpresa, que ela gostava de sua nova vida. (...) Annette sentia agora um chão de terra pisada embaixo de seus pés; sem azulejos, sem carpetes ou madeira polida. (...) Para Annette isso era o cheiro fresco da vida. (...) Como era diferente de Blois, onde a casa cheirava a limpeza e era tão fria, todos os móveis eram longos e pontudos e ela se sentia aborrecida na maior parte do tempo e solitária. Aqui, você não podia ser solitária, não fisicamente pelo menos, porque você nunca estava sozinha. (ROBERTS, 2000: 90)

Jemima também gostava de sua nova moradia. Ao mostrar sua casa pela primeira vez a Annette e a Louise, ela demonstrou seu sentimento de satisfação com a nova casa, um antigo convento, e expressou que a idéia de mulheres convivendo juntas lhe agradava:

Tive que improvisar, como vocês podem ver. Nós, eu, [*sic*] pensamos que a casa foi deixada mobiliada, mas faltam muitas coisas. Mas eu não ligo. É um lugar tão romântico. Amo a idéia de uma comunidade de mulheres tendo vivido aqui uma vez. E é uma casa tão bem-feita. Olhem para a espessura dessas paredes. Olhem para o chão bonito. (ROBERTS, 2000: 96-7)

Jemima, Annette e Louise conviviam em plena harmonia, compartilhando as tarefas domésticas e o seu cotidiano. Jemima e Annette dividiam, sobretudo, suas incertezas e reflexões sobre os bebês e os companheiros que esperavam. Michèle Roberts fala sobre seu sentimento da casa como o corpo materno, que abriga, conforta, torna a pessoa feliz. No entanto, também fala da necessidade de, muitas vezes, deixar a casa e se tornar uma viajante, longe do poder dominador da casa-mãe. Para Roberts, a casa que se deixa é a casa da mãe e, talvez, isso signifique que a filha sinta uma ambivalência sobre o papel feminino tradicional da mulher que pertence à casa. Roberts sentia que ela mesma possuía sentimentos

ambivalentes de amor à sua mãe e de medo de que a casa materna a envolvesse por completo, limitando seu desenvolvimento. Além disso, ela ressalta que a casa nem sempre é um lugar onde só coisas boas acontecem. A casa dos pais de Annette é um exemplo. Roberts diz:

Então, talvez, também coisas ruins aconteçam nas casas, como nós sabemos que elas acontecem: a casa pode ser um lugar muito perigoso, é onde muitas mulheres apanham de seus maridos. Então, não é apenas esse tipo de símbolo bonito de segurança e criatividade. Mas acho que meus livros traçam os desejos de mulheres sem casa de encontrar um lar. (RODRÍGUEZ, 2003: 99)

Jemima e Annette, apesar de amigas, possuíam ideais bem diferentes. Annette esperava William Saygood e mantinha o sonho romântico de se casar e formar uma família com ele. Jemima esperava por Paul Gilbert, homem que amava, mas com o qual queria se unir com objetivos diferentes, que não interferissem em sua independência: “Eu acho que não quero me casar. Nossa união é livre, baseada no amor. Essa é a alegria disso. O casamento iria estragar tudo.” (ROBERTS, 2000: 111) Paul Gilbert era um homem francês que vivia na América. Depois de engravidar Jemima, foi cuidar de seus negócios, mas havia prometido voltar e viver com ela. Jemima apresentava grande esperança na Revolução Francesa e disse que graças a essa Revolução, ela tinha conseguido independência, paz para escrever e a chance de mudar sua vida. Mesmo depois de ter uma criança, Jemima almejava ter autonomia para conduzir sua vida conforme seus objetivos profissionais. É o que diz a Annette quando ela lhe pergunta o que iria fazer depois que o bebê nascesse:

- Você está esperando um filho de um homem, ela disse: você se tornará uma mãe. O que você vai fazer quando o bebê chegar?
- Eu vou ganhar o máximo de dinheiro possível, Jemima disse: e pagar uma babá para cuidar dele. Não é muito incomum, você deve admitir. A única coisa incomum é que eu proponho gastar meu tempo escrevendo em vez de sonhando com novas receitas para pudins. (ROBERTS, 2000: 111)

A Wollstonecraft histórica também teve um relacionamento amoroso em plena Revolução Francesa. Se apaixonou por Gilbert Imlay, homem de negócios nascido nos Estados Unidos, durante viagem à França em 1793. Como Jemima, Wollstonecraft também foi para o interior por causa de Imlay e não queria se casar com ele, pois não queria que ele acabasse sendo envolvido em contendas de caráter pecuniário que existiam contra ela. No entanto, os conflitos entre Inglaterra e França acabaram por decretar que todos os ingleses residentes no território francês fossem colocados na prisão até que um período de paz geral

chegasse. E Wollstonecraft teve que usar o nome de Imlay, recebendo, assim, do Embaixador dos Estados Unidos, um certificado de que era esposa de um americano, mesmo sem estar casada legalmente com ele. Suas aspirações a um relacionamento feliz foram, no entanto, desvanecidas pelo comportamento frio e infiel do companheiro. Imlay era um homem ausente, sempre entretido com seus negócios relacionados ao transporte de cargas. Por meses, mesmo cansada de suas ausências, Wollstonecraft acreditava em suas promessas de volta que nunca se concretizavam. Deixando-a grávida, Imlay a abandonou para cuidar de seus negócios com a promessa de que voltaria para viverem juntos. Imlay nunca voltaria e Wollstonecraft, muito apaixonada, passaria um dos momentos mais tristes de sua vida. Sua filha nasceu em Le Havre, quando Wollstonecraft foi procurar Imlay, cansada de esperar por ele, e deu a ela o nome de Frances, em homenagem à sua amiga Frances Blood. Não se sabe ao certo como foi a convivência entre mãe e filha, mas baseando-se em suas idéias no *Vindication*, ela deve ter cuidado da filha ao mesmo tempo que seguia sua carreira profissional, pois sabemos que ela era contra as amas-de-leite. Mesmo depois de ter tido uma filha com ele, os apelos de Wollstonecraft pela companhia de Imlay eram ignorados. Atingida por grande depressão tentou se suicidar duas vezes, até que encontrou uma oportunidade de felicidade ao lado do filósofo William Godwin, que a admirava como mulher, mãe e escritora de talento, e com quem se casou e teve uma filha.

Jemima, assim como a Wollstonecraft histórica, estava à frente de seu tempo. Buscava sua independência como escritora, morando sozinha, sem depender de ninguém. Desprezava a instituição do casamento e teve um filho fora do matrimônio, sem sentir-se humilhada pelo fato de ser uma mãe solteira. Assim como a personagem Maria de *Maria, or the Wrongs of Woman*, Jemima mostrava que nem sempre o pai era necessário para a criação dos filhos, pois ela acabou cuidando de sua filha sozinha. Defendia os direitos das mulheres e apresentou idéias inovadoras sobre a maternidade, dentre elas, a possibilidade de ser mãe e trabalhar ao mesmo tempo.

Ao analisar os diálogos entre Jemima e Annette, é possível perceber suas diferentes opiniões sobre a Revolução Francesa, à medida em que fornecem visões dessa Revolução histórica sob o ponto de vista das mães. Ao contrário da atitude esperançosa de Jemima, Annette, que há muito não ouvia nenhuma notícia de William, via a Revolução como uma inimiga, expressando idéias das feministas da época, apesar de seu perfil mais tradicional:

- Liberdade, fraternidade, igualdade, disse a Jemima: e para onde isso te levou? Para onde isso me levou? Aquela preciosa liberdade da qual você

fala, é liberdade para os homens, não para as mulheres. Olhe para nós. Grávidas e tendo que nos esconder porque não estamos casadas. (ROBERTS, 2000: 113)

Annette apresenta, assim, uma crítica à Revolução Francesa, que acaba defendendo a liberdade, a igualdade e a fraternidade dos homens. Apesar de ser filha de uma família que apóia a monarquia, Annette expressa sua aversão à Revolução sob a perspectiva de uma mulher, que se sente prejudicada e que não vê melhoria em sua situação, apesar do futuro promissor trazido pelos ideais revolucionários. Excluídas da igualdade e da liberdade defendidas pela Revolução Francesa, Annette e Jemima sofrem as conseqüências dos valores arraigados do patriarcado. Annette é mandada para o interior pela família por ter engravidado de um pai ausente e, Jemima, apesar de ter ido para o interior por vontade própria, sente falta de seu companheiro, que vive ausente e parece não se importar muito com ela e com o bebê que espera. Dessa forma, ao retratar a condição de não liberdade das mulheres, questiona-se o conceito de indivíduo abstrato universal, possuidor dos direitos assegurados pela Revolução Francesa, conforme o questionamento de Joan Scott, em *Relendo a História do Feminismo*. Ela mostra a contradição desse conceito, segundo o qual, para que os seres humanos pudessem ser concebidos como iguais, deveria haver a exclusão de realidades diferenciadoras de raça, classe, religião, sexo etc. Mas a diferença entre o eu e o outro acabou se reduzindo a uma questão de diferença sexual: a masculinidade se igualava à individualidade e a feminilidade à alteridade. Portanto, “a mulher não era um indivíduo não só por ser não-identica ao protótipo humano [do homem branco europeu], mas também porque era o outro que confirmava a individualidade do indivíduo (masculino).” (SCOTT, 2002: 34)

Jemima reiterou que não estava ali para esconder sua gravidez e explicou que Paul a convenceu a ir para o campo porque ela era inglesa e a Inglaterra estava prestes a entrar em guerra com a França e ali ela estaria mais segura. Além disso, Jemima declarou que havia muitas mulheres participando da Revolução: “Foram as mulheres que marcharam à Versailles e pediram comida. As mulheres têm tomado parte nas lutas na rua, nos massacres. As mulheres organizaram seus próprios clubes. As mulheres até falam na Assembléia.” (ROBERTS, 2000: 114)

Jemima parece expressar um feminismo ainda ingênuo, que acredita que o homem demonstrará seu reconhecimento da contribuição da mulher no processo histórico. Entretanto, Annette não se deixa convencer e parece a voz da indignação das mulheres com as instituições patriarcais e com o comportamento das próprias mulheres em relação ao patriarcado:

- Sim, mas elas estão simplesmente apoiando os homens, Annette insistiu: a maioria delas não imagina por um momento que suas próprias vidas poderiam mudar. Olhe para Madame Roland. Ela não quer nenhuma mulher no seu famoso salão, ela acha que nossas mentes são muito triviais. Por que devo admirar uma mulher como essa? Ela imita os homens, só isso. (ROBERTS, 2000: 114)

Jemima ainda insistiu que há mulheres que se importam com as próprias mulheres: Anne Théroigne, Olympe de Gouge, Madame de Genlis. Na verdade, essa pequena discussão entre Jemima e Annette permite uma reflexão sobre a situação e a participação das mulheres na Revolução Francesa, informação tão rara no relato histórico. É como se a ficção ajudasse a entender os relatos históricos, preenchendo lacunas deixadas pelo discurso patriarcal.

Outra discussão interessante sobre a participação das mulheres na Revolução Francesa se deu entre Jemima e William Saygood, quando ela ainda morava na casa de Fanny. Quando Jemima expressa sua preocupação com os direitos das mulheres em meio à Revolução Francesa, William pede para Jemima não se preocupar, pois os franceses davam muito valor à maternidade: “Vocês são as guardiãs do futuro, William disse: os franceses dão muito valor à maternidade. Eles entendem a contribuição que as mulheres dão, não se preocupe.” (ROBERTS, 2000: 48) William, assim, ecoa os grandes pensadores da época, como Rousseau, por exemplo, que defendiam a importância da mãe devotada e sacrificada para o futuro de uma nação. Mas Jemima defende a subjetividade feminina numa dimensão mais complexa e diz estar preocupada com os direitos das mulheres em geral e não apenas das mães. Ou seja, ela se refere aos direitos das mulheres em decidir suas vidas e participar ativamente da vida política e social e não ao papel opressor da mulher apenas como mãe, que se restringe aos bastidores, ajudando os maridos e fornecendo cidadãos e mão-de-obra para as nações: “Eu não quis dizer somente como mães. Eu quis dizer como cidadãs.” (ROBERTS, 2000: 49)

Apesar de diferentes, Annette e Jemima gostariam de ter os companheiros a seu lado, para que cuidassem das filhas juntos. O que mais as atraiu em William e Paul foram suas idéias libertárias e seu comportamento diferente de outros homens em relação a elas. Quando Annette explicava para Louise o que mais a tinha atraído em William, ela disse que foi o fato de que ele a tratava com atenção, dando importância a tudo o que ela tinha a dizer, atitude diferente da maioria dos homens da época. É como se sua atitude desse oportunidade para que sua voz, dentre tantas vozes femininas silenciadas, falasse:

Ele a tratava como uma amiga. Fazia muitas perguntas sobre ela e sua vida e ouvia cuidadosamente tudo o que ela dizia em resposta. Ninguém havia tratado Annette dessa forma, certamente não um homem. (...) William trouxe vida a algo em Annette que ela não sabia que precisava ser expresso. Ele a fez sentir-se consciente, pela primeira vez, do quanto ela sempre foi silenciosa; que as mulheres eram corpos sem fala; (...) (ROBERTS, 2000: 71)

Jemima, por sua vez, gostava da relação que mantinha com Paul Gilbert, livre das restrições do casamento. Relação, aliás, com a qual ele concordava plenamente. Entretanto, Jemima não sabia que ele apoiava esse tipo de relação livre por motivos vis: na verdade, ele não queria se envolver muito com ela, não queria compromissos.

Todavia, ambas estavam sozinhas, grávidas e tinham que se vestir de viúvas para não despertarem a curiosidade dos habitantes da cidade. A liberdade para os homens, nesse caso, era deixar o cuidado com os bebês para as mães e ir em busca de seus objetivos profissionais, sem nenhuma necessidade de vinculação ou assistência às mães e às filhas. Paul foi cuidar de seus negócios e William foi se dedicar à criação de seus poemas. Eles tinham consciência da atenção necessária no cuidado com as filhas, mas não se sentiam responsáveis por elas. Além disso, expressavam sua vontade de não serem interrompidos em suas carreiras por terem que cuidar de filhos, como se pode ver quando William conversa com Paul, momentos depois do nascimento das filhas: “ – Eu não deveria deixar nada interferir na minha poesia, ele disse: e filhos, tenho observado, têm o hábito de fazer isso.” (ROBERTS, 2000: 131) Jemima era consciente da desigualdade entre homens e mulheres no cuidado com os filhos: “Não é justo, Jemima disse: os homens podem continuar a ter amigos. Se tornar pai muda pouca coisa para eles. Enquanto para nós, nossas vidas são colocadas de cabeça para baixo. Nada pode ser o mesmo de novo.” (ROBERTS, 2000: 115) Esse acabou sendo, anos mais tarde, o pensamento que provocou no feminismo uma rejeição à experiência da maternidade.

Enquanto isso, às mulheres foi deixado o trabalho doméstico, em meio do qual é difícil o desenvolvimento de uma identidade e individualidade femininas, e assim, a realização da mulher como sujeito independente e com objetivos, como mostra essa descrição do clima sufocante e difícil do cuidado diário com as crianças:

Fraldas molhadas secavam num varal em um lado do fogo, enquanto algumas um pouco mais secas decoravam as costas das cadeiras. O quarto cheirava a urina de bebê, leite e vômito. A atmosfera era opressiva, fria, bem como abafada. Sentia-se o ar úmido, apesar do fogo aceso, como se estivessem debaixo d'água. (ROBERTS, 2000: 130-1)

Jemima queria ser uma grande escritora e escrever um livro sobre a Revolução Francesa. Mas diante da situação em que se encontrava, era de se esperar que os seus objetivos acabassem por desvanecer. Ela tinha plena consciência das implicações que a maternidade traria para a sua carreira profissional. Tinha em mente o fato de que a mãe se dedica tão inteiramente ao bebê e aos trabalhos domésticos, que acaba não tendo tempo para se dedicar a um projeto seu. Annette, apesar de ter pensamentos menos independentes que Jemima, também tinha isso em mente:

- Eu gosto de estar livre para conversar pelo tempo que quisermos, Jemima disse, suspirando: quando os bebês tiverem chegado, é isso, acabou. Sem mais conversas. Mães não têm tempo para amigos.
- Não se espera que elas tenham amigos, Annette ressaltou: uma vez que você é mãe, você tem que pensar nos seus filhos. É isso que ser uma mãe significa. Não se espera que você seja egoísta. Amigos são para quando você é jovem, ou para quando os maridos e os filhos não estão.
- (...)
- Annette, estou com medo. O que vai acontecer comigo quando o bebê tiver nascido? Eu vou desaparecer. Eu não vou existir mais. Eu vou ser engolida na maternidade. (ROBERTS, 2000: 115)

Jemima, assim, expressa o sentimento de mães que simplesmente perdem sua subjetividade com a maternidade, reiterando o discurso freudiano de que a mulher não passa de um ser a partir do qual a subjetividade do filho é formada. Discurso que se perpetua à medida em que se impõe à mulher o cuidado exclusivo com os filhos. Como disse Virginia Woolf, em *A Room of One's Own*, para escrever, uma mulher (assim como qualquer outra pessoa) precisa de um lugar só seu, de uma renda própria, de tempo e ambiente adequados para concentração. E era exatamente isso que Jemima pretendia para sua vida: “- Eu quero que as coisas sejam diferentes. – Então, você não devia ter engravidado, Annette disse.” (ROBERTS, 2000: 115)

Como vimos em capítulo anterior, Chodorow atribui a perpetuação de comportamentos equivocados quanto à maternidade, ou seja, o fato de que a mãe tem responsabilidade exclusiva pelo cuidado com os filhos, a processos psicológicos produzidos por comportamentos, valores e práticas sociais interiorizados nas relações objetivas primárias da criança. No romance em análise, essa reprodução da maternidade é desenvolvida e retratada por muitos fatores e atitudes, como a naturalização da atribuição do cuidado com os filhos às mães/mulheres, a separação entre público e doméstico, a valorização da família nuclear, entre outros temas. No romance, esses comportamentos acabam por dificultar o desenvolvimento da mulher como sujeito, trazendo sofrimento e destinando a ela um papel

secundário na sociedade, conseqüências mostradas e combatidas por Chodorow, Dinnerstein, Rich e tantas outras feministas.

Assim, as atitudes dos pais em relação às mães demonstram a principal característica da “reprodução da maternidade”, à medida em que deixam para as mães toda a responsabilidade do cuidado com os filhos. William e Paul fazem promessas às companheiras de que voltarão, mas só retornam no dia do nascimento das filhas e, depois, não aparecem mais, se correspondendo com as mães apenas por carta, e reiterando as promessas de volta sem nunca cumpri-las. Essa naturalização do comportamento de atribuir às mães as atividades relacionadas à maternidade, enquanto os pais estão fora cuidando de seus interesses, demonstra a clara separação entre o “público” e o “privado”, problemática de tanto interesse para as feministas.

Coincidentemente, os bebês de Annette e Jemima nasceram no mesmo dia. E os pais, amigos, visitaram as mães nesse mesmo momento. Enquanto esperavam as mães se recuperarem, eles beberam, celebraram e discutiram suas idéias. William parece ter uma alma sensível. Relembrou seus dias na escola, quando era freqüentemente punido com castigos corporais por razões banais, mas que para os professores pareciam questionamentos à sua autoridade:

Teve um dia em que me bateram quatro vezes. Uma vez por perguntar porque eu tinha que ler tantos autores do passado, a segunda vez por perguntar como foi decidido que eles eram grandes escritores, a terceira vez por querer saber por que eu não podia estudar os poetas ingleses em vez de latim e grego e, a quarta vez, por ter chorado e me escondido no armário da zeladora depois dos castigos anteriores. (ROBERTS, 2000: 122)

William demonstra que foi castigado por questionar a autoridade de instituições estabelecidas, como a questão do cânone, por exemplo, assunto para o qual não se aceitava questionamentos. Apesar de não se referir às mulheres, a alusão ao tema nos faz lembrar que a produção escrita de autoria feminina sempre foi excluída na formação do cânone. Posteriormente, essa questão passou a constituir uma importante bandeira do feminismo na literatura. A feminista americana Annette Kolodny, em seu texto *Dancing Through the Minefield*, diante da afirmação de um colega que votou contra seu seminário em estudos de mulheres, em Oxford, demonstrou sua opinião sobre a limitação e inexorabilidade que o conceito de cânone traz:

O fato da canonização coloca qualquer trabalho acima do questionamento sobre o estabelecimento de seu mérito e, em vez disso, convida os estudantes

a oferecerem somente leituras e interpretações cada vez mais engenhosas, com o propósito de validar a grandeza já imputada pela canonização. (KOLODNY, 1997: 176)

Talvez por causa dessas tristes lembranças, William defendia que uma criança criada com amor e carinho se tornaria um bom ser humano. Se, ao contrário, crescesse com violência, se tornaria um ser humano bruto, agressivo. Ecoava, assim, os princípios rousseauianos:

- Crianças nascem inocentes, William continuou: depende de nós corrompê-las ou oprimi-las. São como plantas. Elas precisam ser criadas com ternura, ser alimentadas e regadas com amor e bondade. Assim, e só assim, elas serão capazes de florescer como seres humanos completos (...) (ROBERTS, 2000: 123)

Além disso, William defendia que as mulheres deveriam ter acesso à educação. Paul Gilbert, ao contrário, é um típico machista. Mostrou sua preferência por mulheres que tivessem sido instruídas apenas para agradar aos homens. Também possuía idéias deterministas; para ele, a capacidade humana é fixada no nascimento, seja a pessoa rica ou pobre. Além disso, enquanto William defendia a importância das mães na criação dos filhos e para a nação, Paul Gilbert apresentava uma total aversão às mães, culpando-as por tudo o de ruim que acontecia na sociedade: “são as mães que colocam todas as idéias erradas nas cabeças dos filhos.” (ROBERTS, 2000: 125) O absurdo de seus argumentos era tamanho que chegou a comentar: “Remova todos os bebês [de suas mães], eu digo! Vamos abrir fábricas de bebês, dirigidas pelos princípios da razão e da sanidade ...” (ROBERTS, 2000: 125)

Paul e William batizaram suas filhas enquanto as mães descansavam. Semelhante à história da Wollstonecraft histórica, Paul declarou Jemima sua mulher para que ela e sua filha tivessem o nome dele, pois isso seria mais seguro caso a França e a Inglaterra entrassem em guerra. Ele batizou sua filha de Maria, pois Jemima queria fazer uma homenagem a Mary Wollstonecraft. William batizou a filha de Caroline. Então, ambos retomaram suas vidas normalmente e deixaram muitas promessas: a de voltar logo, mandar cartas, dinheiro, de buscar suas companheiras assim que se recuperassem do parto.

Tempos depois, William Saygood escreveu a Annette dizendo que teria que deixar Paris por causa da guerra, mas que voltaria. Paul escreveu a Jemima, dizendo que seus negócios o fizeram deixar Paris e ir a Le Havre. Jemima, cansada de esperar, decidiu encontrá-lo nessa cidade. Ela queria sua companhia e queria que ele acompanhasse o

crescimento da filha. Annette a perguntou se seria prudente fazer isso e Jemima respondeu que ela gostava de tomar suas próprias decisões.

Annette, então, passou a morar sozinha com a filha. Mais uma vez a narradora descreveu um espaço doméstico feminino com detalhes, iluminando, talvez, parte da história de milhares de mulheres que passaram pela mesma situação. Annette, agora, se sustentava sozinha, costurando e penhorando suas jóias, pois seus pais não lhe mandavam mais dinheiro e William mandava uma quantidade muito pequena a cada mês. Cuidava da casa com a ajuda de Louise e recortava suas próprias roupas para fazer vestimentas para Caroline. Ao cortar suas roupas, suas lembranças vinham com força e Annette as associava ao seu passado com William e ao desvanecimento de suas esperanças de união com ele:

Ela cortou sua vida com William. Ela descosturou suas partes e as dividiu em sua pressa. Ela rasgou pontos e cortou saias em pedaços. Então, costurou todos os pedaços de volta. Ela refez sua vida em uma escala menor. Para um novo padrão. Dessa vez, para Caroline. (ROBERTS, 2000: 144)

As esperanças de Annette se apagaram de vez: em uma viagem a Calais, se encontrou com William pela última vez e ele lhe disse que iria se casar com uma amiga que conhecia há muito tempo, Fanny Skynner. Desiludida e pobre, Annette acabaria se casando com o dono da casa onde morava em Saintange-Sur-Seine, Maître Robert, como forma de aliviar a situação difícil pela qual passava, selando, assim, o destino de uma mulher abandonada, sem nenhum outro caminho para ter uma melhor situação de vida.

Anos depois, quando Caroline já estava com dezessete anos, Annette ficou grávida novamente. No entanto, morreu no parto de seu segundo filho, o que não era incomum para as mulheres da época. E como o bebê nem mesmo chegou a nascer, o médico não teve nem a chance de utilizar seu conhecimento: “O médico não teve a chance de mostrar sua habilidade com o fórceps, e por isso, todos estavam gratos.” (ROBERTS, 2000: 164) Roberts critica, então, essas novas técnicas, utilizadas pelos médicos, que nem sempre eram bem utilizadas. Até a própria Wollstonecraft preferia que seu parto fosse feito por parteiras, que, geralmente, deixam a natureza operar e, raramente, precisam utilizar instrumentos.

Segundo Rich, até o século XVIII, o parto era um processo controlado pelas mulheres, algo compreensível, já que era uma experiência feminina. Uma parteira ateniense, por exemplo, sabia muito mais sobre os órgãos reprodutivos da mulher do que o médico “hipocrático”. Ela era mais do que uma assistente na hora do parto; como as milhares de parteiras nos séculos seguintes, ela prescrevia afrodisíacos, contraceptivos, dava conselhos

sobre problemas sexuais, induzia abortos, receitava e ensinava cânticos para facilitar o trabalho de parto. No entanto, a prática das parteiras já começava a ser menosprezada pelos médicos, que a consideravam “abaixo da dignidade”, retratando o pensamento misógino já presente na Antigüidade. (RICH, 1981: 132)

Depois da Idade Média, acentua-se um conflito entre médicos e parteiras, aqueles tentando controlar o saber feminino existente há séculos. Os primeiros obstetras começam a se graduar por volta do século XVII para atender mulheres da elite, e utilizam instrumentos para facilitar o parto nunca utilizados pelas mulheres e, até mesmo, proibido para elas, como o fórceps, por exemplo. Muitas parteiras se opunham ao uso abusivo do fórceps, que podia causar sérios danos à mãe e à criança; as parteiras sempre lidaram com partos difíceis sem o uso de tais instrumentos, e escreveram panfletos na defesa de seus próprios métodos e para o reconhecimento da profissão de parteira, como o *Treatise on the Art of Midwifery* (1760) de Elizabeth Nihell, que ataca os obstetras e é a favor da assistência paciente e natural das mulheres na hora do parto. Entretanto, como nos explica Rich, os médicos recusam-se a conceder status profissional às mulheres, enfatizando a inferioridade da parteira, associando o nome delas à sujeira, à ignorância e à superstição e se recusando a reconhecer que o que sabiam sobre a gravidez e o parto provavelmente aprenderam com as parteiras. Durante a época da Inquisição, as parteiras, curandeiras e mulheres “sábias” eram as principais vítimas, acusadas de feitiçaria, bruxaria. Rich apresenta o exemplo de Anne Hutchinson, parteira inglesa do século XVII, mãe de quinze crianças, que reunia muitas mulheres para discutir assuntos de doutrina e interpretação das escrituras, acusada como tantas outras parteiras de heresia e banida de sua comunidade em Massachussets Bay Colony. Como afirma Rich, eram as parteiras que desenvolviam a ciência de seu tempo, com tentativas e erros, enquanto que os médicos seguiam cegamente as doutrinas da Igreja, e os estudantes nem mesmo tinham contato com pacientes.

No século XVII, começou um surto de febre puerperal que era diretamente relacionado ao aumento da prática obstetrícia pelos homens. Embora a noção de asepsia e de infecção por bactérias ainda não fosse discutida, as mãos e instrumentos dos médicos eram mais contaminados que as mãos das parteiras, pois esses, muitas vezes, depois de terem tratado uma doença, iam direto para o auxílio de uma mulher em trabalho de parto, atendendo muitas pessoas ao mesmo tempo, enquanto que a parteira ficava bastante tempo com a mesma pessoa, e não era por motivo de doença. As mulheres que não podiam pagar um obstetra para atendê-las em casa, eram aconselhadas a irem aos hospitais, cuja higiene era precária e onde as mortes por contágio eram altas. Segundo Adrienne Rich, a doença matou milhares de

mulheres, entre elas Mary Wollstonecraft. Segundo Elaine Showalter, Wollstonecraft morreu por causa de uma septicemia, doença cuja provável causa já havia sido detectada dois anos antes pelo médico escocês Alexander Gordon. Ele havia descoberto que mulheres que morreram de febre puerperal tinham sido atendidas por um médico ou uma enfermeira que havia tido contato prévio com pacientes sofrendo do mesmo mal. Sua descoberta não seria reconhecida e, no século XIX, o médico vienense Ignaz Philip Semmelweiss insistiu para que todos os estudantes e médicos do Hospital de Viena lavassem as mãos com produtos especiais antes de entrar numa sala de parto. Mas seu conselho também não foi ouvido, e apenas no século XX a febre puerperal foi controlada com sucesso.

Annette havia ficado doente e não teve forças nem para entrar em trabalho de parto. O bebê acabou morrendo dentro de Annette, lembrando a passagem de *Maria, or the Wrongs of Woman*, quando Maria tenta se suicidar e pensa que, caso morresse, seu corpo serviria de caixão para o bebê: “O bebê estava dentro de Annette e Annette estava dentro do caixão.” (ROBERTS, 2000: 164) O caixão foi feito pelo marido de Louise com algumas lascas da cerejeira do jardim de sua casa. Michèle Roberts faz uma associação entre o corpo materno e a madeira – “Annette iria se fundir com a árvore.” (ROBERTS, 2000: 164) – e remete a uma associação feita por Erich Newmann. Segundo ele, a Grande Mãe-Terra que dá vida a tudo o que existe, é a mãe de tudo o que é vegetal e o centro desse simbolismo arquetípico é a árvore, que dá frutas, nutre, protege, e tem o poder de dar à luz, como ocorre com o nascimento de Adônis. Mas também contém os mortos em seu tronco como ataúde, como é o caso do pilar *djed* de Osíris. O simbolismo da árvore será determinado pela natureza da madeira, que além de ser um produto do crescimento, é substância, a matéria de onde tudo se origina.

Outra imagem importante para Roberts é a do oceano. Filha de um pai inglês e de uma mãe francesa, quando morava na França ela crescera perto do mar, onde passava boa parte de seu tempo. O oceano era o que existia entre a França e a Inglaterra e onde ela freqüentemente passava para ir de um país a outro, do pai para a mãe. Assim, o mar era onde ela se sentia mais em casa e, de alguma forma, o oceano e o inconsciente passaram a significar a mesma coisa para ela: “No oceano, para a frente e para trás num barco, eu estava em casa e, de alguma forma, o oceano e o inconsciente se tornaram a mesma coisa.” (RODRÍGUEZ, 2003: 96) Quando Roberts descreve Louise, já casada e com filhos, tentando dormir e pensando em um mar que a “segurava e a embalava” é essa imagem que ela expressa. O mar se torna a mãe de Louise, Amalie, que consegue fazê-la dormir com o imenso conforto que é capaz de fornecer:

Dentre todos, Louise continuava tendo o sono mais leve. Por mais cansada que estivesse, toda noite ela ficava acordada por uma ou duas horas, descansando em um espaço cavado na escuridão, que era só seu. Ela pensava sobre os filhos e como mantê-los vivos, sobre qual trabalho precisava ser feito no próximo dia, sobre suas dívidas. Às vezes sua mente se livrava de todas essas preocupações e ela apenas continuava acordada no escuro, sem pensar, flutuando calmamente em um oceano que a segurava e a embalava; que a trazia para trás e para frente, a balançava para cima e para baixo. Então o oceano se tornava Amalie e, então, o sono a levaria para suas profundezas (...). (ROBERTS, 2000: 166-7)

Esse era um momento só de Louise, quando se entregava ao seu desejo de voltar ao conforto do útero materno, de ser acariciada e se sentir protegida, depois de um dia em que ela teve que exercer esse papel com seus próprios filhos.

Na manhã seguinte, Louise encontra Caroline em uma grande crise. Ela descobrira que o homem com quem sua mãe se casara não era seu pai. Ao mexer nas coisas de sua mãe, encontrou cartas escritas por William Saygood e, assim, descobriu que ele era seu verdadeiro pai. Sua identidade estava em crise, ela precisava completar o vazio deixado por essas perdas recentes e decidiu ir em busca de seu pai. Sua imagem era para ela algo insubstancial, que tentava determinar: “Ela fazia o contorno do que estava faltando e, então, coloria por dentro” (ROBERTS, 2000: 177). Determinada, Caroline partiu sozinha para a Inglaterra em busca do pai.

Caroline havia descoberto ser filha de um pai inglês e de uma mãe francesa. Roberts parece expressar em Caroline os sentimentos de sua infância, quando ela vivia em uma cultura dupla, e se sentia dividida, não sabendo a que parte pertencia. Era como se ela tivesse duas famílias e necessitasse atravessar o oceano para juntá-las, essa viagem tendo conotações sobretudo simbólicas, não apenas geográficas. É exatamente isso que Caroline faz ao tentar juntar a imagem de sua mãe à imagem ainda insubstancial de seu pai e, assim, juntar as partes de seu próprio *self*.

Caroline conseguiu chegar à casa de William Saygood, em estado deplorável e vestida de menino, já que era inconcebível uma jovem empreender tão ousada jornada nessa época. Saygood agora morava com sua esposa Fanny Skynner, seus filhos e sua irmã Polly, a quem amava profundamente e era sempre sua companheira em suas discussões e criações de poemas. Agora era na casa de William e Fanny que se encontravam as conseqüências da desigualdade entre homens e mulheres no espaço doméstico. Quando eles brigavam, William se permitia, de forma egoísta, passar dias fora de casa, como fuga confortável para ter paz e

concentração para escrever seus poemas. Enquanto isso, Fanny sentia que não poderia fazer o mesmo, sendo obrigada a ficar em casa cuidando dos filhos, como se isso fosse algo natural:

Talvez a solução de William era melhor, mais honesta, gritando e então saindo correndo. Mas Fanny sentia que ela não podia fazer isso. Ela tinha as crianças para pensar. Talvez ela deveria revezar com William, saindo correndo por períodos curtos. Isso talvez lhe fizesse bem. (ROBERTS, 2000: 204)

É interessante que assim como Jemima, Fanny também esperava que a liberdade trazida pela Revolução Francesa trouxesse mudanças para sua vida de alguma forma. Do mesmo modo que Jemima e Annette, Fanny esperava ter o pai de seus filhos ao seu lado, mas a sua relação seria construída em outros moldes, lembrando o que Chodorow, Dinnerstein, dentre muitas outras feministas, propõem como uma forma para acabar com o papel secundário da mulher na sociedade: homens e mulheres exercendo atividades das esferas domésticas e públicas igualmente, com crianças crescendo nesse meio, alternativa para a equivocada naturalização da subordinação feminina, trazendo a idéia de “parentalidade”:

- Eu me lembro dos planos que tínhamos. Nós íamos todos unir forças e viver juntos em uma comuna revolucionária de total igualdade. Os homens iriam dividir toda a cozinha e o trabalho doméstico e cuidado com os filhos. William fez um plano, mostrando a localização das atividades. Ainda tenho isso em algum lugar. Polly e eu teríamos três horas por dia para nossa própria escrita. A idéia de que nós seríamos todos poetas e todos pais. (ROBERTS, 2000: 203)

Fanny sabia que Caroline iria chegar, pois havia recebido uma carta que ela havia enviado ao pai. No entanto, Fanny não a queria em sua casa e não dissera nada ao marido. Quando a menina chegou, Fanny e Polly a acusaram de louca e chamaram um médico para interná-la. A criada Daisy, que trabalhava com Fanny desde que ela era solteira, tentou ajudar Caroline, mas seus esforços foram em vão. Caroline não pôde lutar contra o hospício, diante do qual suas palavras não tinham nenhum sentido, e ali foi internada.

Daisy, secretamente, avisou Jemima, que agora morava em Londres, e ela se dirigiu ao hospício para tirar Caroline dali. A vida de Jemima havia mudado muito. Ela não era mais aquela jovem ativa, cheia de esperanças e com fervor para lutar pelos seus ideais. A vida havia sido cruel com ela. Sua filha Maria havia morrido ainda bebê, e com essa perda e com o abandono de Paul, Jemima havia desistido de seu sonho de ser uma grande escritora e de escrever um livro sobre a Revolução. De acordo com ela, outros escritores fizeram isso

melhor que ela. E ao comparar sua situação com a de um homem, pode-se perguntar como ela poderia competir com os trabalhos realizados por homens, estando tão afastada dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, tão preocupada com sua própria falta de liberdade e outras injustiças impostas por um sistema patriarcal. Ela foi para a Inglaterra, passou a ser jornalista e sobrevivia escrevendo artigos e romances góticos. Descobriu que queria escrever histórias, e em seus romances retratava os resultados de suas experiências como mulher, sempre tentando dar mais aventuras às vidas de suas heroínas do que ela tinha vivido. Como explicou Virginia Woolf em *A Room of One's Own*, a tendência de as experiências das mulheres serem mais limitadas do que as dos homens, por se encontrarem mais envolvidas com as relações pessoais da esfera doméstica, sem acesso à educação para a ciência e a vida pública, explica que as mulheres de classe-média do século XIX tenham começado sua produção escrita no mundo da imaginação apenas:

(...) todo o treinamento literário que uma mulher teve no começo do século XIX foi um treinamento na observação do caráter, na análise da emoção. Sua sensibilidade foi educada por séculos pelas influências da sala de estar comum. Os sentimentos das pessoas causaram impressão nela; relações pessoais estavam sempre diante de seus olhos. Dessa forma, quando a mulher de classe média começou a escrever, ela naturalmente escreveu romances (...) (WOOLF, 1973: 67-8)

Woolf perguntava como poderia uma mulher escrever sobre guerra, se ela nunca esteve lá, se isso não fez parte de seu mundo. E como Jemima poderia escrever sobre a Revolução Francesa, se ela não pôde participar dela, se essa Revolução nem mesmo beneficiou as mulheres? Assim, como Kaplan ressaltou a respeito dos melodramas, apesar de diminuídos como trabalhos sentimentais pela crítica literária patriarcal, esses romances têm sua importância para o feminismo, pois eram uma das poucas alternativas utilizadas pelas mulheres para se expressar no século XIX.

Jemima não mais conseguia se dedicar como queria ao seu projeto criativo. A dedicação integral à filha e a tristeza com sua morte a absorveram por completo, abalando-a profundamente; quando sua filha morreu, ela se sentiu morta como ela:

O horror da morte da criança por convulsões, seu corpo pequenino torcido em agonia, não podiam ser apagados da sua mente. Ela sentia que ela mesma havia deitado na cova com a criança. A mulher apaixonada, ardente, esperançosa, desejosa jogou a terra sobre sua cabeça e foi para o mundo subterrâneo. (ROBERTS, 2000: 186)

Era como se ela mesma houvesse morrido; e como Deméter, que de tão triste com a partida da filha Perséfone para o mundo subterrâneo, deixou a terra se empobrecer e os frutos secarem, Jemima, com a morte da filha, deixou suas esperanças e seus objetivos morrerem.

Jemima encontrou com William Saygood no hospício e ele lhe contou a verdade: surpreendentemente, a busca de Caroline pelo pai acabou levando-a à verdadeira mãe. Saygood contou que em uma carta enviada por Paul Gilbert, ele confessou que pagou Louise para trocar as filhas de Annette e Jemima no dia de seu nascimento, para comprovar suas idéias deterministas de que o caráter é fixado ao nascer, independentemente da criação. Na verdade, Paul queria saber se sua filha seria como ele, mesmo se criada por Annette, uma pessoa com idéias tão diferentes das dele. Jemima, assim, teve sua filha de volta, pois a menina que havia morrido era, na verdade, filha de Annette. Ela a levou para sua casa e as duas, aos poucos, se conheceram e se completaram, como partes que estavam perdidas e se encontraram. A crise de identidade de Caroline se revelava, então, como uma busca do conforto maternal. Mãe e filha se uniram e, assim, se tornaram fortes, renovadas. Jemima tinha sua felicidade de volta com a presença de sua filha: “quando ela viu Caroline sentada lá do outro lado, era como se um sorriso enorme abrisse dentro dela. Alegria a inundava como o brilho do sol derramando dentro da sala. Tudo era muito simples. Ela estava sentada, tomando café da manhã com sua filha.” (ROBERTS, 2000: 235) Assim como acontece com Maria, em *Maria, or the Wrongs of Woman*, a volta de sua filha lhe traz a felicidade que a havia deixado e a força para continuar vivendo: “sua filha perdida tinha retornado e elas estavam juntas de novo. Era verdade. Ela não estava sonhando.” (ROBERTS, 2000: 235) Às vezes, ainda hesitavam em considerar-se mãe e filha. Caroline também considerava Annette sua mãe, pois ela a havia criado. No processo de afinidade entre as duas, Caroline acompanhava Jemima nos trabalhos domésticos, embora nesse contexto eles sejam desempenhados de uma forma livre e não como subjugação ao sistema patriarcal, estando o doméstico e o público conectados sem a clássica divisão falocêntrica: “Elas conversavam enquanto trabalhavam. Jemima reassumiu seus deveres de dona de casa e Caroline a seguia, indo da cozinha para o mercado para a loja para a editora.” (ROBERTS, 2000: 237)

Jemima conversava com sua filha em francês, língua que tornava Caroline mais íntima da mãe, porque compreendia melhor: “Ela falou em francês, como fez na viagem de volta de York. O rosto de Caroline se iluminou. Como uma porta abrindo para um quarto para te mostrar o brilho das lâmpadas lá dentro. Pela primeira vez, ela parecia entender o que era dito para ela.” (ROBERTS, 2000: 234) Era como se Caroline tivesse encontrado, por meio dessa língua que estava perdida, sua mãe, que também estava perdida, se sentindo estranha com

duas línguas diferentes como se sentia Michèle Roberts quando pequena. Segundo a autora, sua mãe parou de falar francês com ela, quando tinha cerca de sete anos, com medo de que ela não se tornasse fluente em inglês (embora Roberts já fosse bilíngüe com essa idade). Para ela, a língua de sua mãe foi uma grande perda e, de certa forma, começou a simbolizar sua mãe, ou seja, ela sentia que sua mãe se distanciava dela, e o fato de não poder mais utilizar a língua de sua infância mais tenra, o francês, parecia confirmar esse distanciamento: “Eu comecei a sentir uma necessidade de ir e achar a língua perdida junto com a mãe perdida.” (NEWMAN, 2003:3)

A língua também tinha muitos significados para Jemima. Ela tinha duas línguas para conversar com sua filha. Frequentemente conversava em francês com ela, língua que adorava falar. As línguas inglesa e francesa a reconectavam com o passado, a momentos diferentes, quando ela foi feliz e triste. Mas falar francês fazia mais do que reconectá-la ao passado. Essa língua a trazia para o presente, de forma que ela era ao mesmo tempo a “mulher de quarenta anos com fios grisalhos no seu cabelo e a menina esperançosa mergulhada bem no meio do começo da Revolução e tentando dar sentido a tudo.” (ROBERTS, 2000: 237)

Na verdade, falar em sua língua nativa mostrava muito de sua alma. Assim, quando a dor era muito grande, Caroline falava em inglês, pois a falta de fluência tornava a expressão da emoção mais difícil, pois o fato de ter que prestar atenção à gramática e ao vocabulário de uma língua aprendida diminuía a intensidade das emoções a serem expressas. Quando Paul Gilbert escreveu a carta a William Saygood, explicando a troca dos bebês, ele se expressou em inglês, o que fez sua carta ser breve. Talvez estivesse envergonhado pelo que fez, mas ao escrever numa língua estrangeira, seus sentimentos ficaram escondidos. Em francês, os sentimentos fluíam como uma correnteza.

Mas Jemima sentia que ela e sua filha apenas ancoraram em um porto seguro à espera da calmaria para voltar ao mar novamente. Pois a viagem de Caroline estava incompleta. Ao encontrar a mãe verdadeira, novamente perdera o pai e ela queria encontrá-lo. Caroline havia voltado como Perséfone, que tendo sido raptada por Hades, deixou sua mãe Deméter em profunda tristeza, o que causou a esterilidade do solo, a morte dos grãos e fome geral. Para resolver o problema, Zeus mandou que Hades libertasse Perséfone. Ele concordou mas a fez comer um bago de romã, e quem comesse qualquer alimento dessa região era obrigado a voltar. Perséfone, assim, passava um período com a mãe, a primavera, quando os grãos brotam da terra como ela, e outro com Hades, período correspondente à semeadura do outono, quando os grãos são enterrados, da mesma forma em que Perséfone volta a fazer parte dos

infernus, o reino de seu marido. Assim como Perséfone, Caroline voltava e deixava sua mãe: “Ó, minha Perséfone, Jemima disse.” (ROBERTS, 2000: 235)

Caroline precisava encontrar seu pai e, agora, se colocava em busca de uma nova língua perdida [*the language of father love*], que Jemima não a tinha ouvido falar antes: “Ela começou a pronunciar palavras que Jemima nunca tinha ouvido ela falar antes, numa nova língua; uma terceira língua; a língua do amor do pai. Eu queria saber onde meu pai está. Eu queria saber como ele é. Eu queria saber se ele me ama.” (ROBERTS, 2000: 238)

Caroline, agora, queria ir à América em busca do pai e Jemima admirava sua determinação e sua coragem; admitia que ela era igual a Paul em uma coisa: em sua determinação de deixá-la. Jemima, talvez no fundo de sua alma, não entendia essa obsessão em encontrar um pai que parecia não se importar com a existência da filha. Essa busca pelo pai, mas sem o total abandono da mãe lembra o que Nancy Chodorow explica, ao reinterpretar o Complexo de Édipo a partir da perspectiva do desenvolvimento da menina. Segundo ela, a menina se volta para o pai em algum momento do seu desenvolvimento, mas sem nunca perder os laços de individuação com a mãe.

Michèle Roberts fala da ambivalência que sentia em relação à sua mãe. Ela não se sentia amada por ela e, por isso, tentava conseguir o seu amor. Mas ao mesmo tempo, tentava deixá-la e se tornar um ser autônomo, porque sua mãe era tão poderosa, tão dominadora:

Eu acho que como filha eu não me sentia amada pela minha mãe. (...) Então, eu lutava para conseguir seu amor. Do meu jeito, eu estava tentando deixá-la, porque ela era tão forte e tão poderosa e tão dominadora, como eu poderia me tornar eu mesma senão deixando-a? De outro jeito, eu estava voltando e dizendo: “Por favor, me ame, por favor, me ame”, então, eu estava completamente ambivalente: partindo, voltando, partindo, voltando. (RODRÍGUEZ, 2003: 100)

Assim, Roberts se identificava ao mito de Perséfone: “Perséfone é a filha que deixa sua mãe e volta, parte e volta ... Isso realmente tem a ver comigo.” (RODRÍGUEZ, 2003: 100) Do mesmo modo, Caroline já havia voltado para o conforto de sua mãe, já a havia amado profundamente, se renovado e à sua mãe também. Agora, precisava deixá-la, seguir seu caminho e continuar sua “odisséia” em busca do pai, mesmo que ele não desejasse vê-la. Agora que tudo havia mudado, Caroline teria que juntar uma mãe *inglesa* e um pai *francês*. Mas Caroline é como Perséfone. Ela partirá, mas prometeu à sua mãe que voltará.

Retornamos, então, a Louise que, assim, confessa o crime que cometeu. Por ter compactuado com a atitude inconstante de Paul em troca de dinheiro, se sentia

extremamente culpada. Oprimida pela pobreza e assustada com sua condição vulnerável diante dos patrões, fez uma coisa que considerava horrível, e por ser mulher e, agora mãe, a dor que deve ter causado às mães e às filhas parece lhe doer ainda mais. Quanto ao mais culpado de todos, Paul Gilbert, não há sinais de arrependimento. Como disse Jemima para William numa explosão de indignação, quando ele lhe contou a verdade, a troca dos bebês foi uma forma de dizer que ele não queria ser pai e que não se importava com a filha:

Há outra razão, não há, para o que fez? Eu não acredito que ele fez isso só por causa de uma curiosidade científica ou como uma piada horrível. Ele estava tentando nos ferir, não é? Essa foi sua maneira de dizer que ele não queria ser um pai e que não se importava com sua filha. (ROBERTS, 2000: 231)

No entanto, contar sua história havia acalmado Louise. Sua angústia a havia deixado e até as dores causadas por sua doença tinham sido aliviadas. O medo de ir para o inferno tinha desaparecido e no lugar dele estava uma história, composta de várias partes combinadas, “como um colar que você forma, na ordem que mais lhe agrada, com todas as miçangas à sua disposição.” (ROBERTS, 2000: 245) Ela só não sabia como essa história iria terminar.

O padre se foi aborrecido e, provavelmente, não ouviu uma palavra do que ela disse, pois ele não estava com vontade de ouvir as “baboseiras de uma mulher boba” (ROBERTS, 2000: 246), tanto era a pouca importância que ele, assim como outros representantes de outras instituições patriarcais, davam às mulheres e às suas histórias. Mas a visita do padre lhe ensinou uma coisa: “Contar a história era tão importante quanto o que estava nela. Ela precisava de uma audiência e amanhã ela iria sair e achar uma e começar de novo. Talvez desta vez ela iria contar a François a às crianças.” (ROBERTS, 2000: 246)

Michèle Roberts enfatiza a importância de contar histórias de mulheres que nunca foram contadas e mostra que contar histórias de mulheres que morreram é como trazê-las à vida novamente:

Eu quero resgatar as mulheres da história. É quase como nós nos comunicamos com pessoas mortas: eu acho que todas as mulheres que morreram, que vieram antes de nós, são uma parte da história do mundo e eu sinto que suas histórias estão vivas de alguma forma em algum lugar.(...) Se eu puder encontrar informações sobre as vidas das mulheres no passado que já morreram, então, de alguma forma, elas voltam para a vida quando nós lemos suas histórias. Então, há esse desejo feminista político – eu acho que é político – de ressuscitar vozes perdidas, mortas, vozes que se formam, e particularmente, para mim, vozes femininas, eu devo dizer. (RODRÍGUEZ, 2003: 98)

Assim, ao retratar como devem ter sido as vidas de mulheres do passado em seus romances, Roberts traz à vida milhares de vozes silenciadas pela opressão do relato histórico patriarcal. Além de contar histórias silenciadas, é necessário recontar histórias de mulheres, como a de Mary Wollstonecraft, que foram distorcidas ou transmitidas de forma incompleta pelo discurso patriarcal; recontar histórias, como faz Roberts ao contar novamente as biografias de mulheres que conhecemos, sob perspectivas diferentes, ou melhor, das próprias mulheres, da mãe. Assim, é preciso (re) contar as histórias dessas mulheres e, conseqüentemente, a própria história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1980, Annette Kolodny fazia uma reflexão sobre a crítica literária feminista e chegava à conclusão de que era ainda difícil defini-la como “um sistema coerente” ou “um conjunto unificado de metodologias” (KOLODNY, 1997: 171). Ficava claro, no entanto, que dentro de suas múltiplas possibilidades, estava o questionamento de vários aspectos relacionados à literatura: “nossos cânones estabelecidos, nossos critérios estéticos, nossas estratégias interpretativas, nossos hábitos de leitura e, mais do que tudo, nós mesmas como críticas e professoras”. (KOLODNY, 1997: 172)

Segundo Kolodny, uma das formas mais importantes desse questionamento foi a circulação de trabalhos perdidos ou ignorados de mulheres escritoras, que agora estavam sendo analisados e utilizados como base para o questionamento do padrão literário estabelecido. A presente pesquisa tentou contribuir com essa tendência ao dar visibilidade ao trabalho ficcional de Mary Wollstonecraft e ao romance *Fair Exchange*, de Michèle Roberts. Unidas pela temática da maternidade, essas duas escritoras, de séculos diferentes, trouxeram inovações no conteúdo e na forma de seus romances. As análises de seus trabalhos apresentam não apenas reflexões e novas visões sobre a temática da maternidade a partir da perspectiva da própria mãe, mas também critérios estéticos, narrativos e estilísticos diferentes das regras canonizadas dos escritos dos homens. Para Kolodny, a releitura dos trabalhos de escritoras levanta questionamentos sobre as razões para a exclusão dessas produções escritas do cânone e para o status diminuído desses mesmos trabalhos em relação aos escritos masculinos. Particularmente, a releitura dos romances de Wollstonecraft e Roberts, associada às análises das atitudes e pensamentos relacionados à maternidade ao longo dos séculos apresentadas nesta pesquisa, pode nos levar a refletir sobre como não só os escritos das mulheres, mas, sobretudo, os trabalhos ficcionais que retratam a relação mãe-filho sob o ponto de vista da mãe, têm sido excluídos do padrão literário tradicional e rechaçados como inadequados.

Marcada pelas tristezas da infância e incomodada com a submissão da mãe, Wollstonecraft decidiu evitar que outras crianças e mulheres sofressem como ela ou como sua mãe. Com esse objetivo escreveu um manifesto contra os valores e pensamentos de sua época que considerava degradantes para as mulheres. Ousou questionar as visões patriarcais de Rousseau e de outros pensadores sobre as mulheres e as mães, e deu sua opinião como mulher que exigia mudanças. Em seus romances, apesar da tentativa de distanciamento estético, o que

se manifesta é uma mulher que precisa falar de suas experiências como menina, esposa, amante, mãe, trazendo esses temas domésticos de opressão para o mundo ficcional. *Vindication*, seus romances e sua vida estão tão emaranhados que, muitas vezes, é difícil distinguir as diferentes esferas. Um dos aspectos interessantes sobre o seu discurso é a atualidade de seus pensamentos, principalmente sobre a família. As mudanças pretendidas dois séculos atrás, nada mais eram do que os ideais ainda buscados hoje. Não sendo patriarcal, havendo igualdade entre marido e esposa, entre irmãos e irmãs, a nova família não prescindia do dever da mãe e do pai de proteger, educar e disciplinar seus filhos, e do dever desses, em contrapartida, de respeitar seus progenitores e retribuir o afeto recebido, até a velhice dos pais. Segundo Wollstonecraft, os pais devem exercer sua autoridade sobre os filhos, mas é preciso haver limites a essa autoridade. Ela protesta contra a violência física e a manipulação emocional, se opondo, assim, à legitimidade da autoridade dos pais (os homens) que lhes dava, em séculos anteriores, o direito de dispor até mesmo da liberdade dos filhos. Além disso, defendia a emancipação dos filhos na maioridade para, eles próprios, determinarem o curso de suas vidas, sem estarem sob o controle dos pais.

Dessa forma, o pensamento de Wollstonecraft fragilizou o discurso essencialista e patriarcal e trouxe idéias que repercutiriam no pensamento feminista do século XX. Para Showalter, o manifesto *A Vindication of the Rights of Woman* antecipa virtualmente cada idéia do feminismo moderno. Wollstonecraft traz também visões inovadoras a respeito da maternidade e demonstra que ela pode ser uma experiência positiva na vida das mulheres, sem atrapalhar ou impedir realizações pessoais, como estudo e trabalho, já que ela defendia educação e oportunidades iguais para homens e mulheres. Além disso, mostrava a exequibilidade desse pensamento em suas próprias ações: teve uma filha, mas não deixou de escrever, tendo-a, no entanto, sempre perto de si (até onde nos permitem inferir suas biografias e memórias). Com *Maria, or the Wrongs of Woman*, abria as portas para a abordagem da maternidade como tema central na literatura e, acima de tudo, sob a perspectiva da própria mãe. Além disso, ressaltou uma relação em especial, dentre as muitas que envolvem a maternidade: a relação entre mãe e filha.

Como vimos, a relação entre mãe e filha é de grande importância para o estudo da maternidade e tem sido bastante estudada pelas teóricas feministas. Segundo Rich, não somos mães ou filhas; nós somos ambas, somos mulheres que, identificadas, solidarizadas, proporcionamos umas às outras tipos de identificação realmente existentes entre mães e filhas. O patriarcado tem tentado polarizar as imagens de mãe e filha, projetando culpa, raiva, vergonha, poder sempre na “outra mulher”. É necessário aceitar, integrar e fortalecer a mãe e

a filha. “Maternidade e não-maternidade têm sido conceitos tão cheios de significações para nós, precisamente porque qualquer um que seguimos tem sido voltado contra nós” (RICH, 1981: 253)

Para Elaine Showalter, Wollstonecraft é um ícone feminista e uma heroína, pois se recusou a seguir valores e regras patriarcais, quebrando essas limitações e seguindo seu próprio caminho, determinada a experimentar o amor, o sucesso, a fama, almejando objetivos mais ousados. Para Showalter, não se pede perfeição às mulheres que se tornam ícones feministas. Na verdade, sua falibilidade e humanidade as fazem reais para nós e até mesmo suas tragédias são inspiradoras para as mulheres de hoje que ainda buscam combinar independência, aventura e amor. Outro ponto importante levantado por Showalter é que, segundo ela, mulheres que se tornam ícones feministas tendem a se definir em oposição às suas mães. Ela cita Lorna Sage, que argumenta que ao observar suas mães contraditórias, em conflitos, as feministas formam uma imagem do que elas não querem se tornar. Isso pode ser aplicado a Wollstonecraft, que foi o contrário de sua mãe, não submissa a nenhum homem e nem às convenções sociais patriarcais.

Como ícones feministas que viveram depois dela, Wollstonecraft estava à frente de seu tempo, incompreendida no século XVIII. Ela chocou seus contemporâneos com idéias a respeito dos direitos das mulheres a uma humanidade completa e Showalter cita a antropóloga americana Ruth Benedict que diz que é a sua história que a faz nossa contemporânea, que mostra sua apaixonada atitude em relação à vida. Ela chama Wollstonecraft de “a mãe de todas nós”. (SHOWALTER, 2001: 16) Para Showalter, sua história de vida foi um dos mais preciosos documentos humanos, que mostra que ela estava sempre experimentando, testando, se recusando a aceitar as convenções. Isso remete à importância da experiência para o resgate da história das mulheres, para o desafio da suposta objetividade científica patriarcal, que abafa as vozes femininas. Para Showalter, “histórias de vida retêm seu poder quando teorias desvanecem” (SHOWALTER, 2001: 16). Ela ressalta a importância do resgate das histórias das mulheres que desafiaram as convenções de seu tempo para a construção de uma tradição feminina, em contraste com a tradição que temos, que é somente masculina:

Reivindicar nossos ícones feministas é um passo necessário na nossa memória coletiva. À medida em que nós nos aproximamos do final do século onde as mulheres tiveram enormes ganhos, nós ainda temos falta de um senso de passado feminista. Outros grupos têm celebrado suas figuras heróicas, mas as mulheres não têm feriados nacionais, dias de celebração para os nascimentos ou as mortes de nossas grandes heroínas. Se elas viveram no século XVIII, XIX, ou XX, todas essas mulheres viveram antes

de seu tempo, tentando trabalhar, pensar, viver, amar, ser mãe, até mesmo morrer, em maneiras que estavam à frente do que suas sociedades aprovavam ou permitiam. Na beira de um novo milênio, nós precisamos saber sobre os padrões na tradição intelectual, engajar e debater as escolhas feitas pelas mulheres, cujas vidas agitadas, ousadas e icônicas as fizeram nossas heroínas, nossas irmãs, nossas contemporâneas. (SHOWLATER, 2001: 19)

Ao reconstruir Mary Wollstonecraft ficcionalmente em *Fair Exchange*, Michèle Roberts acaba trazendo as idéias defendidas pela pensadora inglesa, dentre elas seus pensamentos sobre a maternidade e, separadas pelo tempo, mas unidas por seus objetivos, ambas as escritoras, ao representarem a maternidade em sua ficção, sinalizam novas formas, pensadas pela própria mulher, de exercer essa função. Enfim, elas dão lugar para vozes maternas e para formas de maternidade diferentes daquelas defendidas e prescritas pelo patriarcado. Relacionando maternidade e ficção, as escritoras denunciam a opressão a que as mulheres são submetidas pela ideologia patriarcal, principalmente devido à sua capacidade biológica de trazer vidas ao mundo, e expressam seus próprios pensamentos e ideais, que têm como essência a vontade de dar visibilidade às mulheres como seres livres e independentes, por meio da desconstrução de mitos patriarcais que as oprimem e confinam no único papel de mãe útil aos interesses dos homens. Dessa forma, essa pesquisa ajuda a enfatizar que, nas palavras de Rich, “a maternidade, no senso de uma relação intensa com uma criança em particular ou crianças, é *uma* parte do processo feminino; não é uma identidade para todo o tempo.” (RICH, 1981: 37) Segundo ela, a instituição da maternidade precisa ser destruída. “Isso não significa abolir a maternidade. Significa a criação e o apoio à vida como qualquer outra atividade difícil mas que pode ser escolhida e não imposta.” (RICH, 1981: 279-280).

Michèle Roberts parte de uma questão ainda pouco discutida no presente, a maternidade, e a problematiza com relação ao passado, unindo-se aos ideais feministas de uma escritora de dois séculos atrás que, como ela, lançava nova luz sobre a experiência materna na literatura na virada de um milênio. Em vez de questionar diretamente os valores de sua época que ainda teimam em prejudicar e silenciar as mulheres, Roberts traz o passado para a ficção e o questiona. E no próprio ato de confundir a história e a ficção, acaba questionando o relato histórico e sua presunção de veracidade. Ao mostrar os ideais da Revolução Francesa sob a perspectiva de mães, desprovidas da igualdade e dos direitos tão defendidos nessa atmosfera revolucionária, Roberts critica não só a falibilidade do discurso da historiografia, mas também o silêncio que impôs às mulheres durante tantos séculos. Além disso, é em meio a discussões sobre a Revolução Francesa, seus resultados e conseqüências,

que suas personagens, mães, discutem sua situação, demonstram suas reflexões, compartilham suas experiências. Dentre essas mães, encontra-se a personagem Jemima, que adquire todas as características de uma das escritoras que mais defendeu os princípios da Revolução Francesa, com o reconhecimento das mulheres como indivíduos, e como tais, possuidoras dos mesmos direitos assegurados aos homens: Mary Wollstonecraft. A atribuição de características de Wollstonecraft à sua personagem Jemima, mais uma vez, leva ao questionamento do processo histórico, pois à medida em que recria a Wollstonecraft verdadeira no romance e a coloca em diálogo com uma personagem ficcional, mas que carrega todas as suas características, a ponto de levar o leitor a confundir as duas, Roberts mostra a linha tênue que separa a história da ficção. Roberts também inova na forma de seu romance trazendo um ponto de vista narrativo complexo, onde uma narradora onisciente narra uma mãe narrando as vidas de outras mães. Portanto, impede completamente qualquer forma de silenciamento possível das mulheres em seu romance. Para onde quer que olhemos, encontramos uma voz feminina, ou melhor, uma voz materna.

Para Kolodny, como a literatura é uma “instituição social” e a leitura “uma atividade altamente socializada ou aprendida” (KOLODNY, 1997: 178), a academia tem levado as mulheres a aprender técnicas interpretativas que as tornam aptas a aceitar e retirar prazer de textos literários escritos por homens, os quais, muitas vezes, degradam as mulheres, suas experiências, suas histórias, perpetuam mitos e conceitos deturpados sobre elas. À medida em que a “literatura codifica e dissemina valores e sistemas culturais” (KOLODNY, 1997: 175) e à medida em que se questiona a possibilidade de se chegar à descoberta da “intenção do autor”, o que se pode conseguir realmente é a “habilidade de reconhecer convenções literárias que têm sobrevivido através do tempo” e a “habilidade de traduzir (ou talvez transformar?) as cifras do texto em formas mais atuais e reconhecíveis” (KOLODNY, 1997: 178). Ao ler os romances de Wollstonecraft e Roberts, narrados por mulheres que contam suas experiências de dor, prazer, felicidade e, assim, questionam os cânones falocêntricos dos homens que narram suas vidas heróicas ou as vidas de mulheres musas, santas ou diabólicas, o/a leitor/a desenvolve novas estratégias interpretativas, que acabarão levando à aceitação de novas práticas de representação ficcional da experiência feminina, dando importância ao que durante tantos anos foi visto como trivial, insignificante. Os clássicos não servem como “testemunho das características perenes da experiência humana” (KOLODNY, 1997: 178). Na verdade, “a história literária é uma ficção que nós recriamos diariamente à medida em que a releemos.” (KOLODNY, 1997: 178) Assim, romances como *Maria, or the Wrongs of Woman, Mary, a Fiction* e *Fair Exchange*, por suas inovações, como as referentes à visibilidade da voz

materna e da experiência da mulher na produção ficcional de autoria feminina, contribuem não apenas para a desconstrução de mitos patriarcais e para novas visões da maternidade, mas também para uma reformulação dos padrões estéticos literários tradicionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. *Corpus de análise*

ROBERTS, Michèle. *Fair Exchange*. Londres: Virago, 2000.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*. Electronic Text Center, University of Virginia Library, 2000. Digitalizado de WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*. London: SCOTT, W., 1892. xxxvii, 282 p.; 18 cm. Disponível em <http://etext.virginia.edu/toc/modeng/public/WolVind.html>. Acessado em julho/2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Maria, or the Wrongs of Woman*. Electronic Text Center, University of Virginia Library, 1994. Digitalizado de WOLLSTONECRAFT, Mary. *Maria, or the Wrongs of Woman*. New York; London: W. W. Norton and Company, 1975. Disponível em <http://etext.virginia.edu/toc/modeng/public/WolMari.html>. Acessado em julho/2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Mary, a Fiction*. The Project Gutenberg eBook, 2005. E-text preparado por Jonathan Ingram, Janet Blenkinsip, e o Project Gutenberg Online Distributed Proofreading Team (<http://www.pgdp.net/>). Disponível em <http://www.gutenberg.org/dirs/1/6/3/5/16357/16357-h/16357-h.htm>. Acessado em julho/2005.

### 2. Livros e textos consultados

AGONITO, Rosemary. *History of Ideas on Women*. 1. ed. New York: Paragon, 1977.

ALLENDE, Isabel. *Retrato em Sépia*. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp.

ALMEIDA, Angela Mendes de. *Conferência Família e História - Questões Metodológicas*. Texto elaborado a partir de conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, Mesa Redonda “Um Visão Multidisciplinar da Família Brasileira”, em Minas Gerais, em setembro de 2001. Disponível em [http://www.usp.br/nemge/textos\\_seminario\\_familia/fam\\_hist\\_metodologicas\\_almeida.pdf](http://www.usp.br/nemge/textos_seminario_familia/fam_hist_metodologicas_almeida.pdf). Acessado em setembro/2006.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAMBERGUER, Joan. *O Mito do Matriarcado: Por que os homens dominavam as sociedades primitivas?* in ROSALDO, M. Z. e LAMPHERE, L. (orgs). *A Mulher, a Cultura e a Sociedade: uma visão teórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. Tradução de H.M. Parshley. 3. ed. New York: Vintage Books, 1989.

- BÍBLIA SAGRADA. 81. ed. São Paulo: Editora “Ave Maria”, 1992.
- CIXOUS, Hélène. *The Laugh of the Medusa* in KEMP, Sandra e SQUIRES, Judith (orgs.) *Feminisms*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1997.
- CHODOROW, Nancy. *Estrutura Familiar e Personalidade Feminina* in ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. California: University of California Press, 1979.
- DALY, Brenda O. e REDDY, Maureen T. *Narrating Mothers: Theorizing Maternal Subjectivities*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1991.
- DEL PRIORI, Mary. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- DESCARRIES, Francine. *Teorias Feministas: Liberação e Solidariedade no Plural* in SWAIN, Tania Navarro (org.). *Feminismos: teorias e perspectivas*. Textos de História: revista do programa de pós-graduação em história da UnB. Brasília: UnB, 2000, vol. 8, n.1/2.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Teoria e Métodos dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano* in COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DINNERSTEIN, Dorothy. *The Mermaid and the Minotaur: Sexual Arrangements and Human Malaise*. New York: Perennial Library, 1976.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 10. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- FLAX, Jane. *Pós Modernismo e relações de gênero na teoria feminista* in HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Pós-modernismo e Política*. Trad. de Carlos A. de C. Moreno. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FREUD, Sigmund. *A feminidade*. Tradução de Odilon Gallotti, Isaac Izecksohn e Gladstone Parente. in *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Delta, s./d. p. 117-141. Tomo X, 1958.
- GODWIN, William. *Memoirs of Mary Wollstonecraft*. Website do Pitzer College, 1998. Digitalizado de GODWIN, William. *Memoirs of Mary Wolstonecraft*. London: Constable and Co. Limited, 1928. Disponível em [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist\\_archives/godwin/memoirs/toc.html](http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_archives/godwin/memoirs/toc.html). Acessado em julho/2006.
- GOSSMAN, Lionel. *History and Literature: Reproduction or Signification* in CANARY, Robert H. e KOZICKI, Henry (orgs.). *The Writing of History: Literature Form and Historical Understanding*. Londres: The University of Winconsin Press, 1978.

- HUTCHEON, Linda. *Historiographic Metafiction in The Canadian Postmodern: A Study of Contemporary English-Canadian Fiction*. Toronto: Oxford University Press, 1988, capítulo 4.
- HUNT, Eileen M. *The Family as Cave, Platoon and Prison: The Three Stages of Wollstonecraft's Philosophy of the Family in The Review of Politics*, vol. 64, n. 1, 2002.
- KAPLAN, E. Ann. *Motherhood and Representation: The Mother in Popular Culture and Melodrama*. London and New York: Routledge, 1992.
- KOLODNY, Annette. *Dancing Through the Minefield: Some Observations on the Theory, Practice and Politics of a Feminist Literary Criticism* in KEMP, Sandra e SQUIRES, Judith (orgs.) *Feminisms*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1997.
- KRISTEVA, Julia. *Stabat Mater in Histórias de amor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIENHARD, Jonh H. *The Man-Midwife in Engines of Our Ingenuity*. University of Houston Website. Disponível em <http://www.uh.edu/engines/epi453.htm>. Acessado em março/2007.
- MATUS, Jill L. *Unstable Bodies: Victorian Representations of Sexuality and Maternity*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- MEANEY, Gerardine. *(UN)Like Subjects: Women, Theory, Fiction*. London/ New York: Routledge, 1993.
- NEUMANN, Erich. *A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. Tradução de Fernando Pedroza de Mattos e Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Cultrix, 1999.
- NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero in Estudos Feministas*. C.F.H./CCE/UFSC. vol. 8, n. 2/2000.
- PERROT, Michelle. *As mulheres, o poder e a história in Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de D. Bottmaner. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: Foucault para historiadores in Revista Resgate*. Campinas: Papirus, 1995.
- RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. in PEDRO, Joana e GROSSI, Miriam. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.
- RAGO, Margareth. *Libertar a história in RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B.Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. 3. ed. London: Virago, 1981.
- ROBERTS, Michèle. *A Piece of the Night*. Londres: Women's Press, 2002.

SCHMIDT, Rita T. *Cânone/ contra-cânone: nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro* in CARVALHAL, Tania Franco (org.). *O discurso crítico na América Latina*. Porto Alegre: IEL, Editora da Unisinos, 1996.

SCHMIDT, Rita T. *Recortes de uma história: A Construção de um Fazer/Saber* in RAMALHO, Cristina (org.). *Literatura e Feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1999.

SCOTT, Joan. *História das Mulheres* in BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Joan. *Relendo a história do feminismo* in *A cidadã paradoxical. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SEGATO, Rita Laura. *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça* in STEVENS, Cristina (org.) *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SHOWALTER, Elaine. *A crítica feminista no território selvagem* in HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SHOWALTER, Elaine. *Inventing Herself: Claiming a Feminist Intellectual Heritage*. New York: Picador, 2001.

STEVENS, Cristina. *Maternidade e Feminismo: diálogos na literatura contemporânea* in STEVENS, Cristina (org.) *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

STEVENS, Cristina. *Maternidade e Literatura: desconstruindo mitos* in *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

SWAIN, Tania Navarro. *Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade* in STEVENS, Cristina (org.). *Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SWAIN, Tania Navarro. *Você disse imaginário?* in SWAIN, Tania Navarro (org.) *Histórias no plural*. Brasília: EDUNB, 1994.

WHITE, Hyden. *Historical Text as Literary artifact* in CANARY, Robert H. e KOZICKI, Henry (orgs.). *The Writing of History: Literature Form and Historical Understanding*. Londres: The University of Wisconsin Press, 1978.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Letters written during a short residence in Sweden, Norway, and Denmark*. The Project Gutenberg eBook, 2007. Digitalizado de WOLLSTONECRAFT, Mary. *Letters written during a short residence in Sweden, Norway, and Denmark*. London, Paris, New York e Melbourne: CASSELL & COMPANY Limited, 1889. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/3529/3529-h/3529-h.htm>. Acessado em janeiro/2008.

WOOLF, Virginia. *A Room of One's Own*. Middlesex: Penguin Books, 1973.

### 3. Entrevistas

BBC World Service. Acervo sobre Michèle Roberts. Disponível em [http://www.bbc.co.uk/worldservice/arts/features/womenwriters/roberts\\_life.shtml](http://www.bbc.co.uk/worldservice/arts/features/womenwriters/roberts_life.shtml). Acessado em maio/2006.

NEWMAN, Jenny. *An Interview with Michèle Roberts*. Revista eletrônica *Cercles*, 2003. Disponível em <http://www.cercles.com/interviews/roberts.html>. Acessado em maio/2005.

RODRÍGUEZ, Patricia Bastida. *On Women, Christianity, and History: An Interview with Michèle Roberts*. *Atlantis*, 25.1, junho/2003. Disponível em [http://www.atlantisjournal.org/Papers/25\\_1/093-108\\_Bastida.pdf](http://www.atlantisjournal.org/Papers/25_1/093-108_Bastida.pdf). Acessado em agosto/2007.

### 4. Reportagens

BUCHALLA, Anna Paula. Salvos pela “roda”. *Revista Veja*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora Abril, Edição 1998, ano 48, nº 9, 7 de março de 2007.

FACKLER, Martin. *Tradição é obstáculo para carreira das trabalhadoras japonesas*. Tóquio: Portal UOL, 2007. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2007/08/07/ult574u7643.jhtm>.

PROGRAMA FANTÁSTICO. A força do instinto materno. Rio de Janeiro, Rede Globo de Televisão, exibido em 28 de janeiro de 2007. Disponível em texto em <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1437064-4005-0-0-28012007,00.html>

PROGRAMA GLOBO REPÓRTER. Uma tristeza inexplicável. Rio de Janeiro, Rede Globo de Televisão, exibido em 11 de maio de 2007. Disponível em <http://globeporter.globo.com/Globeporter/0,19125,VGC0-2703-17180-4-280830,00.html>.

### 5. Sites consultados

Site da editora *Pickering & Chatto Publishers*. Apresentação de *Lives of the Great Romantics, Part III: Godwin, Wollstonecraft e Mary Shelley by their Contemporaries*. Disponível em [http://www.pickeringchatto.com/index.php/pc\\_site/major\\_works/lives\\_of\\_the\\_great\\_romantics\\_part\\_iii#reviews](http://www.pickeringchatto.com/index.php/pc_site/major_works/lives_of_the_great_romantics_part_iii#reviews). Acessado em abril/2007.

Site da *State University of New York – GENESEO*. *Metafiction*. Citação retirada de “*The Pastime of Past Time*”: *Fiction, History, Historiographic Metafiction*. *GENRE XX* (Fall-Winter 1987. p. 285-289). Disponível em <http://www.geneseo.edu/~johannes/Metafiction.html>. Acessado em março/2005.

## ABSTRACT

The experience of motherhood has roused complex feelings since the myths existing in the first societies, which used to compare women's reproductive capability to the forces of nature. Throughout the centuries, such comparison was distorted by the patriarchal society in order to satisfy its interests, causing the oppression and the suffering of thousands of women. This process is also present in literature, which is able to reflect and perpetuate these distortions or deconstruct them, contributing to new views on this complex experience. In this work I analyze the representation of motherhood in novels written by women, more precisely, *Maria, or the Wrongs of Woman* and *Mary, a Fiction*, by Mary Wollstonecraft (eighteenth-century English writer) and *Fair Exchange*, by Michèle Roberts (contemporary English writer), assisted by examples in different texts of how the mother's role has been constructed throughout time and by the contributions of the feminist studies for the deconstruction of patriarchal myths about motherhood.

**Keywords:** motherhood, feminism and interdisciplinarity.